



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
Conselho Superior

Rua Ciomara Amaral de Paula, 167 – Bairro Medicina – 37550-000 - Pouso Alegre/MG
Fone: (35) 3449-6150/E-mail: reitoria@ifsuldeminas.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 045/2014, DE 24 DE JUNHO DE 2014

Dispõe sobre a aprovação do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.

O Reitor *Pro Tempore* e Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professor Sérgio Pedini, nomeado pela Portaria número 464, de 27 de maio de 2014, publicada no DOU de 28 de maio de 2014, seção 2, página 26 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a deliberação do Conselho Superior em reunião realizada na data de 24 de junho de 2014, **RESOLVE**:

Art. 1º - **Aprovar** o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 (anexo).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Alegre, 24 de junho de 2014.

Sérgio Pedini
Presidente do Conselho Superior
IFSULDEMINAS



Plano de
**Desenvolvimento
Institucional**
2014 | 2018



**INSTITUTO
FEDERAL
SUL DE MINAS
GERAIS**

Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro da Educação

José Henrique Paim Fernandes

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Aléssio Trindade de Barros

Gestores do IFSULDEMINAS

- Sérgio Pedini | Reitor *pro tempore*
- Carlos Alberto Machado Carvalho | Pró-Reitor de Ensino
- José Luiz de Andrade Rezende Pereira | Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
- Cléber Ávila Barbosa | Pró-Reitor de Extensão
- José Mauro Costa Monteiro | Pró-Reitor de Administração e Planejamento
- Marcelo Bregagnoli | Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
- Ademir José Pereira | Diretor-geral *pro tempore* do câmpus Inconfidentes
- Carlos Henrique Rodrigues Reinato | Diretor-geral *pro tempore* do câmpus Machado
- Luiz Carlos Machado Rodrigues | Diretor-geral *pro tempore* do câmpus Muzambinho
- João Paulo de Toledo Gomes | Diretor-geral *pro tempore* do câmpus Passos
- Josué Lopes | Diretor-geral *pro tempore* do câmpus Poços de Caldas
- Marcelo Carvalho Bottazzini | Dir.-geral *pro tempore* do câmpus Pouso Alegre

Equipe de produção do PDI 2014-2018 do IFSULDEMINAS

- Carlos Cezar da Silva | Diretor de Desenvolvimento Educacional do câmpus Inconfidentes
- Aline Manke Nachtigall | Diretora de Desenvolvimento Educacional do câmpus Machado
- Diego César Terra de Andrade | Diretor de Desenvolvimento Educacional do câmpus Pouso Alegre
- Wanderson Lopes Lamounier | Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do câmpus Passos
- Jane Piton Serra Sanches | Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão do câmpus Poços de Caldas
- Valéria Pereira | Diretora de Desenvolvimento Educacional do câmpus Muzambinho
- Adriana do Lago Padilha Souza | Diretora de Administração e Planejamento do câmpus Poços de Caldas
- Flávio Donizete Oliveira | Diretor de Administração e Planejamento do câmpus Passos
- Carlos Guida Anderson | Diretor de Administração e Planejamento do câmpus Muzambinho
- Carla Aparecida de Souza Viana | Diretora de Administração e Planejamento do câmpus Pouso Alegre
- Luiz Carlos Dias Rocha | Diretor de Administração e Planejamento do câmpus Inconfidentes
- Wanderley Fajardo | Diretor de Administração e Planejamento do câmpus Machado
- Herbert Faria Pinto | Diretor do Núcleo Avançado e Polo de Rede Extensão de Pouso Alegre
- Paulo Roberto Ceccon | Representante da PRODI na Comissão Central
- Éder José da Costa Sacconi | Representante da PPPI na Comissão Central
- Alexandre Henrique da Silva | Representante da PROEX na Comissão Central

- Márcio José Previtalli | Representante da PROEN na Comissão Central
- Ana Lúcia Silvestre | Representante da PROPLAN na Comissão Central
- Ronã Rinston Amaury Mendes | Representante dos câmpus na Comissão Central
- Miguel Angel Isaac Toledo del Pino | Representante dos câmpus na Comissão Central
- Isaías Pascoal | Representante dos docentes na Comissão Central
- Márcio Maltarolli Quida | Representante dos docentes na Comissão Central
- Wanucia Maria Maia B. Barros | Representante dos técnicos administrativos na Comissão Central
- Antônio Marcos de Lima | Representante dos técnicos administrativos na Comissão Central
- Guilherme Faustino | Representante dos discentes na Comissão Central
- Luís Henrique Assunção | Representante dos discentes na Comissão Central
- Camilo Oliveira Prado | Coleta e organização do conteúdo

Projeto Gráfico

Patrik Rangel de Melo | Programador Visual

Revisão

Joarle Magalhães Soares | Jornalista

A equipe agradece a colaboração de todos para este documento.

Sumário

Introdução	12
O que é o Plano de Desenvolvimento Institucional?.....	12
Novos caminhos para.....	13
uma nova institucionalidade	13
A produção deste documento	15
Capítulos deste documento	20
1 Perfil institucional	21
Definição	22
Histórico.....	22
Missão.....	24
Finalidades	24
Objetivos	25
Inserção regional	25
Público-alvo.....	28
Projeto político-pedagógico.....	28
Princípios filosóficos	29
Princípios curriculares	29
Princípios metodológicos	29
Integralização curricular	30
Atividades práticas e de estágio	30
Organização administrativa	31
Colegiados	36
Conselho Superior	38
Colégio de Dirigentes.....	39
Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	40



Colegiado de Administração e Planejamento Institucional	41
Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas	42
Câmara de Ensino	43
Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	44
Câmara de Extensão	45
Comissão Própria de Avaliação.....	46
Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.....	47
Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico- administrativos em Educação.....	48
Comissão de Ética dos Servidores.....	49
Colegiado Acadêmico dos Câmpus	50
Colegiados dos Cursos Superiores.....	51
Comissão Permanente de Pessoal Docente.....	52
Núcleo Avançado de Planejamento Institucional	53
Núcleo Institucional de Pesquisa e Extensão	54
Balanco de 2009-2013 e perspectivas para 2014-2018	55
2 Políticas institucionais	56
Políticas, procedimentos e metas	57
Oferta, abertura e reestruturação de cursos	59
Objetivos.....	59
Procedimentos atuais	59
Análise da política.....	60
Metas para 2014-2018.....	66
Inserção profissional dos estudantes.....	68
Objetivos.....	68
Procedimentos atuais	68
Análise da política.....	68
Metas para 2014-2018.....	69



Atendimento aos discentes	69
Objetivos.....	69
Procedimentos atuais	69
Análise da política.....	70
Metas para 2014-2018.....	73
Alinhamento com o arranjo produtivo, social e cultural regional	74
Objetivo.....	74
Procedimentos atuais	74
Análise da política.....	75
Metas para 2014-2018.....	76
Acesso ao conhecimento.....	77
Objetivos.....	77
Procedimentos atuais	77
Análise da política.....	78
Metas para o período 2014-2018	78
Governança	79
Objetivos.....	79
Procedimentos atuais	79
Análise da política.....	80
Metas para 2014-2018.....	81
Comunicação	82
Objetivos.....	82
Procedimentos atuais	82
Análise da política.....	83
Metas para 2014-2018.....	83
Gestão de pessoas.....	84
Objetivos.....	84
Procedimentos atuais	84
Análise da política.....	84
Perfil do corpo docente	85
Perfil do corpo técnico-administrativo.....	86



Metas para 2014-2018.....	87
Infraestrutura	90
Objetivos.....	90
Procedimentos atuais	90
Análise da política.....	90
Metas para 2014-2018.....	93
Orçamento e finanças	93
Objetivos.....	93
Procedimentos atuais	93
Análise da política.....	94
Metas para 2014-2018.....	96
Parcerias.....	97
Metas para 2014-2018.....	97
Conclusão	98
Apêndice	101
Anexos.....	143



Índice de tabelas

Tabela 1: Correspondência entre políticas institucionais do IFSULDEMINAS e conteúdos do Decreto nº 5.773/2006.	101
Tabela 2: Oferta de cursos técnicos e graduações do câmpus Inconfidentes...	102
Tabela 3: Oferta de cursos técnicos e graduações do câmpus Machado.	105
Tabela 4: Oferta de cursos técnicos e graduações do câmpus Muzambinho. ..	107
Tabela 5: Oferta de cursos técnicos e graduações do câmpus Passos.....	111
Tabela 6: Oferta de cursos técnicos e graduações do câmpus Poços de Caldas.....	111
Tabela 7: Oferta de cursos técnicos e graduações do câmpus Pouso Alegre....	112
Tabela 8: Oferta de cursos técnicos e graduações dos câmpus avançados de Carmos de Minas e de Três Corações.....	113
Tabela 9: Oferta de pós-graduações do câmpus Inconfidentes.	114
Tabela 10: Oferta de pós-graduações do câmpus Machado.....	114
Tabela 11: Oferta de pós-graduações do câmpus Muzambinho.....	115
Tabela 12: Projeção de abertura de cursos técnicos e graduações.....	116
Tabela 13: Reestruturação do projeto pedagógico de cursos técnicos e graduações em oferta.....	117
Tabela 14: Projeção de abertura de cursos de pós-graduação.....	118
Tabela 15: Reestruturação de projeto pedagógico de cursos de pós-graduação em oferta.	119
Tabela 16: Acervos das bibliotecas.....	120
Tabela 17: Funcionamento, espaço e recursos humanos das bibliotecas.	121
Tabela 18: Composição atual corpo docente efetivo.	122
Tabela 19: Composição atual corpo docente substituto.....	123
Tabela 20: Composição atual corpo docente temporário.....	123
Tabela 21: Composição atual do corpo técnico-administrativo.	123
Tabela 22: Projeção de aumento de instalações físicas totais.	124
Tabela 23: Projeção de instalações físicas pedagógicas (Salas de aula+Laboratórios).....	124
Tabela 24: Instalações físicas em geral – quantitativos do	



câmpus Inconfidentes.....	125
Tabela 25: Instalações físicas em geral – quantitativos do câmpus Machado. .	126
Tabela 26: Instalações físicas em geral – quantitativos do câmpus Muzambinho.	127
Tabela 27: Instalações físicas em geral – quantitativos do câmpus Passos.....	128
Tabela 28: Instalações físicas em geral – quantitativos do câmpus Poços de Caldas.....	129
Tabela 29: Instalações físicas em geral – quantitativos do câmpus Pouso Alegre.....	130
Tabela 30: Laboratórios por área – quantitativos do câmpus Inconfidentes. ...	131
Tabela 31: Laboratórios por área – quantitativos do câmpus Machado.	134
Tabela 32: Laboratórios por área – quantitativos do câmpus Muzambinho.	135
Tabela 33: Laboratórios por área – quantitativos do câmpus Passos.....	138
Tabela 34: Laboratórios por área – quantitativos do câmpus Poços de Caldas.....	140
Tabela 35: Laboratórios por área – quantitativos do câmpus Pouso Alegre.....	141
Tabela 36: Quadro de receitas do IFSULDEMINAS (Valores em R\$).	142



Índice de ilustrações

Figura 1: Organograma da Reitoria.....	31
Figura 2: Organograma do câmpus Inconfidentes.....	32
Figura 3: Organograma do câmpus Machado.	33
Figura 4: Organograma do câmpus Muzambinho.	34
Figura 5: Organograma dos câmpus Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre...	35
Figura 6: Relações de alunos por professor (considerando o total de docentes efetivos com relação aos cursos técnicos de nível médio, às graduações, às pós-graduações e aos cursos FIC e PRONATEC) em comparação com referencial exemplificativo da SETEC/MEC... ..	88
Figura 7: Licitações executadas pela Pró-Reitoria de Planejamento e Administração.....	89

Introdução

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 define estratégias que ajudarão o IFSULDEMINAS a contribuir para o desenvolvimento do Sul de Minas Gerais por meio da educação. Esta introdução diz o que é este documento e explica sua produção e sua organização.

O que é o Plano de Desenvolvimento Institucional?

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) propõe um conjunto de parâmetros para construir um IFSULDEMINAS melhor. Ele valerá por cinco anos, de 2014 até 2018. O primeiro plano vigorou para o período de 2009 a 2013. O objetivo foi atualizá-lo.

É um documento que funciona de forma semelhante a um planejamento estratégico. Possui informações pedagógicas, mas se fundamenta na literatura de planejamento estratégico.

Dados gerenciais e rotinas de gestão e decisão foram utilizados para que as projeções ficassem dentro de um horizonte de realidade.

O PDI deve ser usado para subsidiar decisões futuras, não para substituí-las. É um documento que não serve para decidir agora o que será feito em 2017. Ele traça parâmetros gerais e sugere abordagens e metas que auxiliarão decisões futuras. Trata-se, portanto, de uma plataforma para decisões dialogadas que se processarão nos próximos cinco anos. Não há como antecipar os detalhes dessas decisões, mas há como antecipar as áreas que carecem de ações estruturantes, bem como critérios para implementá-las.

Qualquer planejamento deve ser atualizado com periodicidade mínima anual. Assim como o IFSULDEMINAS muda, o PDI deve mudar, tendo dados atualizados, parâmetros revistos e metas canceladas, substituídas, reformuladas ou atingidas.

Incluir minúcias no PDI sob o pretexto de que posteriormente não haveria chance de fazê-lo ou de que tudo o que estiver no documento deverá ser

cumprido contrariaria quatro pressupostos de qualquer planejamento:

- 1º) O plano prevê o desenvolvimento institucional, ele não o antecipa ou o realiza.
- 2º) O plano não deve conter minúcias, pois se refere a um período longo demais e substanciará as mais variadas decisões.
- 3º) Atualizar planejamentos é essencial à boa administração.
- 4º) Coibir mudanças num planejamento poderia levar a cumpri-lo mesmo que ele se revelasse equivocado, o que não poderia ser aceito. Esperar que um planejamento acerte a ponto de descartar revisões também é bastante inadequado.

O formato final deste Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 privilegia a facilidade de acessar, manusear e atualizar suas informações.

Novos caminhos para uma nova institucionalidade

A inexistência de modelos de planos de desenvolvimento institucionais específicos para os institutos federais, bem como de estratégias para concebê-los, levaram-nos a uma proposta diferenciada de produção.

O artigo 16 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, lista o conteúdo dos planos de desenvolvimento institucional das instituições de ensino superior, que, na época, se limitavam principalmente a universidades, centros universitários e faculdades. O artigo 15 do mesmo decreto aponta o Plano de Desenvolvimento Institucional como uma das exigências para credenciar a instituição de ensino superior no Ministério da Educação. Este órgão publicou dois manuais de orientação: “Instruções para elaboração de plano de desenvolvimento institucional” e “Formulário do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI”.

Os planos de desenvolvimento institucional disponíveis em sites de instituições de ensino superior federais, estaduais e particulares apresentam bastante variedade, o que reflete a liberdade dessas instituições para definir o

conteúdo dos documentos.

Naturalmente, o legislador e os técnicos do Ministério da Educação (MEC) não previram em 2006 a inovação que, dois anos mais tarde, a criação dos institutos federais representaria para a educação nacional. Tanto o decreto quanto os manuais do MEC, os planos consultados e a própria lógica avaliativa do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) refletem a institucionalidade acadêmica das universidades, a qual difere radicalmente da institucionalidade profissional dos institutos federais.

O Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, que preparou o terreno para a criação dos institutos federais pela Lei nº 10.891, de 29 de dezembro de 2008, menciona que essas instituições deveriam elaborar seus planos de desenvolvimento institucional “observando, *no que couber*” (artigo 4, *grifo nosso*), o Decreto nº 5.773/2006, de modo a “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico no [seu] âmbito de atuação” (art. 4º, § 1º, III, Decreto nº 6.095/2007).

De fato, a administração pública percebia que uma institucionalidade destinada ao desenvolvimento socioeconômico local era novidade na educação brasileira de nível técnico e superior. Essa nova institucionalidade trouxe para a educação profissional uma administração com características próprias, dentre as quais podem ser destacadas:

- Estrutura multicâmpus e regionalismo, que determinam a especialização dos serviços educacionais e administrativos entre os institutos federais e, dentro de um mesmo instituto federal, entre seus câmpus.
- Verticalização, com conseqüente variedade das práticas educacionais (iniciação científica, cooperativas estudantis, estágios, laboratórios, fazendas, aulas expositivas, grupos de pesquisa, incubadoras de empresas etc.).
- Cursos pluricurriculares e multitemáticos, com exigências

administrativas, instrumentos de ensino, práticas de ensino e perfis docentes especializados (laboratórios de informática e programadores para processamento de dados; fazendas e agrônomos para curso técnico em agropecuária; artistas plásticos e softwares de design gráfico para um curso de comunicação visual; adaptações para Educação de Jovens e Adultos; o trâmite legal para abrir um curso técnico difere daquele de uma graduação).

- Alto nível de integração entre os serviços que compõem a prestação educacional.
- Alinhamento de serviços educacionais com o arranjo produtivo, social e cultural regional, o que tem estimulado novas formas de pensar procedimentos de abertura de cursos e de seleção de projetos de pesquisa e extensão.

As peculiaridades dessa institucionalidade que o IFSULDEMINAS compartilha com os demais institutos federais sugeriu uma forma mais gerencial de compreender o Plano de Desenvolvimento Institucional.

A produção deste documento

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 foi produzido setembro de 2013 e junho de 2014. Iniciou-se, portanto, na gestão 2010-2013 e finalizou durante a gestão 2014-2017.

Em 13 de setembro de 2013, uma portaria constituiu uma Comissão Central com representantes de discentes, docentes e técnicos administrativos de cada unidade do IFSULDEMINAS. Por meio da indicação do Diretor de Desenvolvimento Institucional, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, um dos membros da Comissão Central assumiu a posição de compilador e passou a integrar simultaneamente a Comissão Central e o Grupo de Trabalho. Este Grupo de Trabalho, constituído pelos diretores de desenvolvimento educacional, os diretores de administração e planejamento

dos câmpus e o compilador, funcionou como braço executivo da Comissão Central.

O compilador consultou a legislação e planos de desenvolvimento institucional de universidades e confeccionou instrumentos de coleta de informações que foram chamados de “documentos de especificação”. Tais documentos especificavam os conteúdos necessários para redigir o plano de desenvolvimento institucional. Os documentos de especificação foram concebidos com um nível de detalhamento condizente com a generalidade que se esperava do documento final.

Em 20 de setembro, a Comissão Central e o Grupo de Trabalho se reuniram no câmpus Machado. Foi quando discutiram os documentos de especificação e aprovaram um plano de ação.

Entre 20 de setembro e 8 de novembro, o Grupo de Trabalho preencheu os documentos de especificação e os entregou ao compilador.

Durante o preenchimento, com base em observações dos colegas do Grupo de Trabalho, o compilador introduziu alterações nos documentos de especificação de modo a capturar as informações com maior precisão, mas sem descaracterizar as linhas gerais do plano de ação.

Essas atividades se desenvolveram com intenso uso de e-mail e de plataformas gratuitas de compartilhamento de conteúdos, as quais passaram por aperfeiçoamentos para melhorar o acesso aos documentos de especificação e apoiar a visita do compilador aos câmpus que solicitaram sua presença.

Os documentos de especificação foram preenchidos respeitando algumas diretrizes:

a) Os membros do Grupo de Trabalho deveriam primeiramente consultar setores e colegiados legalmente constituídos. Esta diretriz se deveu ao fato de que o IFSULDEMINAS possui órgãos colegiados competentes, que são eleitos periodicamente para representar segmentos da comunidade escolar. Tais órgãos já discutem políticas e ações de longo prazo em reuniões frequentes, cujos registros encontram-se abertos à consulta pública. Esta organização

administrativa tornou desnecessárias comissões *ad hoc* que poderiam passar por cima de discussões e decisões de colegiados e representantes legítimos da comunidade escolar.

b) Os membros do Grupo de Trabalho em cada câmpus podiam constituir comissões temáticas *ad hoc* com o objetivo de complementar lacunas informacionais ou atingir outros objetivos.

c) O Grupo de Trabalho privilegiou a coleta de fatos administrativos. Esta diretriz evitou que o Plano de Desenvolvimento Institucional se convertesse em expediente para improvisar decisões, políticas ou programas. Carências administrativas deveriam ser diagnosticadas e relatadas para que este plano pudesse prever seu atendimento nos próximos cinco anos. O IFSULDEMINAS de fato não possui todas os procedimentos dos quais precisa nem tem todas suas políticas com um grau de solidez ideal. A diretriz orientou os membros do Grupo de Trabalho a relatar a situação tal qual estivesse e permitiu que fossem previstos aperfeiçoamentos para 2014-2018.

Uma vez que os documentos de especificação foram preenchidos e entregues ao compilador em 9 de novembro, ele redigiu uma versão preliminar do Plano de Desenvolvimento Institucional. A versão preliminar foi revisada em duas fases pela Comissão Central e pelo Grupo de Trabalho; na sequência, foi apreciada pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão. Em todas essas etapas, as recomendações de cada instância foram conhecidas pelo compilador, que procurou modificar o Plano de Desenvolvimento Institucional de modo a atendê-las.

A versão preliminar foi finalizada em janeiro de 2014 e encaminhada para apreciação da Comissão Central e do Grupo de Trabalho, os quais se reuniram em 20 de fevereiro de 2014 para planejar a discussão do documento pela comunidade escolar.

Os diretores de desenvolvimento educacional e os diretores de administração e planejamento tiveram entre os dias 21 de fevereiro e 30 de março para consultar a comunidade escolar dos câmpus. Cada consulta originou recomendações que foram incorporadas ao documento final

conforme decisões tomadas pela Comissão Central e pelo Grupo de Trabalho em reunião no início de abril. Na sequência, o documento final foi apreciado pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão e, posteriormente, aprovado como Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 pelo Conselho Superior do IFSULDEMINAS.

Considerando que o investimento em planejamento não deve ser alto a ponto de inviabilizar as tarefas cotidianas das organizações, a metodologia utilizada mostrou-se adequada.

O planejamento estratégico depende da maturidade das organizações que o adotam. Em 2009, o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSULDEMINAS foi elaborado por três escolas agrotécnicas que, menos de seis meses antes, haviam se transformado em câmpus de um instituto federal. Agora, em 2013, foi esse instituto federal que, pela primeira vez, avaliou suas conquistas, seus fracassos e previu os rumos de seu desenvolvimento institucional. A imaturidade de uma instituição tão recente tende a influenciar os recursos disponíveis para elaborar o Plano de Desenvolvimento Institucional, ainda mais levando em conta que é razoável afirmar que a administração pública nacional de educação iniciou-se ela própria neste estilo de planejamento há cerca de dez anos.

Como parte da metodologia, o compilador consultou a seguinte documentação e, com base nela, redigiu a versão preliminar e revisou a versão final do Plano de Desenvolvimento Institucional:

1. Relatório de Gestão do IFSULDEMINAS para 2012.
2. Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSULDEMINAS para 2009-2013.
3. “Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes”, brochura da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação em que os institutos federais vêm definidos dentro da política pública de educação profissional e tecnológica.
4. Acórdão 560/2013, do Tribunal de Contas da União. O Acórdão sintetiza as conclusões de uma auditoria de todos os institutos federais do país. Muito do que consta ali vale para o IFSULDEMINAS, daí a viabilidade de utilizar o

Acórdão. Trecho do § 271, por exemplo, menciona que alguns câmpus, como os “que iniciaram as aulas no ano de 2011, não contavam com o conjunto de instalações mínimas necessárias para iniciar suas atividades, que começaram praticamente apenas com salas de aulas, ficando todo o resto da infraestrutura aguardando instalação posterior, com todas as incertezas de disponibilidade orçamentária e cumprimento de prazos de licitação para obras e aquisição de equipamentos”. Este trecho reflete a situação vivida pelos câmpus de Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre em 2012, como consta do Relatório de Gestão do IFSULDEMINAS para 2012.

5. Acordo de Metas e Compromissos firmado entre o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e o IFSULDEMINAS em 2010. Este acordo obedeceu a um modelo que a Secretaria usou para todos os institutos federais do país. Teve valor meramente informativo para este PDI, pois, como menciona o Acórdão 560/2013, do Tribunal de Contas da União, em trecho do § 197, “a forma como o dispositivo [isto é, o Acordo de Metas e Compromissos] constrói a meta não permite seu acompanhamento, nem permite que os *campi* tenham clareza do que se espera deles”. Portanto, não há como auferir o cumprimento do Acordo nem realismo em perseguir suas propostas nos próximos anos.

6. Documentos de especificação preenchidos pelo Grupo de Trabalho. Estes documentos seguiram de perto a legislação e os manuais do Ministério da Educação. Eles se repartiram em grupos: Perfil institucional; Políticas de ensino, pesquisa, extensão e administração; Projeto político pedagógico; Oferta e projeção de cursos regulares; Perfil do corpo docente; Perfil do corpo técnico-administrativo; Organização administrativa; Política de atendimento aos discentes; Infraestrutura; Autoavaliação; e Demonstrativo financeiro e orçamentário.

7. Resoluções aprovadas pelo Conselho Superior do IFSULDEMINAS desde 2010.

8. Plano de Desenvolvimento Institucional preliminar da Universidade de São Paulo 2012-2017; Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade

Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” 2009-atual; Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Bahia 2012-2016; Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais 2013-2017.

Capítulos deste documento

O Plano de Desenvolvimento Institucional está organizado em dois capítulos que trabalham os conteúdos obrigatórios do Decreto nº 5.773/2006.

O primeiro, “Perfil institucional”, define o IFSULDEMINAS como prestador de serviços educacionais, apresenta sua missão, suas finalidades, seus objetivos, uma síntese das discussões do projeto político-pedagógico e a organização administrativa. Esse capítulo trata dos seguintes conteúdos obrigatórios do Decreto nº 5.773/2006: definição institucional, projeto político pedagógico, inserção regional da instituição de ensino e organização administrativa.

O segundo, “Políticas institucionais”, define e apresenta as políticas institucionais, seus procedimentos e suas metas para 2014-2018, abrangendo os demais conteúdos obrigatórios do Decreto nº 5.773/2006 (Tabela 1).

O apêndice apresenta o conjunto de dados no qual se baseou produção deste documento. Os dados foram coletados em outubro de 2013 e refletem os recursos físicos, os recursos humanos, o catálogo de cursos e de propostas de cursos daquele momento. Todas as tabelas que constam ali tiveram e têm valor meramente analítico. Elas não funcionam para delimitar ou confirmar propostas que possam surgir, seja de construções de prédios, aberturas de cursos, ampliação de acervos de biblioteca ou contratação de funcionários pelo IFSULDEMINAS como um todo ou por suas unidades administrativas. Os números e os dados nelas coletados possuem valor analítico e informativo.

Os anexos trazem as propostas de projeto político-pedagógico institucional do IFSULDEMINAS que estavam publicadas em outubro de 2013.

1 | Perfil institucional

Este capítulo responde o que é o IFSULDEMINAS, quais suas finalidades, sua missão e como é sua organização administrativa. Encerra com um breve balanço da gestão 2009-2013 e uma síntese do que há de principal nas metas institucionais para 2014-2018.

Definição

O IFSULDEMINAS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais) é uma organização da administração pública indireta federal que presta serviços educacionais no Sul de Minas Gerais com a expectativa de que estes fortaleçam arranjo produtivo, social e cultural regional.

Histórico

O IFSULDEMINAS foi constituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que delimitou seus serviços educacionais dentre aqueles pertencentes à educação profissional, técnica de nível médio e superior, e estabeleceu sua finalidade de fortalecer o arranjo produtivo, social e cultural regional.

A instituição se organiza como autarquia educacional multicâmpus, com proposta orçamentária anual para cada câmpus e para a Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios ao servidor, os quais têm proposta unificada. Possui autonomia administrativa e pedagógica.

Suas unidades físicas se distribuem no Sul de Minas Gerais da seguinte forma:

- Câmpus de Inconfidentes;
- Câmpus de Machado
- Câmpus de Muzambinho
- Câmpus de Passos
- Câmpus de Poços de Caldas
- Câmpus de Pouso Alegre
- Câmpus avançado de Carmo de Minas
- Câmpus avançado de Três Corações
- Reitoria em Pouso Alegre

A estrutura multicâmpus começou a constituir-se em 2008, quando a Lei 11.892/2008 transformou as escolas agrotécnicas federais de Inconfidentes,

Machado e Muzambinho em câmpus Inconfidentes, câmpus Machado e câmpus Muzambinho do IFSULDEMINAS, cuja Reitoria fica, desde então, em Pouso Alegre.

Em 2009, estes três câmpus iniciais lançaram polos de rede em Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, os quais se converteram nos câmpus Passos, câmpus Poços de Caldas e câmpus Pouso Alegre.

Em 2013, foram criados os câmpus avançados de Carmo de Minas e de Três Corações. Ambos os câmpus avançados derivaram de polos de rede estabelecidos na região do circuito das águas mineiro, que fora protocolada no Ministério da Educação, em 2011, como região prioritária da expansão.

Compete aos câmpus prestar os serviços educacionais para as comunidades em que se inserem. A competência estruturante da Reitoria influencia a prestação educacional concreta no dia a dia dos câmpus.

A Reitoria comporta cinco pró-reitorias:

- Pró-Reitoria de Ensino
- Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
- Pró-Reitoria de Extensão
- Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
- Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

As pró-reitorias são competentes para estruturar suas respectivas áreas. A Pró-Reitoria de Ensino, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e a Pró-Reitoria de Extensão concentram serviços de ensino, pesquisa científica e integração com a comunidade.

As outras duas pró-reitorias – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – concentram as competências de execução orçamentária, infraestrutura e monitoramento de desempenho.

Missão

A missão do IFSULDEMINAS é “promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais.”

Finalidades

Com base na Lei 11.892/2008, as finalidades do IFSULDEMINAS são as seguintes:

- Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e modalidades, com vistas à atuação profissional de seus egressos nos diversos setores da economia, com ênfase na preservação ambiental e no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.
- Integrar e verticalizar a educação básica com a educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. A verticalização e a integração promovem a fluidez de conhecimentos, técnicas e habilidades entre os níveis de ensino.
- Orientar a oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Sul de Minas Gerais.
- Oferecer capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes da rede pública de ensino.
- Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

Objetivos

Os objetivos do IFSULDEMINAS, com base na Lei 11.892/2008, são:

- Ministar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.
- Ministar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores para capacitar e aperfeiçoar os profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas de educação profissional e tecnológica.
- Realizar pesquisas aplicadas, estendendo seus benefícios à comunidade.
- Estimular e apoiar processos educativos que impulsionam o desenvolvimento socioeconômico local e regional através da geração de trabalho e renda.
- Ministar, em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia de formação de profissionais; b) cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica para formar professores de educação profissional e de educação básica, sobretudo nas áreas de ciência e matemática (reserva de 20% das vagas para esse fim); c) cursos de bacharelado e engenharia; d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização; e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado com vistas ao processo de geração e inovação de tecnologia.

Inserção regional

Os municípios de Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha são os centros regionais mais importantes do Sul de Minas nos planos político, econômico,

cultural e social.

Dezenas de municípios menores vivem em seu entorno e, num raio de 70 km, estabelecem ligações econômicas e culturais significativas com eles.

Em população, segundo dados do IBGE de 2010, Poços de Caldas ocupa o primeiro lugar: são 152.435 mil habitantes. Pouso Alegre vem a seguir com 130.615 mil, Varginha, com 123 mil, Passos, com 106.290 e Itajubá, com 90.658.

O IDH desses municípios é muito parecido: entre 0,815 para Itajubá e 0,841 para Poços.

O rápido desenvolvimento econômico desses centros vem aumentando sobremaneira sua população. Assim, Pouso Alegre, nos últimos 10 anos, viu sua população crescer a uma taxa de 2,23%. Em 2013, sua população já era de 140 mil. O mesmo processo se verifica em outros lugares onde o crescimento econômico está presente.

Em 2010, segundo o IBGE, o maior PIB da região era o de Poços: R\$ 3.270 bilhões, seguido de Varginha, R\$ 3.143 bilhões, Pouso Alegre, 2.622 bilhões, Extrema, 1 bilhão e 616 milhões. Os municípios de Itajubá, Passos, Lavras, Três Corações, Alfenas também possuem PIB acima de 1 bilhão.

Dados de 2013, no entanto, revelam que a região vem passando por intenso crescimento. Notícia divulgada pelo portal da EPTV sul de Minas, em 18 de dezembro de 2013, com base em dados do IBGE, mostra que “Poços de Caldas é a cidade com maior Produto Interno Bruto do Sul de Minas. A cidade teve um aumento de 12%, ao passar de R\$ 3,6 bilhões em 2010 para R\$ 4,1 bilhões em 2011. Com isso, o município deixou Varginha para trás, que era a primeira colocada na região na pesquisa anterior. Varginha, que caiu para segundo lugar, fechou 2011 com um PIB de R\$ 4,036 bilhões, 2% a mais que em 2010, quando fechou com R\$ 3,957 bilhões. O terceiro maior PIB do Sul de Minas é o de Pouso Alegre. A cidade teve uma elevação de 11,9%, quando passou de R\$ 3 bilhões para R\$ 3.4 bilhões”.

Em todos esses municípios o setor terciário compõe a maior parte do PIB, seguido do setor industrial e, por último, já bem distante, o setor das atividades primárias.

Destacam-se no panorama econômico da região alguns “clusters”: a zona de confecções e malharia do extremo sul (Borda da Mata, Ouro Fino, Jacutinga e Monte Sião), a zona industrial que vai do município de Extrema a Cambuí, também no extremo sul, acompanhando as margens da BR 381. A zona de alta tecnologia ao longo da BR 459 que engloba os municípios de Santa Rita do Sapucaí e Itajubá. O circuito das águas, com intensa atividade turística, que engloba os municípios de São Lourenço, Caxambu, Lambari e Cambuquira. A zona industrial que engloba os municípios de Três Corações e Varginha. O grande polo industrial no qual vem se transformando o município de Pouso Alegre, com grandes investimentos ao longo dos últimos 6 anos. O polo industrial, de serviços e de grande atividade turística, que identifica o município de Poços de Caldas. A grande zona dedicada ao cultivo de café, que se estende por amplas áreas do sul de Minas, notadamente a que alcança os municípios de Varginha, passando por Três Pontas, chegando a Alfenas, Machado, Botelhos, Cabo Verde, Muzambinho e Guaxupé, em que a produção de café, além de tradicional, é importante atividade econômica da região. Também merece destaque a atividade ligada ao cultivo da cana que se incrusta em regiões do sudoeste de Minas e alcança o seu pico no município de Passos. Além de atividades econômicas ligadas fortemente ao setor agropecuário, a região do sudoeste de Minas merece destaque pelas atividades turísticas ligadas ao lago de Furnas.

O Sul de Minas é uma das mais importantes regiões do Estado de Minas Gerais. Bem situada geograficamente em torno dos grandes centros econômicos do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), sua natureza física é pródiga em recursos naturais, abriga centros econômicos em expansão e uma população crescente.

A região detém enormes potencialidades de desenvolvimento, que não escondem possibilidades disruptivas, exatamente em razão do crescimento acelerado (a possibilidade da degradação geográfica, dos gargalos urbanos de trânsito, moradias e violência), que, em última instância, exigem do poder público e das demais instituições (por exemplo, o IFSULDEMINAS), cuidados

para atuar nos nichos em que se acham preparados a fim de contribuir para o crescimento sustentável da região.

Público-alvo

Pode matricular-se como estudante do IFSULDEMINAS qualquer pessoa que concluiu o ensino fundamental (caso dos cursos técnicos integrados ao ensino médio), o ensino médio (para ingresso nos técnicos subsequentes e nas graduações), a graduação (para ingresso nas pós-graduações) e aqueles que cursam o 2º ou 3º ano do ensino médio (nos cursos técnicos concomitantes ao ensino médio) ou que não cursaram ensino fundamental e médio na idade própria (ensino técnico integrado ou concomitante ao ensino médio em modalidade de educação de jovens e adultos).

Formações alternativas em cursos livres de curta duração possuem outros requisitos de ingresso, como idade ou ocupação, raramente exigindo nível de formação mínimo.

Projeto político-pedagógico

O projeto político-pedagógico institucional do IFSULDEMINAS estipula parâmetros para planejar, executar e avaliar serviços educacionais. Desde 2010, uma comissão prepara esse projeto como um documento separado do Plano de Desenvolvimento Institucional, mas ainda não o finalizou. O que segue resume as propostas publicadas até o momento (Anexos 1 e 2), reflete os valores que guiam a prática pedagógica atual e contribuirá para finalizar o projeto político pedagógico como um documento distinto.

Princípios filosóficos

- Pluralismo de ideias.
- Liberdade de ensino, aprendizagem, pesquisa e divulgação.
- Gestão democrática

Princípios curriculares

- Transversalidade entre conteúdos e tecnologias.
- Verticalização de cursos técnicos de nível médio, graduações e pós-graduações, que compartilham eixos de ensino-aprendizagem.
- Formações que propiciem desenvolvimento de competências.
- Integração com o arranjo produtivo, social e cultural regional.

Princípios metodológicos

- Integração entre ensino, pesquisa e extensão.
- Diversidade de métodos de avaliação.
- Iniciação científica e cultural.
- Flexibilidade de métodos de ensino-aprendizagem.
- Nivelamento educacional e outros suportes à igualdade de aproveitamento do ensino e à permanência do estudante do início ao fim dos cursos.
- Gestão escolar democrática e descentralizada;
- Uso de novas tecnologias da informação e da comunicação no processo de ensino-aprendizagem de cursos presenciais, a distâncias ou mistos.
- Estímulo à inovação, ao empreendedorismo e à sustentabilidade ambiental.
- Integração de docentes, técnicos administrativos e estudantes no processo de ensino-aprendizagem.

- Igualdade de acesso aos programas institucionais de ensino, pesquisa e extensão.
- Reconhecimento e certificação de competências profissionais adquiridas fora da escola (artigo 41 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Integralização curricular

A integralização curricular é feita conforme a legislação e o projeto pedagógico de cada curso.

Atividades práticas e de estágio

O ensino-aprendizagem do IFSULDEMINAS associa ensino, pesquisa e extensão no cotidiano da educação profissional. O estudante frequenta aulas expositivas ou práticas em laboratórios, faz iniciação científica e participa de programas de extensão que lhe permitem colocar em prática esse conhecimento.

Para tanto, o programa do estágio é estruturado. Os estudantes, além de frequentar o estágio, elaboraram relatórios que são avaliados por orientadores e professores. Os programas de iniciação científica também são estruturados pelas agências de fomento (CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –, FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais –, e Programa “Jovens Talentos para a Ciência”) ou, no caso das bolsas de fomento interno, pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e pela Pró-Reitoria de Extensão. As atividades de ensino ocorrem na medida prevista pelos projetos pedagógicos de cada curso, que são pensados de acordo com os princípios político-pedagógicos sintetizados anteriormente.

Organização administrativa

O organograma do IFSULDEMINAS acomoda o conjunto dos setores dos câmpus e da Reitoria.

A Reitoria comporta pró-reitorias, diretorias sistêmicas, colegiados superiores e comissões especiais (Figura 1).

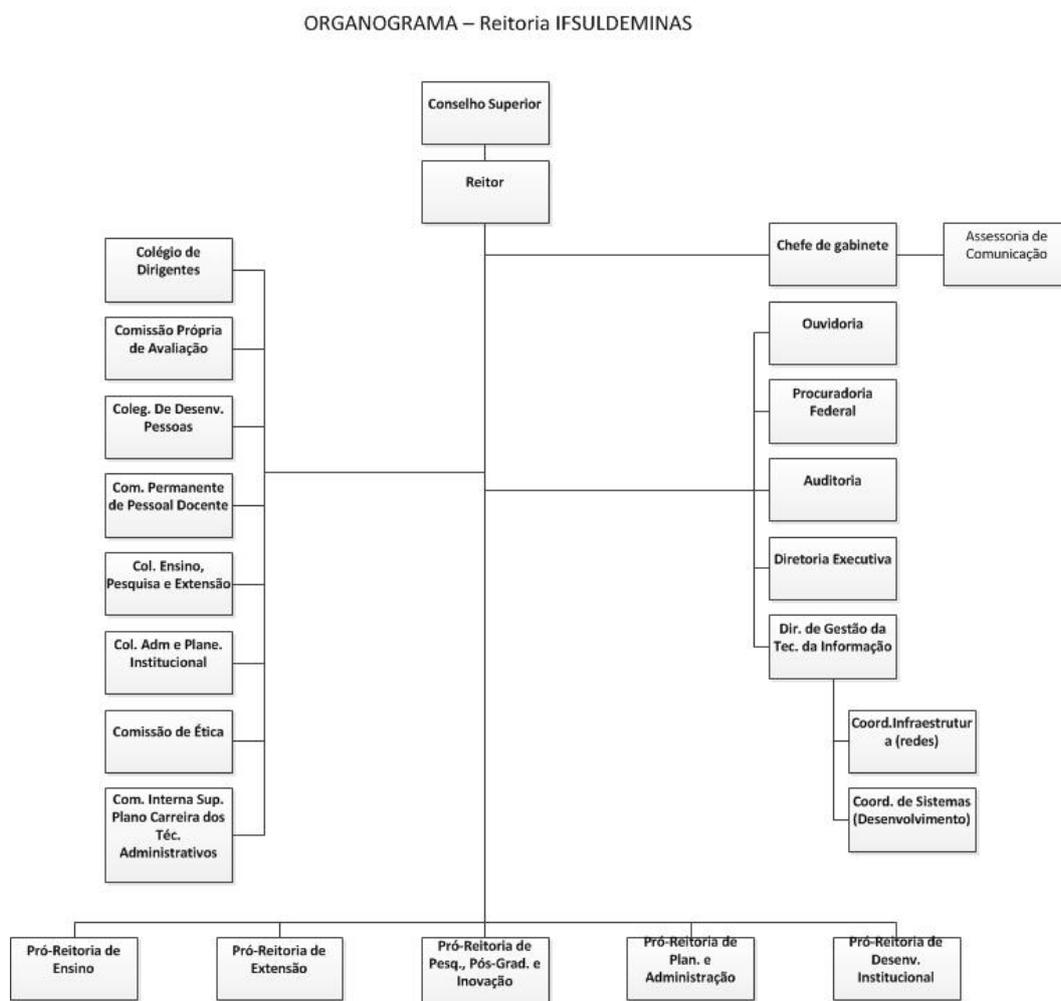


Figura 1: Organograma da Reitoria.

Dois setores da Reitoria, o Órgão de Controle Interno e a Diretoria de Ingresso, são especializados e por isto não têm subdivisões.

As pró-reitorias, menos especializadas do que a Diretoria de Ingresso e o

Órgão de Controle Interno, subdividiram-se em uma ou duas diretorias, as quais se compartimentaram em uma ou até quatro coordenações.

As pró-reitorias se articulam com os câmpus através de colegiados (como a Câmara de Extensão e o Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão) e setores (por exemplo: Escritórios Locais de Transferência de Tecnologia, Núcleos Institucionais de Pesquisa e Extensão, Núcleos de Tecnologia da Informação, Coordenadorias Gerais de Recursos Humanos etc.).

Os câmpus de Inconfidentes, Machado e Muzambinho herdaram os organogramas de quando eram escolas agrotécnicas. Esses organogramas (Figuras 2, 3 e 4) refletem uma organização mais intrincada do que aquela dos câmpus Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, que compartilham um mesmo desenho (Figura 5).

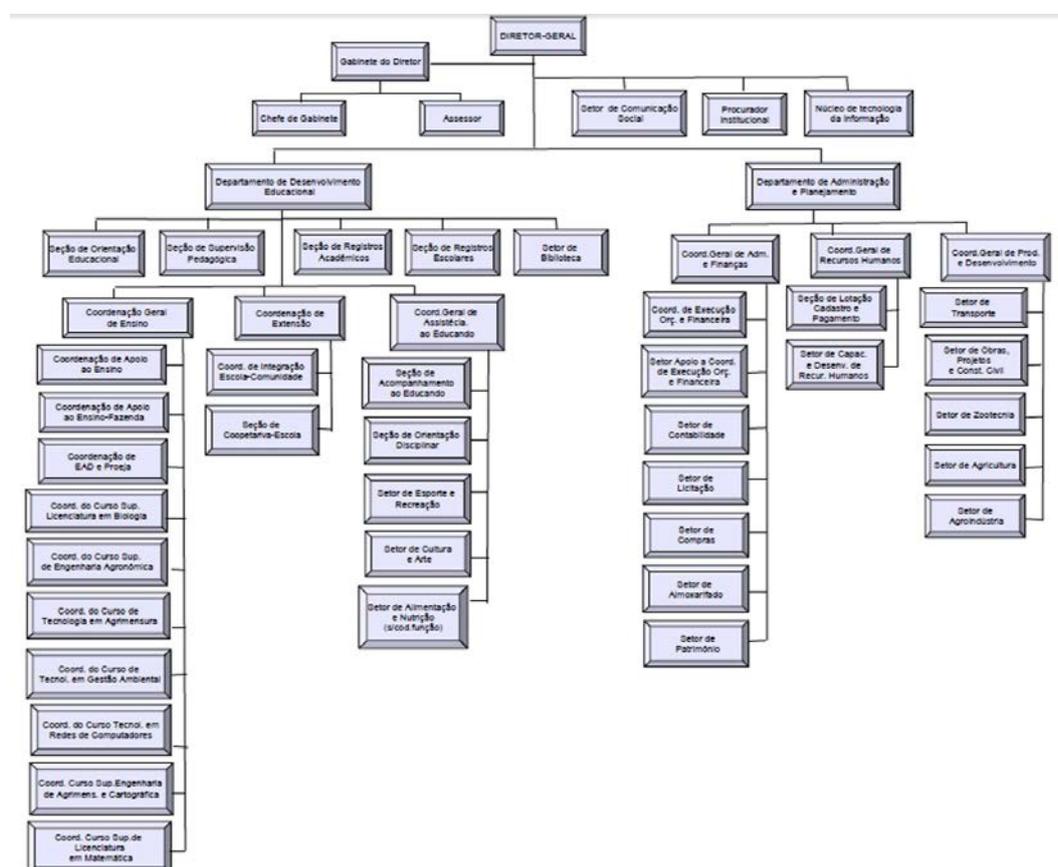


Figura 2: Organograma do câmpus Inconfidentes.

IFSULDEMINAS – CAMPUS MACHADO

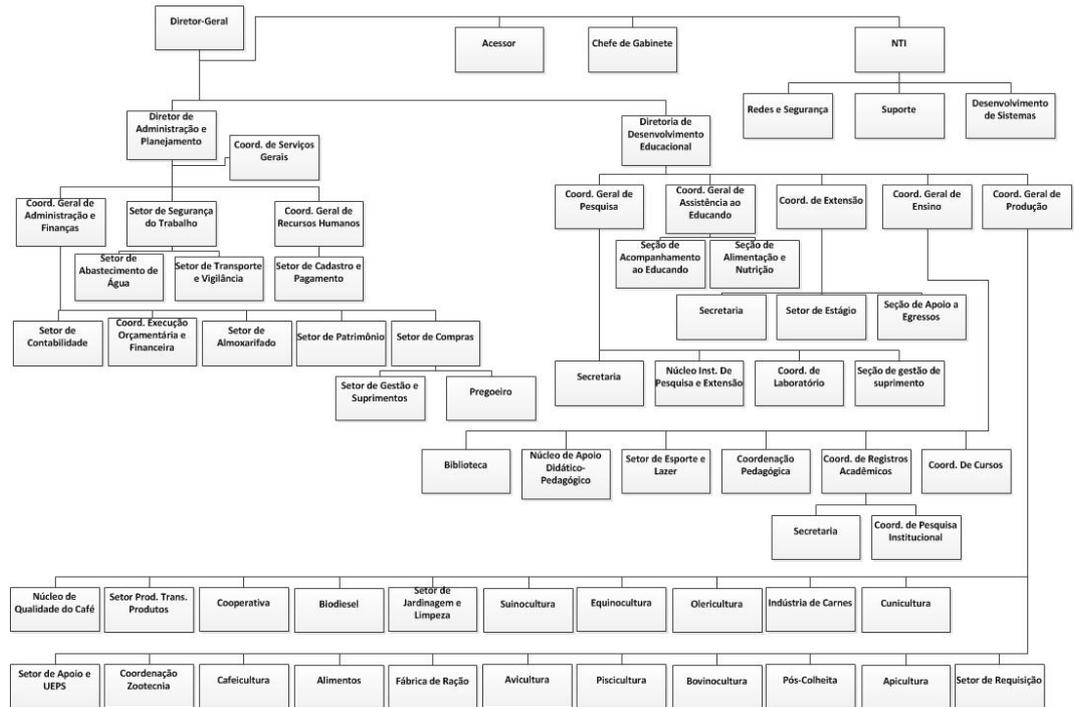


Figura 3: Organograma do câmpus Machado.



Figura 4: Organograma do câmpus Muzambinho.

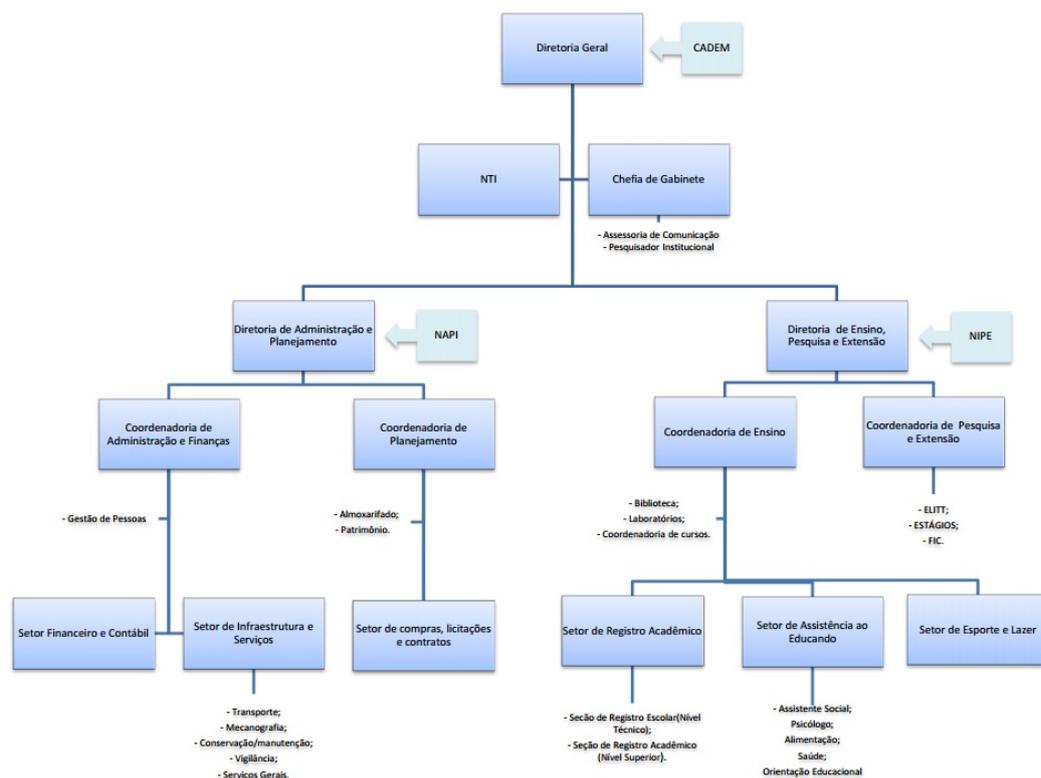


Figura 5: Organograma dos câmpus Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre.

Os organogramas dos câmpus compartilham setores de alto e médio escalão, e especializam-se nos demais.

No primeiro escalão, posicionam-se a Diretoria-geral, a Chefia de Gabinete e o Núcleo de Tecnologia da Informação.

O segundo escalão é constituído por duas diretorias: a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (ou Diretoria de Desenvolvimento Educacional, nos câmpus Inconfidentes, Machado e Muzambinho), assessorada pelo Núcleo Institucional de Pesquisa e Extensão; e a Diretoria de Administração e Planejamento, assessorada pelo Núcleo de Administração e Planejamento Institucional.

A Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão concentra serviços educacionais, enquanto que a Diretoria de Administração e Planejamento concentra rotinas de execução orçamentária e normatização institucional.

Do terceiro escalão em diante, os organogramas dos câmpus

Inconfidentes, Machado e Muzambinho se diferenciam consideravelmente dos organogramas dos câmpus Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre.

Uma Comissão de Discussão do Organograma foi constituída em abril de 2012 com a atribuição de elaborar os organogramas dos câmpus Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre (o que foi feito através da Resolução Conselho Superior nº 51, de 20 de dezembro de 2012), ajustar os organogramas dos câmpus Inconfidentes, Machado e Muzambinho às inovações trazidas pela Lei 11.892/2008 e harmonizá-los com os dos câmpus Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre de modo a evitar clivagens entre as unidades.

Colegiados

A administração do IFSULDEMINAS comporta um grupo de órgãos colegiados que horizontalizam o poder decisório e permitem que todos os segmentos da comunidade escolar e representantes da comunidade externa influenciem seus rumos. Apresentam-se os 17 colegiados mais importantes:

1. Colegiados institucionais superiores: compõem a alta administração.

- Conselho Superior
- Colégio de Dirigentes
- Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão
- Colegiado de Administração e Planejamento Institucional
- Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas

2. Colegiados institucionais: são câmaras do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão que tratam especificamente de serviços de ensino, pesquisa e extensão.

- Câmara de Ensino
- Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
- Câmara de Extensão

3. Colegiados ramificados: possuem uma estrutura institucional que se ramifica com representantes ou subcomissões nos câmpus.

- Comissão Própria de Avaliação
- Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação
- Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
- Comissão de Ética dos Servidores

4. Colegiados dos câmpus: órgãos específicos dos câmpus, nos quais existem segundo um mesmo padrão organizacional, e atuam em integração com os órgãos institucionais.

- Colegiado Acadêmico dos Câmpus
- Colegiados de Curso
- Comissão Permanente de Pessoal Docente
- Núcleo Avançado de Planejamento Institucional
- Núcleo Institucional de Pesquisa e Extensão

Foram excluídos da listagem os órgãos de representação estudantil, que são abordados pela política de atendimento aos discentes.

Conselho Superior

Natureza	
Institucional superior.	
Base legal	
Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 Regimento Interno do IFSULDEMINAS Regimento do Conselho Superior do IFSULDEMINAS	
Competência	
Órgão máximo do IFSULDEMINAS, possui competência deliberativa e consultiva sobre diretrizes institucionais de serviços pedagógicos, planejamento e desenvolvimento institucional.	
Classes que compõe o órgão	
X	Docentes.
X	Técnicos administrativos.
X	Discentes.
X	Membros da comunidade externa.
Forma de ingresso dos membros no órgão colegiado	
	Eleição por toda a comunidade escolar.
X	Eleição pelos pares.
X	Designação (não há eleição neste caso) pelo Reitor.
X	Mérito ou tempo de serviço.
X	Membros natos por determinação legal.

Colégio de Dirigentes

Natureza	
Institucional superior.	
Base legal	
Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 Regimento Interno do IFSULDEMINAS	
Competência:	
Exclusivamente consultiva em todas as temáticas que julgar apropriadas.	
Classes que compõe o órgão	
X	Docentes.
X	Técnicos administrativos.
	Discentes.
	Membros da comunidade externa.
Forma de ingresso dos membros no órgão colegiado	
	Eleição por toda a comunidade escolar.
	Eleição pelos pares.
	Designação (não há eleição neste caso).
	Mérito ou tempo de serviço.
X	Membros natos por determinação legal.

Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão

Natureza	
Institucional superior.	
Base legal	
Resolução Conselho Superior nº 11, de 29 de abril de 2013	
Competência material	
Ratifica a regulamentação dos serviços educacionais e os regimentos da Câmara de Ensino, da Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e da Câmara de Extensão. Propõe e regulamenta outros serviços educacionais. Emite pareceres sobre criação e reestruturação de cursos; plano de desenvolvimento institucional e projeto político-pedagógico; criação de polos de educação presencial ou a distância. Estabelece diretrizes de acompanhamento de serviços educacionais.	
Classes que compõe o órgão	
X	Docentes.
X	Técnicos administrativos.
X	Discentes.
	Membros da comunidade externa.
Forma de ingresso dos membros no órgão	
	Eleição por toda a comunidade escolar.
X	Eleição pelos pares.
	Designação (não há eleição neste caso).
	Mérito ou tempo de serviço.
X	Membros natos por determinação legal.

Colegiado de Administração e Planejamento Institucional

Natureza	
Institucional superior.	
Base legal	
Resolução Conselho Superior nº 10, de 6 de junho de 2011	
Competência	
Propõe e acompanha a execução de iniciativas que criam ou reestruturam rotinas e fluxos administrativos institucionais; participa da elaboração da proposta orçamentária do IFSULDEMINAS e da matriz interna de descentralização orçamentária para os câmpus.	
Assinale as classes que compõe o órgão	
X	Docentes.
X	Técnicos administrativos.
	Discentes.
	Membros da comunidade externa.
Assinale a alternativa que representa a forma de ingresso dos membros no órgão colegiado	
	Eleição por toda a comunidade escolar.
X	Eleição pelos pares.
	Designação (não há eleição neste caso).
	Mérito ou tempo de serviço.
X	Membros natos por determinação legal.

Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas

Natureza	
Institucional superior.	
Base legal	
Regimento Interno do IFSULDEMINAS	
Competência	
Competência normativa e consultiva em matérias da política de gestão de pessoas, podendo ratificar as deliberações da Comissão Permanente de Pessoal Docente e da Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Técnicos administrativos em Educação.	
Classes que compõe o órgão	
X	Docentes.
X	Técnicos administrativos.
	Discentes.
	Membros da comunidade externa.
Forma de ingresso dos membros no órgão colegiado	
	Eleição por toda a comunidade escolar.
	Eleição pelos pares.
X	Designação (não há eleição neste caso) pela Comissão Permanente de Pessoal Docente e pela Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação.
	Mérito ou tempo de serviço.
X	Membros natos por determinação legal.

Câmara de Ensino

Natureza	
Institucional inferior.	
Base legal	
Resolução Conselho Superior nº 19, de 03 de maio de 2012	
Competência	
Propõe, regulamenta e acompanha a execução de serviços educacionais, dentre os quais abertura e reestruturação de cursos, ingresso de estudantes por processo seletivo ou transferência, critérios de seleção de docentes em concursos públicos, normas gerais de estágios e monitoria.	
Classes que compõe o órgão	
X	Docentes.
X	Técnicos administrativos.
X	Discentes.
	Membros da comunidade externa.
Forma de ingresso dos membros no órgão colegiado	
	Eleição por toda a comunidade escolar.
X	Eleição pelos pares.
	Designação (não há eleição neste caso).
	Mérito ou tempo de serviço.
X	Membros natos por determinação legal.

Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Natureza	
Institucional inferior.	
Base legal	
Resolução Conselho Superior nº 72, de 10 de dezembro de 2010	
Competência	
Propõe, regulamenta e acompanha a execução de serviços de pesquisa, dentre os quais bolsas de iniciação científica, eventos, publicações e convênios nacionais e internacionais.	
Classes que compõe o órgão	
X	Docentes.
X	Técnicos administrativos.
X	Discentes.
	Membros da comunidade externa.
Forma de ingresso dos membros no órgão colegiado	
	Eleição por toda a comunidade escolar.
X	Eleição pelos pares.
	Designação (não há eleição neste caso).
	Mérito ou tempo de serviço.
X	Membros natos por determinação legal.

Câmara de Extensão

Natureza	
Institucional inferior.	
Base legal	
Resolução Conselho Superior nº 69, de 10 de dezembro de 2010	
Competência	
Propõe, regulamenta e acompanha a execução de serviços de extensão, dentre os quais cursos livres, eventos, publicações, acompanhamento de egressos, programas de estágio, convênios nacionais e internacionais, relações internacionais.	
Classes que compõe o órgão	
X	Docentes.
X	Técnicos administrativos.
X	Discentes.
	Membros da comunidade externa.
Forma de ingresso dos membros no órgão colegiado	
	Eleição por toda a comunidade escolar.
X	Eleição pelos pares.
	Designação (não há eleição neste caso).
	Mérito ou tempo de serviço.
X	Membros natos por determinação legal.

Comissão Própria de Avaliação

Natureza	
Colegiado ramificado nos câmpus através de subcomissões que são agrupadas em uma comissão nuclear.	
Base legal	
Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 Portaria nº 2.051, de 19 de julho de 2004, do Ministério da Educação Resolução Conselho Superior nº 33, de 31 de março de 2010	
Competência:	
Planeja e executa a autoavaliação institucional. Fornece as informações que o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira) solicita para o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).	
Classes que compõe o órgão	
X	Docentes.
X	Técnicos administrativos.
X	Discentes.
X	Membros da comunidade externa.
Forma de ingresso dos membros no órgão colegiado	
	Eleição por toda a comunidade escolar.
	Eleição pelos pares.
X	Designação (não há eleição neste caso) pelos Diretores-gerais dos câmpus e pelo Reitor.
	Mérito ou tempo de serviço.
	Membros natos por determinação legal.

Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

Natureza	
Colegiado ramificado. Existe um núcleo por câmpus, mas estão a integrar-se numa coordenadoria geral na Pró-Reitoria de Ensino.	
Regulamento	
Resolução Conselho Superior nº 30, de 19 de julho de 2012	
Competência	
Propõe e executa procedimentos de educação inclusiva; intervém na execução de outros procedimentos que comportem medidas de inclusão, tais como obras de infraestrutura, aquisição de mobiliário e contratação de especialistas em técnicas de inclusão.	
Classes que compõe o órgão	
X	Docentes.
X	Técnicos administrativos.
X	Discentes.
X	Membros da comunidade externa.
Forma de ingresso dos membros no órgão	
X	Eleição por toda a comunidade escolar.
	Eleição pelos pares.
	Designação (não há eleição neste caso).
	Mérito ou tempo de serviço.
	Membros natos por determinação legal.

Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação

Natureza	
Colegiado ramificado nos câmpus através de subcomissões, que são agrupadas em uma comissão institucional	
Base legal	
Lei nº 10.091, de 12 de janeiro de 2005 Resolução Conselho Superior nº 27, de 05 de agosto de 2011	
Competência	
Acompanha a implementação do plano de carreira dos servidores técnico-administrativos em educação, propõe aprimoramentos das carreiras à Comissão Nacional de Supervisão, participa da elaboração do plano de desenvolvimento de pessoas do IFSULDEMINAS, dimensiona necessidades de pessoal e modelos de alocação de vagas.	
Classes que compõe o órgão	
	Docentes.
X	Técnicos administrativos.
	Discentes.
	Membros da comunidade externa.
Forma de ingresso dos membros no órgão colegiado	
	Eleição por toda a comunidade escolar.
X	Eleição pelos pares.
	Designação (não há eleição neste caso).
	Mérito ou tempo de serviço.
	Membros natos por determinação legal.

Comissão de Ética dos Servidores

Natureza	
Colegiado ramificado com representantes em unidades e setores.	
Base legal	
Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008 Resolução Conselho Superior nº 16, de 27 de março de 2012	
Competência	
Competência em matérias de ética dos servidores públicos, para esclarecer dúvidas e apurar desvios éticos.	
Classes que compõe o órgão	
X	Docentes.
X	Técnicos administrativos.
	Discentes.
	Membros da comunidade externa.
Forma de ingresso dos membros no órgão colegiado	
	Eleição por toda a comunidade escolar.
	Eleição pelos pares.
X	Designação (não há eleição neste caso) pelo Reitor.
	Mérito ou tempo de serviço.
	Determinação legal.

Colegiado Acadêmico dos Câmpus

Natureza	
Colegiado dos câmpus. Cada câmpus possui um Colegiado Acadêmico.	
Base legal	
Resolução Conselho Superior nº 34, de 31 de março de 2010	
Competência	
Regulamenta e acompanha a execução de serviços educacionais e rotinas administrativas que afetam diretamente os serviços educacionais dos câmpus, tais como: abertura e reestruturação de cursos, linhas de pesquisa, linhas de extensão, plano de ações e relatório de gestão anuais do câmpus, colegiados de cursos e calendário acadêmico.	
Classes que compõe o órgão	
X	Docentes.
X	Técnicos administrativos.
X	Discentes.
X	Membros da comunidade externa.
Assinale a alternativa que representa a forma de ingresso dos membros no órgão colegiado	
	Eleição por toda a comunidade escolar.
	Eleição pelos pares.
X	Designação (não há eleição neste caso) pelo Diretor-geral.
	Mérito ou tempo de serviço.
X	Membros natos por determinação legal.

Colegiados dos Cursos Superiores

Natureza	
Colegiado dos câmpus. Há um colegiado para cada curso superior. O câmpus Inconfidentes tem 8 Colegiados de Curso; o câmpus Machado tem 5; e o câmpus Muzambinho tem 22.	
Regulamento	
Resolução Conselho Superior nº 32, de 5 de agosto de 2011	
Competência	
Formula a proposta pedagógica (incluindo currículo, carga horária, perfil de egresso, habilitação etc.) de curso em oferta. Decide sobre normas de matrícula e integralização, pedidos de prorrogação de prazo de conclusão de curso, revalidação de diplomas de graduação, reformulação de cursos, necessidades de docentes para o curso, ações disciplinares, afastamento de docentes para qualificação ou capacitação, transferência interna e externa de discentes.	
Classes que compõe o órgão	
X	Docentes.
	Técnicos administrativos.
X	Discentes.
	Membros da comunidade externa.
Forma de ingresso dos membros no órgão colegiado	
	Eleição por toda a comunidade escolar.
X	Eleição pelos pares.
	Designação (não há eleição neste caso).
	Mérito ou tempo de serviço.
X	Membros natos por determinação legal.

Comissão Permanente de Pessoal Docente

Natureza	
Colegiado dos câmpus. Existe uma Comissão Permanente de Pessoal Docente em cada câmpus.	
Base legal	
Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987 Resolução Conselho Superior nº 26, de 05 de agosto de 2011 Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012	
Competência	
Presta assessoramento a colegiados e dirigentes para formular e acompanhar a política de pessoal docente no que diz respeito a dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas, contratação e admissão de professores efetivos e substitutos, alteração do regime de trabalho docente, avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional, solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado e liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não (artigo 26, §1º, Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012).	
Classes que compõe o órgão	
X	Docentes.
	Técnicos administrativos.
	Discentes.
	Membros da comunidade externa.
Forma de ingresso dos membros no órgão colegiado	
	Eleição por toda a comunidade escolar.
X	Eleição pelos pares.
	Designação (não há eleição neste caso).
	Mérito ou tempo de serviço.
	Membros natos por determinação legal.

Núcleo Avançado de Planejamento Institucional

Natureza	
Colegiado dos câmpus. Existe um Núcleo Avançado de Planejamento Institucional em cada câmpus, mas eles se integram no Colegiado de Administração e Planejamento Institucional.	
Regulamento	
Resolução Conselho Superior nº 11, de 06 de junho de 2011	
Competência	
Assessora as diretorias-gerais dos câmpus em matérias de criação e reestruturação de rotinas e fluxogramas; proposta e execução orçamentária do câmpus.	
Classes que compõe o órgão	
X	Docentes.
X	Técnicos administrativos.
	Discentes.
	Membros da comunidade externa.
Assinale a alternativa que representa a forma de ingresso dos membros no órgão colegiado	
	Eleição por toda a comunidade escolar.
X	Eleição pelos pares.
	Designação (não há eleição neste caso).
	Mérito ou tempo de serviço.
X	Membros natos por determinação legal.

Núcleo Institucional de Pesquisa e Extensão

Natureza	
Colegiados dos câmpus.	
Regulamento	
Resolução Conselho Superior nº 56, de 08 de dezembro de 2011	
Competência	
Operacionaliza os serviços de pesquisa e extensão nos câmpus, executando os trâmites administrativos de avaliação de projetos e concessão de recursos, com o objetivo de alinhar as propostas com as diretrizes de qualidade em pesquisa e extensão.	
Classes que compõe o órgão	
X	Docentes.
X	Técnicos administrativos.
	Discentes.
	Membros da comunidade externa.
Forma de ingresso dos membros no órgão	
	Eleição por toda a comunidade escolar.
X	Eleição pelos pares.
	Designação (não há eleição neste caso).
	Mérito ou tempo de serviço.
X	Membros natos por determinação legal.

Balanço de 2009-2013 e perspectivas para 2014-2018

As principais conquistas do IFSULDEMINAS entre 2009 e 2013 foram:

- Consolidar a oferta de ensino nos câmpus Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre.
- Aperfeiçoar a infraestrutura e a oferta de ensino nos câmpus Inconfidentes, Machado e Muzambinho.
- Iniciar as unidades educacionais da Rede Circuito das Águas.
- Implantar rotinas administrativas condizentes com a institucionalidade trazida pela Lei 11.892/2008, o que incluiu um conjunto de colegiados que horizontalizou o poder decisório.
- Aplicar tecnologias da informação e da comunicação à oferta de ensino, à difusão científica e aos projetos pedagógicos.
- Redefinir os currículos para que os cursos formassem cidadãos autônomos, capazes profissionalmente e empreendedores.

Os traços comuns às metas para 2014-2018 são as seguintes:

- Aperfeiçoar os recursos humanos e a infraestrutura física para a prestação dos serviços educacionais.
- Alinhar estrategicamente os serviços educacionais em benefício da sociedade local.
- Expandir a transparência da administração.

As principais estratégias para atingir essas conquistas são:

- Monitorar os resultados das gestões.
- Desenvolver padrões de qualidade de serviços.
- Captar e gerenciar recursos financeiros.
- Informatizar e padronizar rotinas administrativas.
- Fortalecer a imagem do IFSULDEMINAS no Sul de Minas Gerais.

2 | Políticas institucionais

Este capítulo explica o que são e como funcionam as políticas institucionais. Os subcapítulos definem as onze políticas institucionais que delimitam os campos estratégicos dos serviços educacionais, discutem alguns tópicos de relevo e traçam metas para 2014-2018.

Políticas, procedimentos e metas

As políticas institucionais são aquelas que orientam a tomada de decisão e o desenho de procedimentos; elas possuem alto nível de abrangência, daí a estabilidade delas. As políticas se vinculam aos objetivos, às finalidades e aos desafios do IFSULDEMINAS, mas não aos aparatos técnicos e às rotinas que as concretizam.

Em comparação, os procedimentos são específicos a cada contexto e mudam mais rapidamente; eles prescrevem quais ações devem ser praticadas por serviços e rotinas, quais técnicas devem ser empregadas e quais produtos devem ser gerados para cumprir as políticas institucionais.

Devido a essas diferenças, a definição das políticas procura excluir a menção aos procedimentos, que aparecem em listas sucintas.

As metas para 2014-2018 estipulam da forma mais aberta possível a necessidade de novos procedimentos.

As onze políticas institucionais são as seguintes:

- Oferta, abertura e reestruturação de cursos
- Inserção profissional dos estudantes
- Atendimento aos discentes
- Alinhamento com o arranjo produtivo, social e cultural regional
- Acesso ao conhecimento
- Governança
- Comunicação
- Gestão de pessoas
- Infraestrutura
- Orçamento e finanças
- Parcerias

Os subcapítulos apresentam as políticas institucionais, seus objetivos,

seus procedimentos e suas metas para 2014-2018. Também discutem aspectos relevantes de cada política institucional. Tais discussões não visam justificar todas as metas para 2014-2018 nem explicar os procedimentos, embora eventualmente o façam. Assim é porque os procedimentos são definidos por normatizações e manuais próprios e porque as metas precisarão ser detalhadas nos planos anuais de ações.

Todas as políticas institucionais foram concebidas com a intenção de integrar os serviços educacionais. Dessa forma, a separação setorial de ensino, pesquisa e extensão tem menos chances de ocasionar a desvinculação entre essas dimensões do ato educacional – consulte sobre isso as políticas de oferta, abertura e reestruturação de cursos; inserção profissional dos estudantes; e alinhamento com o arranjo produtivo, social e cultural regional.

Outra intenção das políticas institucionais foi posicionar os serviços administrativos (gestão orçamentária e financeira, auditoria, planejamento, comunicação, infraestrutura etc.) como instrumentos que criam e auferem qualidade.

As metas e os procedimentos foram extraídos dos documentos de especificação entregues preenchidos pela equipe de coleta de informações. O desenho em si das políticas reflete os objetivos e as finalidades do IFSULDEMINAS, sua missão e seus desafios, os quais foram inspirados no Acórdão 560/2013 do Tribunal de Contas da União.

Duas políticas, a de comunicação e a de parcerias, são especialmente frágeis. Em contrapartida, as demais políticas institucionais podem ser consideradas fortes, o que não quer dizer acabadas e, muito menos, estáticas. Também elas possuem espaços de aperfeiçoamento. A diferença é que, no caso de uma política institucional forte, bater uma meta pode aumentar a qualidade de um serviço, enquanto que, no caso de uma política institucional fraca, bater uma meta geralmente originará um serviço que poderá ser aperfeiçoado através de metas próprias. Nos próximos cinco anos, o IFSULDEMINAS enfrentará a fragilidade de algumas políticas institucionais e aperfeiçoará as demais através de planos anuais de ações.

Os planos anuais de ação deverão considerar que:

1. As políticas institucionais estão definidas tendo em mente os macroprocessos finalísticos e de apoio que o IFSULDEMINAS começou a delinear desde o Relatório de Gestão 2012, daí a transversalidade delas com relação aos setores. Diversos setores realizam procedimentos de uma mesma política. É errado pensar que um setor sozinho desempenhe toda uma política.
2. As separações entre as políticas institucionais não são absolutas. Esperam-se ambiguidades sobre o pertencimento de um procedimento a esta ou aquela política, mas isso não deve impedir a validade da construção como um todo.

Oferta, abertura e reestruturação de cursos

Objetivos

1. Oferecer programas de educação profissional, técnica e tecnológica.
2. Oferecer serviços educacionais integrados de ensino, pesquisa e extensão.
3. Equilibrar a oferta de cursos regulares e formações alternativas com demandas e potencialidades do arranjo produtivo, social e cultural regional.

Procedimentos atuais

1. Cursos técnicos de nível médio, graduações e pós-graduações (Tabelas 2 a 11).
2. Processo de abertura de cursos.
3. Processo de reestruturação curricular dos cursos já ofertados.
4. Cursos FIC (Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores).
5. Cursos PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).
6. Programa Mulheres Mil.
7. Programas de formação em artes e cultura.
8. Eventos de divulgação científica e tecnológica.

9. Rádio educativa.

10. Avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Análise da política

A política de oferta, abertura e reestruturação de cursos estabelece diretrizes para serviços que definem a razão de ser do IFSULDEMINAS e que se concretizam em cursos técnicos de nível médio (para os quais o IFSULDEMINAS deve reservar pelo menos 50% das vagas totais), graduações (dentre as quais os bacharelados, as engenharias e as tecnologias; e uma reserva de 20% das vagas totais às licenciaturas), pós-graduações (principalmente as especializações e os mestrados profissionais) e itinerários educacionais que servem de alternativa ou complemento aos cursos regulares (tais como Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, eventos técnicos e científicos, atividades culturais e aplicações de tecnologias de comunicação para aprendizagem difusa).

A importância dessa política faz com que ela mantenha interface com praticamente todas as outras políticas, mas é de destacar a relação com a política de alinhamento com o arranjo produtivo, social e cultural regional e com a política de infraestrutura.

A política de alinhamento com o arranjo produtivo, social e cultural regional depende de uma oferta de cursos cujos procedimentos de projeção originem cursos afins com demandas e potencialidades locais; já a política de infraestrutura visa, em primeira instância, suprir as necessidades pedagógicas e secundariamente as administrativas.

A oferta de cursos (Tabelas 2 a 8) está articulada em 12 eixos tecnológicos:

- Recursos Naturais.
- Informação e Comunicação.
- Ambiente e Saúde.
- Produção Alimentícia.
- Infraestrutura.
- Gestão e Negócios.

- Desenvolvimento Educacional e Social.
- Produção Cultural e Design.
- Produção Industrial.
- Turismo, Hospitalidade e Lazer.
- Controle e Processos Industriais.
- Segurança.

Entre 2011 e 2013, o IFSULDEMINAS ofereceu 8.897 vagas de cursos presenciais. Destas vagas, 6.687 (75,15%) foram de cursos técnicos de nível médio; 826 (9,29%) foram de licenciaturas e 1.385 (15,56%) foram de bacharelados e tecnologias. Os cursos a distância, todos técnicos de nível médio, corresponderam sozinhos a uma oferta de aproximadamente 15 mil vagas para o mesmo período. O IFSULDEMINAS aguarda a finalização do trâmite de seu processo de Credenciamento Institucional para oferta de Educação a Distância no Ensino Superior.

Ficaram fora desses quantitativos as vagas de cursos de pós-graduação, técnicos em modalidade PRONATEC (Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego) e as especializações técnicas. Tais cursos representam uma experiência ainda em fase inicial.

Na pós-graduação, todos os cursos são de especialização em modalidade presencial – não há ainda programas de mestrado ou doutorado – e estão concentrados nos câmpus Inconfidentes, Machado e Muzambinho (Tabelas 9, 10 e 11).

Os cursos técnicos de nível médio em modalidade PRONATEC começaram em setembro e outubro de 2013. São cursos técnicos de nível médio, atualmente todos subsequentes. Inteiram 420 vagas, das quais 360 estão nos câmpus avançados de Carmo de Minas e de Três Corações e as demais vagas estão nos câmpus Pouso Alegre e Inconfidentes. Outros cursos se encontram em discussão e poderão ser iniciados em 2014.

As especializações técnicas são frequentadas por portadores de diplomas de cursos técnicos de nível médio. O câmpus Muzambinho oferece uma especialização técnica em urgência e emergência para egressos de cursos

técnicos de nível médio em enfermagem; e o câmpus Passos iniciará uma turma de especialização técnica também em urgência e emergência em 2014.

O IFSULDEMINAS oferta cursos técnicos na modalidade de educação a distância através da Rede e-Tec Brasil de modo a implantar a modalidade de educação a distância como previsto pelo Termo de Metas assinado em 2010 com a SETEC/MEC. São ofertados 8 cursos em 18 municípios da região sul mineira – pelo modelo IFSULDEMINAS – e 10 cursos em 27 municípios da mesma região – pelo modelo IFPR – através de convênio de parceria.

Para atender a demanda de cursos, satisfazer possíveis alunos ingressantes na modalidade de ensino e levar a educação até aquelas pessoas que não podem deixar sua cidade por motivos de trabalho ou dificuldades financeiras, o IFSULDEMINAS firma parcerias com prefeituras, buscando estabelecer polos de educação a distância e expandir seus serviços para além das cidades que sediam os câmpus.

A infraestrutura desses polos conta com sala de coordenação, sala de tutoria, laboratório de informática, laboratórios específicos, sala de multimídia, biblioteca e equipamentos que permitam ao aluno o acesso ao conteúdo do curso por meio de diversas tecnologias disponíveis para tal fim, como computadores, televisores e internet banda larga. Os cursos e polos de educação a distância são gerenciados pelos CEADs (Centros de Educação a Distância), estabelecidos em cada câmpus do IFSULDEMINAS.

A Coordenadoria de Educação a Distância do IFSULDEMINAS tem como meta a elaboração de um Programa de Aperfeiçoamento e Capacitação Continuada, capaz de suprir as demandas institucionais. Partindo desse pressuposto, a instituição oferece subsídio aos agentes que atuam diretamente na modalidade de ensino, através de treinamentos, palestras, workshops e incentivos a participação em eventos da área. No ano de 2013, ofertou-se, institucionalmente, um curso on-line de capacitação para tutores a distância, voltado para servidores e comunidade externa, além de cursos para a formação e capacitação em Educação a Distância, estabelecidos em convênios de parcerias com Universidades e Institutos.

Com a finalidade de discutir a estruturação da Educação a Distância institucional, foi constituída, no ano de 2013, uma comissão de representantes de cada um dos seis câmpus. Tal comissão vem trabalhando com as diretorias dos câmpus para efetivar essa institucionalização, buscando possibilidades que permitam ao IFSULDEMINAS alcançar autossuficiência financeira e administrativa, a fim de gerir uma equipe especializada e dedicada à modalidade.

A tendência de abertura de cursos aponta para um incremento da verticalização. Dos 110 projetos de curso em discussão em outubro de 2013 (Tabelas 12 e 14), 48 são cursos técnicos (43,64%); 33 (30%) são graduações; 22 (20%) são especializações; e 7 (6,36%) são mestrados. Os câmpus Pouso Alegre e Poços de Caldas iniciaram em 2014 as turmas de suas primeiras graduações; o câmpus Passos devem fazer o mesmo no segundo semestre de 2014 ou em 2015. Os projetos de mestrados em discussão podem, se aprovados pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), originar um mestrado acadêmico e seis profissionais (Tabela 14). A abertura dos cursos previstos ou de outros que possam surgir viabilizará que os educandos entrem em contato com todos os níveis de ensino desde quando ingressarem no primeiro ano de um curso técnico de nível médio.

O cenário da pós-graduação em especial pode se beneficiar do incremento da qualidade dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, os quais também podem operar como base para mestrados e doutorados *stricto sensu*. Para este fim, será interessante elaborar indicadores de qualidade que complementem aqueles previstos na Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Tais indicadores podem ser elaborados pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e pelos coordenadores das especializações *lato sensu* com assessoramento da Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

A verticalização, entretanto, não se realiza apenas por meio de cursos nos diversos níveis de ensino. Deve haver fluidez de saberes, profissionais e estudantes entre os níveis de modo a quebrar a hierarquização de saberes que

comumente se associa à hierarquização social entre os que têm poder porque sabem e os que obedecem porque não sabem. Neste tópico é que se revela com propriedade a interface da política de oferta, abertura e reestruturação de cursos com a política de gestão de pessoas. A qualificação dos profissionais, professores e técnicos administrativos; o monitoramento da carga horária buscando o equilíbrio entre a dedicação aos vários níveis de ensino; e a capacitação em transposição didática para educação profissional, todas metas da política de gestão de pessoas, possuem impacto na política de oferta, abertura e reestruturação de cursos mormente quando se considera a verticalização.

Uma prática que quebre hierarquias e, ao mesmo tempo, compreenda o lócus de cada modalidade de conhecimento não pode ser dispensada quando se fala de verticalização. Sabe-se que a pesquisa científica é desenvolvida nas graduações (através das iniciações científicas, que objetivam ensinar a fazer ciência), nos mestrados e nos doutorados. Estes dois últimos objetivam a inovação do conhecimento (pesquisa básica) ou a inovação da técnica (pesquisa aplicada), e, por isso, que é nestes níveis que realmente se faz ciência. Os cursos de nível médio não suportam pesquisa científica no modelo das graduações e das pós-graduações, mas apenas o ensino do pensamento científico aos alunos. Para ensinar a pensar cientificamente, o IFSULDEMINAS conta com professores mestres e doutores que podem solicitar bolsas de iniciação científica para estudantes dos cursos técnicos de nível médio. A verticalização considera, portanto, esta intersecção e este compartilhamento de saberes e espaços por alunos, professores e técnicos administrativos, de forma a quebrar a hierarquização dos saberes em espaços e níveis.

Em atenção a essas colocações, as metas desta política preveem que o IFSULDEMINAS elabore critérios para equilibrar a oferta e a expansão de cursos com as exigências legais de verticalização, de formação de professores, de formação técnica, de formação tecnológica e de formação em bacharelados.

O trâmite de abertura e reestruturação de cursos do IFSULDEMINAS é previsto pelas seguintes resoluções do Conselho Superior:

- Resolução nº 9, de 13 de março de 2014
- Resolução Conselho Superior nº 35, de 31 de março de 2010, a qual cria o Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)

Os itinerários educacionais alternativos ou complementares aos cursos regulares são outro serviço que o IFSULDEMINAS presta à sociedade. A importância destes serviços está em sua maleabilidade e porosidade às oscilações do mundo do trabalho e dos estilos pessoais de aprender. Cursos livres como os FIC (Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores) e PRONATEC (Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego) possuem flexibilidade e velocidade compatíveis com inovações técnicas repentinas e com necessidades específicas de formação profissional. A participação dos estudantes em eventos culturais e técnico-científicos que os câmpus produzem com apoio das pró-reitorias também abre aos estudantes uma importante janela de contato com valores extraescolares, pois trazem como conferencistas empresários, cientistas, inventores e artistas.

As Resoluções Conselho Superior nº 28, de 17 de setembro de 2013, e nº 37, de 31 de outubro de 2012, ao regulamentar os cursos técnicos de nível médio e os superiores de graduação, estabelecem que os professores podem explorar os itinerários educacionais alternativos como formas de avaliar o desempenho acadêmico dos alunos. Esta possibilidade traz para os cursos regulares as contribuições de valores e expectativas extracurriculares, o que amplifica a sinergia entre as formações regulares e a sociedade em geral.

Perpassando os cursos técnicos de nível médio e os cursos FIC e PRONATEC, a educação de jovens e adultos (PROEJA) representa uma medida de inclusão social em harmonia com os objetivos e as finalidades do IFSULDEMINAS. O PROEJA pode ser oferecido em seis combinações:

1. Curso técnico integrado ao ensino médio.
2. Curso técnico concomitante ao ensino médio.
3. Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao

ensino fundamental.

4. Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino fundamental.

5. Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino médio.

6. Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino médio.

O IFSULDEMINAS utiliza a demanda local para balizar uma reserva de 10% das vagas dos cursos presenciais para a educação de jovens e adultos, conforme previsto pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.

Metas para 2014-2018

1. Definir critérios de pluricurricularidade para balizar a expansão temática dos cursos de forma condizente com os doze eixos tecnológicos (Recursos Naturais, Informação e Comunicação, Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Infraestrutura, Gestão e Negócios, Desenvolvimento Educacional e Social, Produção Cultural e Design, Produção Industrial, Turismo, Hospitalidade e Lazer, Controle e Processos Industriais e Segurança).

2. Implantar sistema informatizado de protocolo e gerência processual, de acesso público tão aberto quanto o perfil do usuário, para os processos de abertura e reestruturação de cursos.

3. Definir os procedimentos de consulta pública para abertura de cursos e incluir análise de integração com o arranjo local entre os critérios que os colegiados devem utilizar para aprovar ou rejeitar os projetos curriculares.

4. Definir formato de parecer escrito que os colegiados deverão examinar a respeito dos projetos pedagógicos de curso, especificando critérios mínimos, tais quais análise do alinhamento dos cursos com o arranjo produtivo, social e cultural regional; análise da integração entre ensino, pesquisa e extensão; incorporação de pareceres externos ao IFSULDEMINAS ou pelo menos externos aos membros do próprio colegiado.

5. Incluir nos projetos pedagógicos dos cursos: a) dados dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) traçados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; b) dados do arranjo produtivo, social e cultural regional; c) caracterização da economia e da sociedade dos municípios através de dados do IBGE e das prefeituras municipais; d) análise da sobreposição geográfica do IFSULDEMINAS com outras políticas públicas de desenvolvimento regional (APL, Territórios da Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Agrário etc.).
6. Criar cursos de mestrado profissional.
7. Definir critérios para equilibrar a oferta e a expansão de cursos com as exigências legais de verticalização, de formação profissional e tecnológica e de formação de professores.
8. Definir critérios e iniciar programa de certificação de competências adquiridas em ambientes extraescolares.
9. Institucionalizar a educação a distância, tanto para os cursos técnicos quanto para os cursos superiores.
10. Instituir um Programa de Aperfeiçoamento e Capacitação Continuada em Educação a Distância.
11. Implantar até 20% de atividades não presenciais na carga horária dos cursos técnicos e de graduação, conforme previsto na Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012 e Portaria Ministério da Educação nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.
12. Criar TV educativa.
13. Criar programa de formação em artes e cultura.
14. Aperfeiçoar a avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* por meio de indicadores próprios e de sistematização.

Inserção profissional dos estudantes

Objetivos

1. Relacionar os métodos e os conteúdos dos cursos com o mundo do trabalho.
2. Propiciar aos discentes uma formação alinhada com o mundo do trabalho.

Procedimentos atuais

1. Programa de estágios profissionais.
2. Encontros de egressos.
3. Feiras de estágios.
4. Incubadoras de empresas.
5. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

Análise da política

A política de inserção profissional dos estudantes estabelece diretrizes para equilibrar as formações ofertadas pelo IFSULDEMINAS e as demandas do setor produtivo.

O perfil do egresso almejado é aquele de um cidadão capaz de integrar-se com autonomia e criatividade no processo produtivo tanto econômico como mais amplamente político, cultural e científico. O IFSULDEMINAS não intenciona prover a sociedade de empregados que vivem sujeitos às flutuações do mercado de trabalho, porém de cidadãos e profissionais capazes de intervir criando diferenciais benéficos para eles próprios e para os locais em que vivem.

No Brasil, os estudantes entram em contato com o mercado de trabalho através de estágios. Por meio de novos serviços educacionais, como o empreendedorismo empresarial ou social e mesmo a pesquisa científica, o IFSULDEMINAS trouxe novas formas de contato com o mercado de trabalho, tais como as empresas juniores, as incubadoras de empresas, as iniciações científicas e os trabalhos comunitários.

A política de inserção profissional interage com outras políticas – notadamente as de alinhamento com o arranjo produtivo, social e cultural regional e de oferta, abertura e reestruturação de cursos – com relação à perspectiva do estudante (ainda em curso ou já egresso) dotar-se de autonomia profissional. Os procedimentos da política de inserção profissional dos estudantes afetam discentes e egressos, daí que também possuam interface com a política de atendimento aos discentes.

Metas para 2014-2018

1. Criar programa de acompanhamento sistemático da inserção profissional de egressos através de indicadores tais quais: a) ocupação dos egressos; b) localização do egresso após a formatura; c) correlação entre a área em que trabalha e a área em que estudou; d) dados demográficos e socioeconômicos dos estudantes (gênero, raça, renda etc.); e) divulgação destes dados; f) aproveitamento destes dados na elaboração ou na reestruturação de currículos.
2. Criar programa de estágios de vivência.
3. Criar canais de recrutamento de estagiários e egressos por organizações sul mineiras.
4. Criar empresas juniores.

Atendimento aos discentes

Objetivos

1. Garantir equidade de acesso aos serviços educacionais.
2. Oferecer condições de permanência e êxito escolar aos discentes.

Procedimentos atuais

1. Dois processos seletivos (vestibulares) por ano para ingresso de estudantes nos cursos técnicos e nas graduações.

2. Monitoramento da legislação inclusiva de âmbito federal (como o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil) e adequar os procedimentos da política de atendimento discente.
3. Gerenciamento do ingresso de estudantes por transferência interna, externa ou *ex officio*.
4. Programa de assistência à saúde.
5. Programa de apoio às pessoas com necessidades especiais.
6. Programa de auxílio estudantil.
7. Programa de auxílio à participação em eventos acadêmicos, científicos e tecnológicos.
8. Programa de mobilidade estudantil nacional e internacional.
9. Programa de acompanhamento psicológico.
10. Programa de acompanhamento pedagógico.
11. Programa de incentivo ao esporte, ao lazer e à cultura.
12. Programa de acompanhamento de serviço social.
13. Programa de inclusão digital.
14. Organização de grêmios estudantis, centros acadêmicos e diretórios acadêmicos.
15. Programa de acessibilidade de pessoas com necessidades especiais.
16. Organização de cooperativas-escolas dos alunos nos câmpus Inconfidentes, Machado e Muzambinho.
17. Divulgação dos programas de atendimento aos discentes.
18. Projeto de Prevenção da Evasão Escolar.

Análise da política

A política de atendimento aos discentes estabelece diretrizes para o acesso aos serviços educacionais, a permanência na escola e o êxito acadêmico dos estudantes.

A política abrange programas de auxílio direto aos discentes (tais como atendimentos de saúde, nivelamento pedagógico, acesso à internet, auxílio

financeiro e alimentação), órgãos de representação estudantil previstos em lei para que os discentes tenham vivência política e administrativa (grêmios estudantis previstos pela Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985; centros acadêmicos e diretórios acadêmicos previstos pela Lei nº 7.395, de 31 de outubro de 1985), programa de acessibilidade, processos seletivos (vestibulares) e projeto de prevenção da evasão escolar.

As interfaces da política de atendimento aos discentes com as políticas de inserção profissional e de oferta, abertura e reestruturação de cursos derivam do fato de que o êxito do estudante não depende apenas da excelência acadêmica ou do ingresso no mundo de trabalho, mas também de medidas que minimizem vulnerabilidades socioeconômicas e permitam que o estudante permaneça na escola.

Em atenção ao artigo 5º do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o auxílio financeiro prioriza estudantes que são oriundos de escolas públicas da educação básica e estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O auxílio, entretanto, pode se estender aos demais discentes sempre que cabível (como no caso do estudante participar de órgãos estudantis ou fazer intercâmbio em país estrangeiro).

A política de atendimento aos discentes inclui ainda a acessibilidade. Ela compreende um conjunto de medidas arquitetônicas, pedagógicas, administrativas e atitudinais que visam desfazer barreiras atitudinais e ambientais que poderiam restringir o acesso de grupos com necessidades especiais aos serviços educacionais.

As necessidades são entendidas de forma ampla numa perspectiva inclusiva. Elas abrangem desde pessoas com mobilidade reduzida até aquelas de alguma forma estereotipadas por valores sociais excludentes: identidade de gênero, orientação sexual, etnia, classe social, religião, idade, nacionalidade, cultura são questões abordadas pelas ações inclusivas. Desta forma, o conteúdo das medidas vai além daqueles previstos pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; e as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. O impacto dessas medidas, embora focado nos

estudantes, repercute em toda a comunidade escolar, que se integra em um movimento da cultura da inclusão.

O acesso das pessoas com deficiência física vem garantido por medidas de acessibilidade arquitetônica (reforma de prédios antigos e construções novas segundo critérios de desenho universal, por exemplo) e medidas pedagógicas (flexibilização curricular, computadores com softwares para deficientes visuais, materiais didáticos acessíveis, plano de desenvolvimento de alunos especiais, treinamentos aos docentes, campanhas de esclarecimento para a comunidade escolar etc.).

Os estudantes ingressam no IFSULDEMINAS através de processos seletivos promovidos de acordo com a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que foi regulamentada pelo Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, da seguinte forma:

- Cursos técnicos presenciais: metade das vagas se destina aos candidatos que optam por concorrer através do sistema de cotas e a outra metade é para ampla concorrência e para candidatos com deficiência.
- Cursos superiores: 70% das vagas totais do processo seletivo se destinam ao SiSU (Sistema de Seleção Unificada) e o restante é para ampla concorrência, candidatos com deficiência e candidatos que optarem por concorrer através do sistema de cotas. Das vagas do SiSU, 5% são reservadas a candidatos com deficiência e 50% se destinam a candidatos que optam por concorrer através do sistema de cotas.

Para ambas as modalidades de cursos, as pessoas com deficiência precisam comprovar a deficiência através de laudo médico. Os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais analisam os laudos médicos e, no caso de ingresso do candidato, encaminham as providências para que os novos estudantes tenham pleno acesso aos serviços pedagógicos.

Também é possível se tornar estudante do IFSULDEMINAS através de transferências interna, externa e *ex officio*. As transferências internas e externas

são condicionadas pela disponibilidade de vagas no curso pretendido, compatibilidade curricular e aprovação em teste de conhecimentos. A transferência *ex officio* está condicionada à compatibilidade curricular e à comprovação de que o interessado ou o familiar do qual o interessado depende teve o local de trabalho alterado por remoção ou transferência, conforme a Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 2005.

O projeto de prevenção da evasão escolar tem por objetivo traçar o perfil do aluno que evade e orientar a adoção de práticas que aumentam o êxito estudantil. Começou em 2011 como um questionário aplicado aos alunos dos cursos presenciais com evasão superior a 25%. Em 2013, atingiu todos os alunos de todos os cursos presenciais. A evasão caiu em média 10% ao ano desde 2010. O índice de eficiência acadêmica, que representa a taxa de êxito estudantil, passou de 40% em 2009 para 82% em 2012, apenas 8% atrás da meta de 90% que foi prevista pelo Acordo de Metas e Compromissos firmado entre o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e o IFSULDEMINAS em 2010.

Metas para 2014-2018

1. Instituir programa de ações inclusivas, atualmente sob avaliação do Conselho Superior.
2. Instituir política de assistência estudantil, atualmente sob avaliação do Conselho Superior.
3. Acompanhar o desempenho acadêmico dos beneficiados pelos procedimentos de atendimento aos discentes, inclusive através de visitas familiares.
4. Firmar parcerias com redes municipais ou regionais de assistência social.
5. Ampliar a equipe dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais, incluindo profissionais interdisciplinares como pedagogos e intérpretes de LIBRAS.
6. Agilizar o acesso dos discentes ao auxílio estudantil e outros procedimentos

de atendimento aos discentes.

7. Instalar, em cada câmpus, pelo menos uma sala de informática que não se confunda com laboratório de curso de informática e que fique aberta exclusivamente para o público em geral por 15 horas diárias.

8. Adquirir equipamentos de tecnologia assistiva (impressa Braille, lupas manuais, leitor de tela de computador, lupa eletrônica, impressora 3D, teclados e mouses acessíveis, cadeiras de rodas, mobiliário escolar acessível etc.).

9. Criar serviço de atendimento psicopedagógico.

10. Capacitar os servidores (inclusive os terceirizados) a atender pessoas com necessidades especiais.

11. Construir uma sala de recursos multifuncionais em cada câmpus para atendimento educacional especializado, em atenção ao Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

12. Attingir índice de eficiência acadêmica de 90%, como previsto pelo Acordo de Metas e Compromissos firmado entre o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e o IFSULDEMINAS em 2010.

13. Consolidar dados do projeto de prevenção da evasão escolar e propor plano de ações para reduzir a evasão escolar.

14. Construir o centro de equoterapia do câmpus Machado.

Alinhamento com o arranjo produtivo, social e cultural regional

Objetivo

1. Alinhar pesquisa e inovação com as demandas do arranjo produtivo, social e cultural regional visando ao desenvolvimento sustentável.

Procedimentos atuais

1. Captação e distribuição de fomentos externos (bolsas de iniciação científica, bolsas de pesquisa, bolsas de extensão, fomento para adquirir equipamentos,

- realizar eventos, publicar em periódicos de impacto internacional etc.).
2. Distribuição de fomentos internos (bolsas de iniciação científica, bolsas de pesquisa, bolsas de inovação, bolsas de extensão, fomento para adquirir equipamentos, realizar eventos, publicar em periódicos de impacto internacional etc.).
 3. Disseminação de editais de fomento externo.
 4. Publicação de periódicos científicos, revistas de extensão e livros técnico-científicos.
 5. Eventos para publicação científica.
 6. Fóruns para mobilizar e consultar demandas comunitárias.
 7. Serviços técnicos e consultorias à comunidade.
 8. Atuação do NIT (Núcleo de Inovação Tecnológica) na proteção de propriedade intelectual e na prospecção de negócios.

Análise da política

A política de alinhamento com o arranjo produtivo, social e cultural regional estabelece diretrizes para a interação do IFSULDEMINAS com a comunidade externa através de serviços de ensino, pesquisa e extensão. Essa política abrange os três serviços em uma perspectiva de inclusão social e desenvolvimento socioeconômico.

Ensino, pesquisa e extensão são serviços integrados e recursivos. A pesquisa progride o conhecimento científico através do avanço teórico e desdobra-se como benefício social quando converte as teorias em inovações tecnológicas. O ensino difunde saberes e práticas através de cursos que reconhecem competências por meio de certificações e itinerários alternativos ou complementares a esta educação formal. A extensão equilibra o ensino e a pesquisa com as expectativas da comunidade em que o IFSULDEMINAS se insere.

Os três serviços fazem parte de uma mesma política (sem obliterar a presença deles em outras) como uma forma de reforçar a necessidade de

compartilharem espaços, objetivos, metas e procedimentos.

A política de alinhamento com o arranjo produtivo, social e cultural regional leva em conta também que os institutos federais, dentre os quais o IFSULDEMINAS, participam de uma política pública nacional de desenvolvimento.

Esta política pública nacional de desenvolvimento articula os conceitos de desenvolvimento local e desenvolvimento socioeconômico. O desenvolvimento local liga-se à globalização. A globalização internacionalizou a produção e as finanças. Uma das consequências foi o fato dos Estados passarem a valorizar as peculiaridades locais como forma de atrair e fixar capitais. A ação intencional do Estado para fortalecer as localidades recebeu o rótulo de desenvolvimento local ou regional.

Nos últimos anos, o conceito de desenvolvimento mudou. Ele deixou de privilegiar indicadores econômicos – que o caracterizavam como desenvolvimento econômico – e começou a incorporar indicadores de bem-estar – que o caracterizaram como desenvolvimento socioeconômico.

O desenvolvimento socioeconômico requer o aumento da qualidade de vida dos cidadãos por meio de medidas que ultrapassem indicadores clássicos como renda per capita. Outros indicadores ganharam relevância, como a participação popular na política, a responsabilização dos governantes e de seus prepostos nas organizações públicas, a internalização de custos ambientais que grandes empresas antes externalizavam.

Para o IFSULDEMINAS, o desenvolvimento socioeconômico local significa o compromisso de contribuir para elevar a qualidade de vida dos sul mineiros por meio da oferta de serviços educacionais que são condizentes com demandas locais e que podem fortalecer o arranjo produtivo, social e cultural regional.

Metas para 2014-2018

1. Diagnosticar demandas comunitárias por transferência ou desenvolvimento

de ciência e tecnologia.

2. Diagnosticar demandas comunitárias por ciência e tecnologia.
3. Diagnosticar demandas comunitárias por cursos técnicos e graduações (consultar a política oferta, abertura e reestruturação de cursos).
4. Definir indicadores de alinhamento do IFSULDEMINAS com o arranjo produtivo, social e cultural regional.
5. Fortalecer pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação nos currículos de cursos técnicos e graduações (ver mais na política oferta, abertura e reestruturação de cursos).
6. Definir critérios institucionais para distribuir fomento interno e, quando cabível, externo, para que os editais de fomento privilegiem projetos que integram ensino, pesquisa e extensão e projetos que explicitam como beneficiarão o arranjo produtivo, social e cultural regional.
7. Definir metas de aumento de demanda e oferta de bolsas de iniciação científica, pesquisa e extensão.

Acesso ao conhecimento

Objetivos

1. Proporcionar acesso a acervo de qualidade.
2. Apoiar a livre formação intelectual.
3. Subsidiar a formação programada por atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Procedimentos atuais

1. Constituição e organização de acervo de qualidade.
2. Viabilização do acesso dos usuários ao acervo de qualidade.
3. Organização de regras de utilização dos suportes informacionais pelo usuário.
4. Provimento de infraestruturas de registro (computadores, softwares de



gerenciamento de acervo), armazenamento (mobiliário, ambiente amplo e climatizado) e acesso (computadores, salas, mobiliário).

5. Gerenciamento da assinatura de acesso ao Portal de Periódicos da CAPES.

Análise da política

A política de acesso ao conhecimento estabelece diretrizes para serviços de acesso ao conhecimento de acordo com as necessidades dos usuários, que são membros da comunidade escolar e eventualmente da comunidade externa.

Essa política afeta serviços de acesso a acervos de qualidade e tem interface com as políticas de oferta, abertura e reestruturação de cursos; alinhamento com o arranjo produtivo, social e cultural regional; inserção profissional dos estudantes; e atendimento aos discentes. Não se vincula, entretanto, aos procedimentos de acesso à informação administrativa, pois estes têm a ver com prestação de contas e, por isso, integram a política de governança.

Metas para o período 2014-2018

1. Implantar uma política de formação e desenvolvimento do acervo (uma proposta está sob análise do Conselho Superior).
2. Ampliar os acervos de todas as bibliotecas dos câmpus em ritmo superior ao rotineiro para que atendam à demanda crescente e superem o mínimo previsto pelas diretrizes de avaliação do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) (confira a Tabelas 16 e 17).
3. Constituir acervo digital.
4. Contratar funcionários especializados para trabalhar nas bibliotecas (confira a Tabela 17).
5. Construir novas salas e aperfeiçoar as salas de acervo e estudo das bibliotecas (confira a Tabela 17).

6. Incentivar a formação de grupos de capacitação interna, estudo, arte e cultura.

Governança

Objetivos

1. Garantir eficácia, eficiência e efetividade.
2. Garantir transparência.

Procedimentos atuais

1. Organização do ambiente administrativo através de normativas e manuais de procedimentos.
2. Monitoramento do desempenho institucional através de indicadores setoriais e institucionais.
3. Gerenciamento de fluxos arquivísticos de informações.
4. Atendimentos de Ouvidoria.
5. Definição de um plano anual de auditoria interna.
6. Rotinas de auditoria interna.
7. Gerenciamento de sistemas informatizados da administração pública federal (SIAFI, SIAPE, SIASG, SIDOR, SIMEC, SISTEC, E-MEC etc.).
8. Organização e diagnóstico de necessidades de revisão em resoluções e regimento.
9. Autoavaliação institucional através da Comissão Própria de Avaliação.
10. Produção de documentos institucionais, notadamente relatórios anuais de gestão, projeto político-pedagógico e plano de desenvolvimento institucional.
11. Diagnóstico de necessidades de novas diretorias, coordenadorias etc. nas unidades do IFSULDEMINAS e propostas de criação delas para o Conselho Superior.
12. Criação, orientação e acompanhamento de conselhos, colegiados e comissões.

Análise da política

A política de governança estabelece diretrizes para que os setores administrem, acompanhem, controlem e relatem os serviços que o IFSULDEMINAS presta à sociedade.

Possui interface com todas as demais políticas quando prescreve órgãos, sistemas de gestão e relatórios para os setores incumbidos de concretizar procedimentos e metas.

O público principal da governança é aquele que deseja acessar a informação pública, o que inclui as camadas gerenciais e operacionais do IFSULDEMINAS, mas também todo cidadão brasileiro que se interesse por este acesso. Os instrumentos de acesso são relatórios, balanços, editais e consulta à Ouvidoria.

O que unifica a política de governança é, em primeiro lugar, o vínculo com a política pública de educação profissional e tecnológica e com políticas públicas de transparência; em segundo lugar, vem o elevado grau de generalidade de suas prescrições, que abrangem o IFSULDEMINAS como instituição e não como justaposição de setores.

A Comissão Própria de Avaliação e a Unidade de Auditoria Interna são os principais órgãos de governança e autoavaliação. Ambos precisam iniciar alguma interlocução e implementar estratégias para monitorar o cumprimento de suas recomendações.

A Unidade de Auditoria Interna opera segundo as orientações técnicas do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000) na auditoria de obras públicas, contratos decorrentes de licitações e terceirizações de mão de obra. As auditorias, contudo, são prejudicadas pela escassez de funcionários (apenas dois auditores para o IFSULDEMINAS inteiro) e pela falta de monitoria do cumprimento das recomendações.

Em contraponto à Unidade de Auditoria Interna, que no momento se restringe a verificar a conformidade jurídico-contábil dos serviços administrativos, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) ocupa-se da

autoavaliação do desempenho dos serviços educacionais do IFSULDEMINAS.

A Comissão Própria de Avaliação foi instituída em conformidade com o artigo 11 da Lei nº 10.961, de 14 de abril de 2004, regulamentada pela Portaria nº 2.051, de 19 de julho de 2004, do Ministério da Educação, como integrante do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior).

Para compor a Comissão Própria de Avaliação, os pares em cada câmpus elegem um representante dos docentes, um representante dos técnicos administrativos e um representante dos discentes; e o Reitor indica um representante da sociedade civil organizada da localidade de cada câmpus. Este grupo, então, elege um dos representantes docentes para a presidência e forma uma subcomissão por câmpus com um representante dos docentes, um representante dos técnicos administrativos e um representante dos discentes. No total, a Comissão Própria de Avaliação trabalha com 42 membros, desconsiderados os suplentes.

Os relatórios de autoavaliação produzidos pela Comissão Própria de Avaliação baseiam-se em enquetes de satisfação com a comunidade escolar e emitem recomendações cujo cumprimento não é monitorado de forma sistemática.

A revisão da composição desta comissão, bem como de seus métodos de trabalho e de seu aparelhamento, convertem-se em algumas das metas de governança para o período 2014-2018.

Metas para 2014-2018

1. Definir critérios para a elaboração de indicadores institucionais e setoriais, principalmente para setores de pesquisa e extensão (sugerem-se especialmente indicadores do grau de participação de docentes, discentes e técnicos administrativos em projetos de pesquisa e extensão); secundariamente para setores de ensino; e eventualmente para setores administrativos (como indicadores de saúde e segurança).
2. Definir critérios para o desenvolvimento de sistemas eletrônicos de gerência

de informação, principalmente para setores de pesquisa e extensão; secundariamente para setores de ensino; e eventualmente para setores administrativos.

3. Instrumentalizar relatórios anuais de gestão, projeto político-pedagógico e plano de desenvolvimento institucional como documentos de apoio decisório no cotidiano administrativo.

4. Reestruturar os organogramas dos câmpus Inconfidentes, Machado e Muzambinho e revisar o das demais unidades.

5. Revisar os procedimentos da Comissão Própria de Avaliação com o intuito de divulgar mais seus relatórios, obter informações mais pertinentes com a avaliação institucional, acompanhar a efetivação do que for recomendado e montar infraestrutura própria (salas, orçamento e funcionários, por exemplo).

6. Solicitar ao Ministério da Educação que libere vagas para uma equipe multidisciplinar de Auditoria Interna.

7. Implementar um monitoramento de resultados decorrentes de auditoria interna, o qual incluirá pelo menos um índice de relação entre a quantidade de recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência e uma sistemática de comunicação dos riscos que a alta gerência corre ao desrespeitar as recomendações.

Comunicação

Objetivos

1. Impactar a percepção do público interno e externo acerca do IFSULDEMINAS.
2. Planejar e executar produtos de comunicação interna e externa.

Procedimentos atuais

1. Divulgação de processos seletivos.
2. Estruturação do portal on-line do IFSULDEMINAS e de suas unidades.

Análise da política

A política de comunicação estabelece diretrizes para construir os significados do IFSULDEMINAS para públicos determinados.

O público geral da política de comunicação é todo aquele que se interessa – ou que pode ter despertado seu interesse – em usar os serviços do IFSULDEMINAS.

Os setores utilizam técnicas de comunicação organizacional, jornalismo, publicidade, marketing, *design* etc. para atingir desde um seguimento da comunidade escolar até segmentos que ultrapassam a população do Sul de Minas Gerais.

As metas foram pensadas com foco em prover a política de comunicação de um mínimo administrativo que permita configurar ações pertinentes com o aparato técnico da comunicação contemporânea.

A fragilidade desta política é aguda e preocupa por causa da centralidade que o marketing e a publicidade ocupam hoje em dia na definição do sucesso ou do fracasso das organizações.

Uma das causas desta fragilidade liga-se à inexistência de critérios gerais de comunicação e de competência técnica em qualidade e quantidade suficientes para pelo menos levar adiante ações estratégicas, como *branding*. O aparelhamento e a suficiência profissional de equipes de comunicadores converteu-se, assim, em meta para 2014-2018.

Metas para 2014-2018

1. Organizar e equipar a Assessoria de Comunicação profissionais de jornalismo, marketing, publicidade, programação visual e audiovisual.
2. Regulamentar as atividades de comunicação.
3. Elaborar manual de boas práticas em comunicação.

Gestão de pessoas

Objetivos

1. Equilibrar a qualidade e a quantidade da força de trabalho com as ações do IFSULDEMINAS.
2. Promover a saúde e o respeito no ambiente de trabalho.
3. Movimentar as rotinas de recursos humanos.

Procedimentos atuais

1. Gerenciamento da expansão e da manutenção do quadro de funcionários.
2. Rotinas de recursos humanos (folha de pagamento, concessão de férias, concessão de licenças, concessão de benefícios sociais, recolhimento de declarações de bens e rendas etc.).
3. Rotinas de avaliação funcional (estágio probatório, progressão na carreira, licenças para treinamento etc.).
4. Programa de Incentivo à Qualificação, aprovado pela Resolução Conselho Superior nº 5, 27 de fevereiro de 2012: auxílio para docentes e técnicos administrativos participarem de qualificações.
5. Monitoramento da carga horária docente visando equilibrar ensino, pesquisa e extensão.
6. Contratação e gerenciamento de terceirizações de mão de obra.

Análise da política

A política de gestão de pessoas estabelece critérios para constituir e aperfeiçoar a força de trabalho.

Trata-se de uma política estratégica porque atinge componentes essenciais e de alto custo que o IFSULDEMINAS utiliza para prestar os serviços educacionais que definem sua razão de ser e para executar as tarefas administrativas.

A política de gestão de pessoas mantém interface com todas as demais políticas. Seus procedimentos e seus objetivos influenciam a qualidade de vida, o aprimoramento de processos de trabalho, o desenvolvimento das competências individuais e, conseqüentemente, afetam diretamente a qualidade dos serviços prestados.

Embora o núcleo procedimental da política de gestão de pessoas fique no Departamento de Gestão de Pessoas – setor da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração o qual se ramifica nos câmpus através das Coordenadorias de Gestão de Recursos Humanos –, os procedimentos são executados por diversos setores e são desenhados a partir de demandas de atores internos (demandas funcionais, por exemplo) e externos (leis das carreiras públicas, abertura ou não de vagas pelo Ministério da Educação etc.).

Toda essa complexidade deverá ser considerada nas ações que atenderão as metas para 2014-2018, as quais poderão aproveitar as análises do perfil do corpo docente e do perfil do corpo técnico-administrativo.

Perfil do corpo docente

Trabalham no IFSULDEMINAS 343 docentes efetivos, 44 substitutos e 67 temporários trabalham no IFSULDEMINAS. Através do Banco de Professor Equivalente, regulamentado pelo Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010, está prevista a contratação de mais 148 docentes efetivos até 2018, o que ampliaria o quadro total desta classe para 491 profissionais (Tabela 18).

Dos docentes efetivos, 97% (ou 333 docentes) trabalham em regime de dedicação exclusiva. O nível máximo de formação predominante dos docentes efetivos é o mestrado (51%). Possuem doutorado 27% e 21% possuem apenas graduação ou especialização.

O IFSULDEMINAS planeja liberar pelo menos 49 docentes para qualificação em pós-graduações *stricto sensu* até 2018. Esta ampliação do contingente de professores doutores facilitará a abertura de programas de mestrado e doutorado.

A carreira docente no IFSULDEMINAS sustenta esta expectativa de qualificação. A Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, estrutura a carreira docente genericamente em três grupos: docentes efetivos (Tabela 18), docentes temporários (Tabela 19) e docentes substitutos (Tabela 20), todos com ingresso através de concurso público.

Os docentes efetivos prestam concurso com qualificação mínima de graduação na área, prova escrita, prova de desempenho didático-pedagógico e prova de títulos. Os docentes efetivos podem se afastar para qualificação, capacitação ou outra hipótese prevista pela Medida Provisória nº 252, de 14 de fevereiro de 2011; pela Lei nº 8.745, de 9 de novembro de 1993; pelo Decreto nº 7.312, de 28 de setembro de 2010; e pela Resolução Conselho Superior nº 14, de 29 de abril de 2013. O afastamento do docente efetivo gera a contratação de docente temporário ou substituto através de concurso público com prova de título e exigência de qualificação mínima de graduação na área.

Perfil do corpo técnico-administrativo

Trabalham no IFSULDEMINAS 435 técnicos administrativos. A maioria (311 funcionários) em cargos de nível médio ou fundamental (Tabela 21). A ampliação deste contingente acompanha o Quadro de Referência do Servidor Técnico-administrativo do Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010, que previu a reposição automática das vagas originárias de vacâncias (aposentadorias, óbitos, exonerações etc.) e eventualmente se beneficia da criação de vagas pelo Ministério da Educação.

O ingresso nas carreiras técnico-administrativas exige aprovação em concursos públicos conforme a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

O plano de carreira do pessoal técnico-administrativo é regido pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, pelo Decreto nº 5.824, de 29 de junho de

2006, e por resoluções da Comissão Nacional de Supervisão.

As carreiras técnico-administrativas organizam os cargos em cinco classes – A, B, C, D e E –, que correspondem à exigência de qualificação ensino superior, médio e fundamental. Cada classe tem quatro níveis de capacitação, cada um com 16 padrões de vencimento.

O servidor se desenvolve na carreira exclusivamente pela mudança de nível de capacitação – Progressão por Capacitação Profissional, mediante a formação do servidor – e de padrão de vencimento – Progressão por Mérito Profissional, mediante a avaliação de desempenho.

O incentivo à qualificação é um percentual aplicado sobre o vencimento básico de acordo com o nível de qualificação do servidor (graduação, especialização, mestrado ou doutorado).

Dos técnicos administrativos, 77% completaram curso de graduação. A decomposição deste montante mostra que 6% dos técnicos administrativos concluíram mestrado, 0,20% possuem doutorado, 49,80% possuem especialização e 21% possuem somente graduação.

A Resolução Conselho Superior nº 26, de 17 de setembro de 2012, tende a contribuir para elevar estes níveis de qualificação, uma vez que prevê carga horária especial, licenças e afastamentos para capacitação e qualificação dos técnicos administrativos.

O IFSULDEMINAS procurará reforçar a qualificação dos técnicos administrativos através da definição de metas de matrículas destes servidores em graduações e pós-graduações, do provimento de condições de frequência aos cursos e do acompanhamento do impacto destas medidas.

Metas para 2014-2018

1. Definir critérios gerais para a capacitação dos corpos docente e técnico-administrativo.
2. Criar um programa de qualidade de vida no trabalho.
3. Criar um programa de treinamento interno para funcionários recém-

contratados.

4. Criar indicadores de gestão de pessoas.

5. Estudar uma relação ideal de número de alunos por professor, considerando que o IFSULDEMINAS tem uma relação elevada de professores por aluno quando são considerados os alunos de cursos regulares (técnicos, graduações e pós-graduações) e de cursos livres (como os FIC e os PRONATEC) em relação ao total de docentes efetivos (Figura 6).

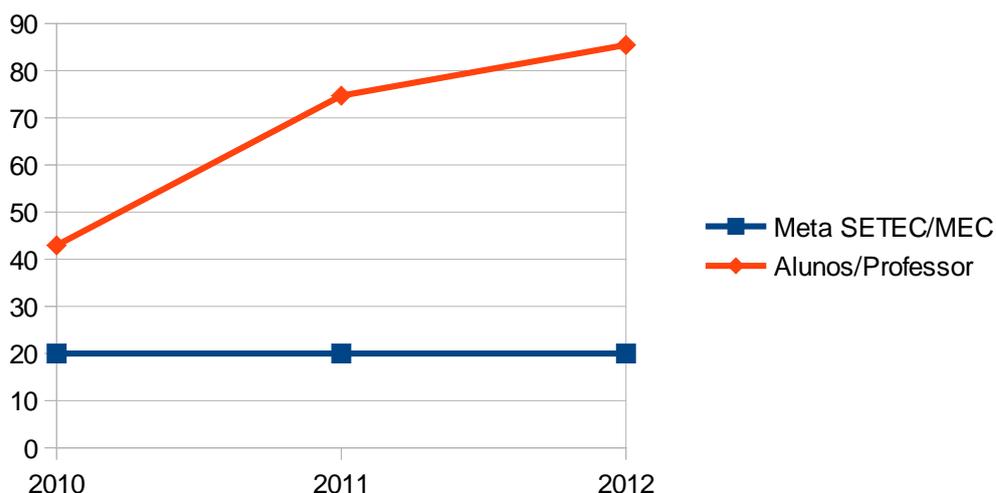


Figura 6: Relações de alunos por professor (considerando o total de docentes efetivos com relação aos cursos técnicos de nível médio, às graduações, às pós-graduações e aos cursos FIC e PRONATEC) em comparação com referencial exemplificativo da SETEC/MEC. Fonte: Elaboração própria.

6. Criar programa de formação para docência em educação profissional com base em diagnóstico de deficiências de formação pedagógica do corpo docente, conforme potencial necessidade apontada pelos parágrafos 256 a 261 do Acórdão 560/2013 do Tribunal de Contas da União.

7. Desenvolver estudos de indicadores sobre quantidade e ações de servidores técnico-administrativos através, por exemplo, de indicadores por projeto ou tarefa, em atenção à provável escassez de mão de obra diagnosticada

genericamente pelo parágrafo 274 do Acórdão 560/2013 do Tribunal de Contas da União e especificamente pelo Relatório de Gestão IFSULDEMINAS 2012. Apenas como exemplo, tome-se o gráfico que, na época, a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração forneceu para que fosse diagnosticado o estrangulamento da mão de obra no setor (Figura 7). A Pró-Reitoria de Planejamento e Administração executou 310 processos em 2012, uma média de dois processos por dia (se considerados os 250 dias efetivos de trabalho em um ano). Como o setor de licitações dispunha de 12 funcionários, o total de processos implicou em distribuir 25,80 processos licitatórios por funcionário, um número excessivo principalmente se considerados que muitos processos se destinavam a adquirir obras públicas. Os demais setores, sobretudo os pedagógicos, poderiam aplicar raciocínio semelhante para formular indicadores que também permitam avaliar a relação entre montante de trabalho e recursos humanos disponíveis.

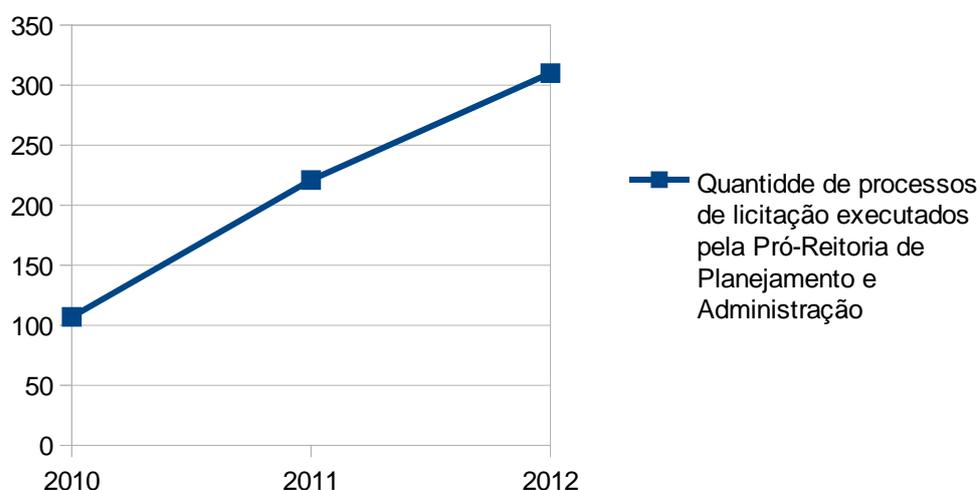


Figura 7: Licitações executadas pela Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. Fonte: Relatório de Gestão IFSULDEMINAS 2012.

8. Liberar docentes e técnicos administrativos para qualificação em pós-graduações *stricto sensu*.
9. Estabelecer metas anuais e plano de capacitação e qualificação do quadro

técnico-administrativo.

10. Desenvolver um estudo que proponha um modelo de participação dos técnicos administrativos na pesquisa e extensão.

11. Implementar a política de saúde e segurança no trabalho (Resolução Conselho Superior nº 73, de 25 de novembro de 2013).

Infraestrutura

Objetivos

1. Disponibilizar infraestrutura adequada para atividades pedagógicas e administrativas.
2. Manter e aperfeiçoar as instalações físicas.

Procedimentos atuais

1. Projetos de reforma, aquisição ou construção de imóveis.
2. Projetos de aquisição de equipamentos (mobiliários, computadores, televisões, microscópios etc.).
3. Projetos de aquisição de material de consumo para almoxarifado.
4. Gestão de material de almoxarifado.

Análise da política

A política de infraestrutura estabelece critérios para reformar ou construir imóveis, bem como adquirir e gerir equipamentos.

O processo de reforma ou construção de imóveis segue este trâmite:

- a) A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional define um projeto de obra com os diretores-gerais e o Reitor.
- b) Caso o projeto se destine a uma obra da Reitoria (ampliação ou reforma do prédio da Reitoria, ou construção de câmpus novo, ainda desprovido de setor de licitações), o projeto é encaminhado para a Pró-Reitoria de Planejamento e

Administração, a qual decide licitar ou não. No caso dos câmpus que possuem Unidade Gestora, cabe ao diretor-geral decidir encaminhar o projeto para o respectivo setor de licitações.

c) A Diretoria de Administração da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, ou o setor de licitação de um dos câmpus que possuem Unidade Gestora, instrui processo de aquisição pública referente ao projeto de obra.

d) Uma vez concluída a aquisição pública referente ao projeto de obra, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional insere dados da obra e do vencedor da licitação no Sistema de Monitoramento de Obras do Governo Federal (SIMEC-Obras).

e) A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional verifica semanalmente o andamento da obra até o seu término.

O processo de aquisição de equipamentos e material de consumo é executado pelos departamentos de licitação através do pedido dos demais setores e os materiais de consumo são geridos pelos almoxarifados.

Preocupações pedagógicas são centrais quando da definição dos projetos de infraestrutura. Por exemplo, a consolidação do curso de agrimensura na fazenda do câmpus Inconfidentes considera a necessidade de equipar uma infraestrutura predial de 1.000 m² com laboratórios de informática, mobiliário, computadores, softwares e manutenção destes equipamentos. Os demais câmpus adotam cuidados similares para também garantir a qualidade e a verticalização dos eixos tecnológicos em graduações e pós-graduações. Foi o caso dos projetos arquitetônicos dos câmpus Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, voltados a provê-los de infraestrutura pedagógica compatível com os objetivos e as finalidades do IFSULDEMINAS. Ou, ainda, a ampliação do Centro de Educação a Distância do câmpus Muzambinho, que contará com um núcleo de distribuição e armazenagem, laboratório de apoio aos alunos, estúdio de gravação e sala de editoração, o que condiz com o investimento do câmpus na interligação dos setores com fibra ótica e na oferta de educação a distância.

O Tribunal de Contas da União, no Acórdão 560/2013, aponta o

estrangulamento da infraestrutura como uma constante na rede federal. O IFSULDEMINAS planeja enfrentar esse estrangulamento com uma expansão de pelo menos 66% de suas instalações físicas totais e 62% de suas instalações físicas pedagógicas (apenas salas de aula mais laboratórios) (Tabelas 22 e 23).

O cálculo destas metas tomou por base as instalações físicas atuais e aquelas previstas no cronograma de obras vigente, muitas das quais já se encontram em construção e poderão ser entregues entre 2014 e 2015 (Tabelas 24 a 29). Todas as estimativas representam um mínimo pretendido, e podem ser superadas nos próximos anos, para o que dependem de uma liberação orçamentária consistente por parte do Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A expansão prevista deixará o IFSULDEMINAS em uma posição mais confortável, pois virá somar a uma variedade razoável de laboratórios (Tabelas 30 a 35).

Ficaram de fora do cálculo das metas as instalações físicas da Reitoria e dos câmpus avançados de Carmo de Minas e de Três Corações.

O prédio da Reitoria está em construção com três pavimentos, jardins, estacionamento, salas administrativas, banheiros etc. em Pouso Alegre, Minas Gerais, e deverá ser entregue no primeiro semestre de 2015.

Os câmpus avançados de Carmo de Minas e de Três Corações entrarão em reforma em 2014 e possuem salas de aula, salas administrativas, pátio e banheiros.

Apenas como exemplo da interface que a política de infraestrutura assume com a política de atendimento aos discentes, serão mencionadas algumas obras de acessibilidade do câmpus Inconfidentes. Tais obras, orientadas por diretrizes de acessibilidade, incluirão rampas de acesso ligando o pátio central ao prédio do setor de agrimensura, reformas dos banheiros e adequação da altura dos bebedouros. As demais unidades do IFSULDEMINAS possuem obras similares dentre as previstas nas tabelas 24 e 29. O câmpus Machado, por exemplo, constrói um centro de equoterapia que o posicionará como referência local em educação inclusiva.

Metas para 2014-2018

1. Ampliar em 66% o quantitativo de instalações físicas totais do IFSULDEMINAS (Tabela 22).
2. Ampliar em 62% o quantitativo de instalações físicas pedagógicas (apenas salas de aula mais laboratórios) (Tabela 23).
3. Aperfeiçoar a operação do software Sistema de Monitoramento de Obras do Governo Federal (SIMEC-Obras) de modo que o sistema espelhe as instalações físicas prontas e em construção.
4. Criar indicadores de adequação entre as instalações físicas e as demandas da comunidade escolar.
5. Incluir os parâmetros de acessibilidade da Norma Técnica Brasileira nº 9050, de 31 de março de 2004, quando especificar a aquisição de edificações e mobiliários.
6. Concluir a construção do prédio da Reitoria.

Orçamento e finanças

Objetivos

1. Executar o orçamento para aquisição de produtos e serviços em conformidade com as necessidades do IFSULDEMINAS.
2. Gerir a viabilidade financeira do IFSULDEMINAS.
3. Adequar procedimentos às revisões legais.

Procedimentos atuais

1. Elaborar previsões orçamentárias anuais conforme a matriz orçamentária do CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica).
2. Acompanhar a execução financeira e orçamentária através de sistemas eletrônicos.

3. Compras públicas.

Análise da política

A política de finanças e orçamento estabelece diretrizes para os processos de previsão e execução orçamentária e financeira.

Trata-se de uma política inteiramente legislada e fortemente auditada, cujos procedimentos impactam na política de governança de forma mais visível do que os procedimentos de outras políticas.

Um objetivo essencial da política de orçamento e finança é gerir a viabilidade financeira do IFSULDEMINAS. Se o ritmo de crescimento orçamentário de 2010-2013 for mantido para o período 2014-2017, a previsão é de que o IFSULDEMINAS chegue a 2018 com um orçamento total de R\$ 284 milhões e um orçamento extraordinário de R\$ 31 milhões (Tabela 36), o que deve bastar para custear os serviços atuais e a expansão prevista nas políticas de infraestrutura, gestão de pessoas e oferta, abertura e reestruturação de cursos. Essa previsão, entretanto, depende da continuidade da política pública de educação profissional, e do respeito a critérios orçamentários, que os parágrafos seguintes terão por assunto.

O IFSULDEMINAS, como os demais institutos federais, encontra a sua principal fonte de receita em recursos repassados pela União Federal. Esses valores, quando previstos na Lei Orçamentária Anual, são chamados de recursos ordinários e podem ser divididos em folha de pagamento, custeio, capital e, quando não previstos na Lei Orçamentária Anual, são créditos extraordinários (tal como estão na Tabela 36).

Os recursos da folha de pagamento cobrem salários, aposentadorias, pensões, funções, gratificações (décimo terceiro salário, férias) e demais benefícios dos servidores civis ativos e inativos.

Os recursos de custeio pagam todas as despesas de manutenção, tais como materiais de consumo, energia elétrica, terceirização de mão de obra, pintura de salas etc.

Os recursos de capital são usados para adquirir componentes infraestruturais como terrenos, mobiliário, computadores, automóveis e construção de prédios.

Os recursos extraordinários são aqueles que não foram previstos pela Lei Orçamentária Anual. São disponibilizados por meio de termos de cooperação entre o órgão federal cedente e o IFSULDEMINAS. Esses termos de cooperação estipulam objetivos específicos para o investimento dos recursos extraordinários e geralmente estão voltados à concretização de alguma política de governo. Nos últimos anos, os recursos extraordinários foram concedidos para subsidiar a expansão e a modernização da rede federal de educação profissional (foi o caso da expansão da rede federal, que viabilizou construir os câmpus Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, bem como da modernização da rede federal, que viabilizou aperfeiçoar os câmpus Inconfidentes, Machado e Muzambinho) e para custear programas educacionais com forte viés de inclusão social (Mulheres Mil, E-Tec, PRONATEC, FIC etc.).

O importante a frisar é que o IFSULDEMINAS não consegue prever o montante dos recursos repassados pela União, sobretudo os recursos extraordinários. Embora o IFSULDEMINAS possa supor os montantes futuros, não pode influenciar sua determinação, e portanto fica na dependência da estabilidade política e da continuidade das políticas públicas de educação profissional.

O IFSULDEMINAS também dispõe de receita própria, de captação de recursos externos e de gestão de custos.

A receita própria provém do comércio do excedente da produção agropecuária dos câmpus Inconfidentes, Machado e Muzambinho. Estes câmpus mantêm setores de produção agrícola voltados ao aprendizado em ciências e tecnologias agropecuárias. A produção desses setores é revertida para o consumo dos próprios câmpus e os excedentes eventuais são comercializados. As receitas da comercialização, bastante limitadas, são destinadas à assistência estudantil, aos alojamentos, à alimentação e a projetos pedagógicos.

A captação de recursos é uma estratégia que o IFSULDEMINAS aplica com relação a agências de fomento (CNPq, FAPEMIG, CAPES) e, às vezes, a atores privados (premiações que empresas concedem para projetos inovadores, por exemplo, ou doações de agentes privados por algum motivo interessados no sucesso do IFSULDEMINAS). Sem exceção, tais recursos possuem destinação pré-determinada (adquirir certo equipamento de investigação científica, terreno para construir um prédio, mobiliário para um laboratório etc.). Criar um sistema de coleta de dados sobre captação permitirá avaliar a interação do IFSULDEMINAS com atores privados e públicos externos à burocracia pública.

Uma última forma de lidar com o orçamento relaciona-se não ao crescimento do orçamento, mas à redução de gastos através de medidas como agilização do fluxo de documentos e acompanhamento de almoxarifado. O IFSULDEMINAS reuniu muitas destas medidas no Plano de Logística Sustentável que vigorará a partir de 2014, o que, em conjunto com as medidas de sustentabilidade já adotadas em razão do projeto Esplanada Sustentável, deverão trazer impactos positivos. A expectativa é racionalizar os gastos e os procedimentos visando a um ambiente organizacional saudável para as pessoas e para o meio ambiente.

Os recursos orçamentários são essenciais à política de oferta, abertura e reestruturação de cursos; à política de infraestrutura; e à política de gestão de pessoas. Através do impacto que exerce, a política de orçamento e finança tende a impactar também nas demais políticas institucionais.

Metas para 2014-2018

1. Unificar os procedimentos de execução orçamentária e financeira através de sistema eletrônico comum a todas as unidades do IFSULDEMINAS.
2. Implementar o Plano de Logística Sustentável e acompanhar o desempenho das medidas ali previstas.
3. Criar sistema de coleta de dados de captação de recursos externos.

Parcerias

A política de parceria estabelece critérios para o IFSULDEMINAS atuar em conjunto com instituições do setor público, privado ou social em um regime de cooperação.

As parcerias se revelaram uma das principais ferramentas para estruturar os câmpus Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre; estruturar os câmpus avançados de Carmo de Minas e de Três Corações; viabilizar pós-graduações de professores e técnicos administrativos; realizar estudos técnicos do arranjo produtivo, social e cultural regional; e fornecer infraestrutura de processamento de dados.

Contudo, a exemplo do que o Tribunal de Contas da União proferiu no Acórdão 560/2013 a respeito de toda a rede de institutos federais, a área também carece de sistematização no IFSULDEMINAS. Não foi possível identificar objetivos e procedimentos. Por isto esta política somente prevê metas voltadas à sua própria estruturação.

Metas para 2014-2018

1. Definir critérios gerais para as parcerias.
2. Elaborar um manual de boas práticas em parcerias com o setor produtivo.
3. Definir indicadores para distinguir entre parcerias promissoras e aquelas que precisam ser repensadas.
4. Diagnosticar as parcerias atuais e suas finalidades.

Conclusão

O Plano de Desenvolvimento Institucional consiste em um conjunto de parâmetros que subsidiam decisões futuras. À medida que elas forem tomadas, o IFSULDEMINAS se alterará e, conseqüentemente, o PDI deverá ser atualizado. Por estas razões, o formato dele privilegiou a facilidade de acessar, de manusear e de atualizar.

A institucionalidade do IFSULDEMINAS, como a dos demais institutos federais, representou uma inovação na educação pública brasileira. A legislação, os modelos e os manuais sobre plano de desenvolvimento institucional, contudo, vinculam-se à institucionalidade acadêmica das universidades.

Essa contradição entre o que se esperava de um PDI na legislação de 2006 e o que é o IFSULDEMINAS desde sua criação em 2008 como instituição foi superada por meio da reordenação dos conteúdos tradicionais dos planos de desenvolvimento institucional das universidades. Foram propostas onze políticas institucionais cuja tônica incide na integração dos serviços educacionais, no desenvolvimento socioeconômico e na transparência administrativa.

A política institucional de oferta, abertura e reestruturação de cursos estabelece diretrizes para gerir a integração e a prestação de serviços de ensino, pesquisa, extensão e administração.

A política institucional de inserção profissional dos estudantes estipula requisitos para que os estudantes recebam formação como profissionais autônomos, criativos e cidadãos.

A política institucional de atendimento aos discentes visa garantir o sucesso das medidas de estímulo à permanência e ao êxito dos estudantes.

A política institucional de alinhamento com o arranjo produtivo, social e cultural regional posiciona a integração regional do IFSULDEMINAS como critério de efetividade.

A política institucional de acesso ao conhecimento focaliza a constituição de acervos de qualidade que suportam a formação dos estudantes e o

aperfeiçoamento de docentes e técnicos administrativos.

A política institucional de governança visa ampliar a transparência administrativa do IFSULDEMINAS, enquanto que a política institucional de comunicação estabelece diretrizes de comunicação do IFSULDEMINAS com seus públicos.

A política institucional de gestão de pessoas e a de infraestrutura definem a gestão de dois insumos elementares: as pessoas e o espaço em contato com os quais os estudantes adquirem conhecimentos e formações.

A política institucional de orçamento e finanças, fortemente legislada devido à natureza pública do IFSULDEMINAS, cuida para que os serviços educacionais contem com os recursos financeiros necessários à oferta e ao aprimoramento dos serviços.

Finalmente, a política institucional de parcerias orienta a interação do IFSULDEMINAS com atores locais.

As políticas institucionais referem-se a serviços para cuja elaboração e execução os diversos setores, grupos e colegiados contribuem cada qual no limite de sua competência.

Os parâmetros colocados por essas políticas poderão ser utilizados para medir o alinhamento estratégico dos serviços do IFSULDEMINAS, o que permitirá planejamentos táticos e operacionais consistentes.

Outro aspecto das políticas institucionais é que elas estão pensadas com base também em mudanças legadas ao IFSULDEMINAS pelo quadriênio 2010-2013, tais quais:

1. Ampliação da instituição, que saiu de 3 para 8 câmpus, multiplicou por 7 o número de alunos, triplicou o número de servidores.
2. Estabelecimento de uma rede de parcerias com organizações que atuam no Sul de Minas Gerais ou em âmbito nacional.
3. Constituição de uma institucionalidade que se escora na gestão colegiada, transparente, democrática e participativa.
4. Consolidação de 10 órgãos colegiados, que discutiram todas as 336 resoluções hoje vigentes antes que fossem apreciadas pelo Conselho Superior.

5. Normatização de praticamente todas as atividades administrativas e educacionais por meio das resoluções.

Ao explorar as dimensões representadas pelas políticas institucionais, foi possível delimitar metas abrangentes, que podem ser sintetizadas em três grandes objetivos:

1. Aperfeiçoar os recursos humanos e a infraestrutura física para a prestação dos serviços educacionais.
2. Alinhar estrategicamente os serviços educacionais em benefício da sociedade local.
3. Expandir a transparência da administração.

A comunidade escolar utilizará este documento entre 2014-2018 para repensar a gestão democrática em um quadro de integração de serviços e diálogo com os rumos e os anseios da sociedade.

Apêndice

Tabela 1: Correspondência entre políticas institucionais do IFSULDEMINAS e conteúdos do Decreto nº 5.773/2006.

Política institucional do IFSULDEMINAS	Conteúdo correspondente no Decreto nº 5.773/2006
Oferta, abertura e reestruturação de cursos	<ul style="list-style-type: none">• Políticas de ensino, pesquisa, extensão e administração• Cronograma de abertura e ampliação de cursos
Inserção profissional dos estudantes	<ul style="list-style-type: none">• Política de atendimento aos discentes
Atendimento aos discentes	<ul style="list-style-type: none">• Inclusão social• Política de atendimento aos discentes
Alinhamento com o arranjo produtivo, social e cultural regional	<ul style="list-style-type: none">• Inserção regional da instituição de ensino• Inclusão social
Acesso ao conhecimento	<ul style="list-style-type: none">• Infraestrutura• Políticas de ensino, pesquisa, extensão e administração
Governança	<ul style="list-style-type: none">• Políticas de ensino, pesquisa, extensão e administração• Autoavaliação
Comunicação	<ul style="list-style-type: none">• Não há correspondência
Gestão de pessoas	<ul style="list-style-type: none">• Perfil do corpo docente• Perfil do corpo técnico-administrativo
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none">• Infraestrutura
Orçamento e finanças	<ul style="list-style-type: none">• Demonstrativo financeiro e orçamentário
Parcerias	<ul style="list-style-type: none">• Inserção regional da instituição de ensino

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 2: Oferta de cursos técnicos e graduações do câmpus Inconfidentes.

Curso	Modalidade	Turno	Polos	Vagas	Turmas
Técnico em Agropecuária	Integrado presencial	Integral	Câmpus	105	7
Técnico em Informática	Integrado presencial	Integral	Câmpus	60	6
Técnico em Agrimensura	Integrado presencial	Integral	Câmpus	30	3
Técnico em Alimentos	Integrado presencial	Integral	Câmpus	30	3
Técnico em Administração	Integrado presencial	Noturno	Câmpus	35	1
Tecnologia em Redes de Computadores	Tecnologia presencial	Noturno	Câmpus	30	4
Tecnologia em Gestão Ambiental	Tecnologia presencial	Integral	Câmpus	60	6
Tecnologia em Agrimensura	Tecnologia presencial	Integral	Câmpus	-	1
Licenciatura em Matemática	Licenciatura presencial	Noturno	Câmpus	35	4
Licenciatura em Ciências Biológicas	Licenciatura presencial	Noturno	Câmpus	35	4
Bacharelado em Engenharia Agrônômica	Bacharelado presencial	Integral	Câmpus	35	3
Bacharelado em Engenharia de Agrimensura e Cartográfica	Bacharelado presencial	Integral	Câmpus	30	3
Bacharelado em Engenharia de Alimentos	Bacharelado presencial	Integral	Câmpus	30	2
Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes	Licenciatura presencial	Noturno	Cambuí	40	1
Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes	Licenciatura presencial	Noturno	Ouro Fino	40	1
Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes	Licenciatura presencial	Noturno	Pouso Alegre	40	1
Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes	Licenciatura presencial	Noturno	São Gonçalo do Sapucaí	40	1
Técnico em Agricultura	Subsequente presencial	Noturno	Cambuí	40	2
Técnico em Segurança do Trabalho	Subsequente presencial	Noturno	Cambuí	40	2
Técnico em Meio Ambiente	Subsequente presencial	Noturno	Jacutinga	60	1
Técnico em Logística	Subsequente presencial	Noturno	Jacutinga	60	1
Técnico em Segurança do Trabalho	Subsequente presencial	Noturno	Jacutinga	40	2
Técnico em Administração	Subsequente presencial	Noturno	Jacutinga	40	3
Técnico em Administração	Subsequente presencial	Noturno	Ouro Fino	80	3
Técnico em Hospedagem	Subsequente presencial	Noturno	Ouro Fino	40	1
Técnico em Meio Ambiente	Subsequente presencial	Noturno	Ouro Fino	40	1
Técnico em Administração	Subsequente presencial	Noturno e Vespertino	São Gonçalo do Sapucaí	40	2
Técnico em Enfermagem	Subsequente presencial	Noturno	São Gonçalo do Sapucaí	30	1

Curso	Modalidade	Turno	Polos	Vagas	Turmas
Técnico em Logística	Subsequente presencial	Noturno	São Gonçalo do Sapucaí	40	1
Técnico em Segurança do Trabalho	Subsequente presencial	Vespertino e Noturno	São Gonçalo do Sapucaí	40	2
Técnico em Meio Ambiente	Subsequente presencial	Noturno	São Gonçalo do Sapucaí	-	1
Técnico em Eventos	Subsequente a distância	-	Bom Repouso	-	1
Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos	Subsequente a distância	-	Bom Repouso	-	1
Técnico em Administração	Subsequente a distância	-	Bom Repouso	-	1
Técnico em Agente Comunitário de Saúde	Subsequente a distância	-	Bom Repouso	40	1
Técnico em Eventos	Subsequente a distância	-	Cambuí	-	1
Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos	Subsequente a distância	-	Cambuí	-	1
Técnico em Administração	Subsequente a distância	-	Cambuí	-	2
Técnico em Agente Comunitário de Saúde	Subsequente a distância	-	Cambuí	40	1
Técnico em Transações Imobiliárias	Subsequente a distância	-	Cambuí	40	1
Técnico em Administração	Subsequente a distância	-	Conceição dos Ouros	-	1
Técnico em Agente Comunitário de Saúde	Subsequente a distância	-	Conceição dos Ouros	40	1
Técnico em Eventos	Subsequente a distância	-	Itajubá	-	1
Técnico em Administração	Subsequente a distância	-	Itajubá	-	1
Técnico em Serviços Públicos	Subsequente a distância	-	Itajubá	-	1
Técnico em Eventos	Subsequente a distância	-	Monte Sião	-	1
Técnico em Administração	Subsequente a distância	-	Monte Sião	-	1
Técnico em Agente Comunitário de Saúde	Subsequente a distância	-	Monte Sião	40	1
Técnico em Hospedagem	Subsequente a distância	-	Monte Sião	40	1
Técnico em Eventos	Subsequente a distância	-	Pouso Alegre	-	1
Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos	Subsequente a distância	-	Pouso Alegre	-	1
Técnico em Eventos	Subsequente a distância	-	Senador Amaral	-	1
Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos	Subsequente a distância	-	Senador Amaral	-	1
Técnico em Multimeios Didáticos	Subsequente a distância	-	Cambuí (Pró-funcionário)	-	1
Técnico em Secretaria Escolar	Subsequente a distância	-	Cambuí (Pró-funcionário)	-	1
Técnico em Secretaria Escolar	Subsequente a distância	-	Monte Sião (pró-funcionário)	-	1
Técnico em Administração	Subsequente a distância	-	Cambuí (E-Tec)	-	1

Curso	Modalidade	Turno	Polos	Vagas	Turmas
Técnico em Administração	Subsequente a distância	-	Inconfidentes (E-Tec)	-	1
Técnico em Administração	Subsequente a distância	-	Machado (E-Tec)	-	1
Técnico em Administração	Subsequente a distância	-	Santa Rita de Caldas (E-Tec)	-	1

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 3: Oferta de cursos técnicos e graduações do câmpus Machado.

Nome do curso	Modalidade	Turno	Polos	Vagas	Turmas
Técnico em Agropecuária	Integrado Presencial	Integral	-	90	09
Técnico em Alimentos	Integrado Presencial	Integral	-	40	03
Técnico em Informática	Integrado Presencial	Integral	-	30	04
Técnico em Agropecuária (1º ano) – Pedagogia da Alternância	Integrado Presencial	Integral	-	35	01
Técnico em Administração	Subsequente Presencial	Noturno	-	40	04
Técnico em Administração	Subsequente Presencial	Noturno	Poço Fundo	40	01
Técnico em Administração	Subsequente Presencial	Noturno	Boa Esperança	40	01
Técnico em Administração	Subsequente Presencial	Noturno	Coqueiral	40	01
Técnico em Segurança do Trabalho	Subsequente Presencial	Noturno	-	40	03
Técnico em Segurança do Trabalho	Subsequente Presencial	Noturno	Boa Esperança	40	01
Técnico em Informática	Subsequente Presencial	Noturno	Poço Fundo	30	01
Técnico em Informática	Subsequente Presencial	Noturno	Boa Esperança	30	01
Técnico em Informática	Subsequente Presencial	Noturno	Coqueiral	30	01
Técnico em Enfermagem	Subsequente Presencial	Noturno	Poço Fundo	30	01
Técnico em Enfermagem	Subsequente Presencial	Noturno	Coqueiral	30	01
Técnico em Agropecuária	Subsequente Presencial	Noturno	Boa Esperança	40	01
Técnico em Agropecuária	Subsequente Presencial	Noturno	Coqueiral	40	01
Técnico em Agropecuária	Subsequente Presencial	Noturno	-	40	01
Técnico em Edificações	Subsequente Presencial	Noturno	Boa Esperança	40	01
Técnico em Edificações	Subsequente Presencial	Noturno	Alfenas	40	01
Técnico em Serviços Públicos	Subsequente a Distância	-	Machado	40	01
Técnico em Serviços Públicos	Subsequente a Distância	-	Varginha	40	01
Técnico em Administração	Subsequente a Distância	-	Varginha	40	01
Técnico em Multimeios Didáticos - Profucionário	Subsequente a Distância	-	Machado	35	01
Técnico em Multimeios Didáticos - Profucionário	Subsequente a Distância	-	Varginha	35	01
Técnico em Secretaria Escolar - Profucionário	Subsequente a Distância	-	Machado	35	01
Técnico em Secretaria Escolar - Profucionário	Subsequente a Distância	-	Varginha	35	01
Técnico em Alimentação Escolar - Profucionário	Subsequente a Distância	-	Machado	35	01
Técnico em Agente Comunitário de Saúde	Subsequente a Distância	-	Poço Fundo	40	01

Técnico em Segurança do Trabalho – Etec	Subsequente a Distância	-	Machado	100	02
Técnico em Segurança do Trabalho – Etec	Subsequente a Distância	-	Alfenas	50	02
Técnico em Segurança do Trabalho – Etec	Subsequente a Distância	-	Muzambinho	50	02
Técnico em Segurança do Trabalho – Etec	Subsequente a Distância	-	Guaxupé	-	01
Técnico em Segurança do Trabalho – Etec	Subsequente a Distância	-	Santa Rita de Caldas	50	01
Técnico em Segurança do Trabalho – Etec	Subsequente a Distância	-	Três Corações	50	01
Licenciatura em Computação e Informática	Licenciatura Presencial	Noturno	-	30	05
Licenciatura em Ciências Biológicas	Licenciatura Presencial	Noturno	-	40	04
Tecnologia em Cafeicultura	Tecnologia Presencial	Noturno	-	30	03
Tecnologia em Cafeicultura	Tecnologia Presencial	Noturno	Poço Fundo	30	01
Tecnologia em Alimentos	Tecnologia Presencial	Noturno	-	30	03
Engenharia Agrônoma	Bacharelado Presencial	Integral	-	40	05

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 4: Oferta de cursos técnicos e graduações do câmpus Muzambinho.

Nome do curso	Modalidade	Turno	Polos	Vagas	Turmas
Ciência da Computação	Bacharelado presencial	Vespertino	Muzambinho	30	2
Ciência da Computação	Bacharelado presencial	Noturno	Muzambinho	30	2
Ciências Biológicas	Licenciatura presencial	Vespertino	Muzambinho	30	3
Ciências Biológicas	Licenciatura presencial	Noturno	Muzambinho	30	2
Educação Física	Bacharelado presencial	Noturno	Muzambinho	20	6
Educação Física	Bacharelado presencial	Vespertino	Muzambinho	20	5
Engenharia Agrônômica	Bacharelado presencial	Integral	Muzambinho	40	4
Técnico Alimentos mod. PROEJA	Integrado presencial	Noturno	Guaxupé	40	3
Técnico Alimentos mod. PROEJA	Integrado presencial	Noturno	Muzambinho	80	6
Técnico em Administração	Subsequente a distância	-	Muzambinho	80	2
Técnico em Administração	Subsequente a distância	-	Capetinga	70	2
Técnico em Administração	Subsequente a distância	-	Alterosa	60	2
Técnico em Administração	Subsequente a distância	-	Cássia	50	1
Técnico em Agente Comunitário de Saúde	Subsequente a distância	-	Capetinga	40	1
Técnico em Agente Comunitário de Saúde	Subsequente a distância	-	Alterosa	40	1
Técnico em Agente Comunitário de Saúde	Subsequente a distância	-	Cambuquira	40	1
Técnico em Agente Comunitário de Saúde	Subsequente a distância	-	Areado	40	1
Técnico em Agente Comunitário de Saúde	Subsequente a distância	-	Caldas	40	2
Técnico em Agente Comunitário de Saúde	Subsequente a distância	-	Muzambinho	80	-
Técnico em Agente Comunitário de Saúde	Subsequente a distância	-	Carmo do Rio Claro	40	1
Técnico em Agente Comunitário de Saúde	Subsequente a distância	-	São Sebastião do Paraíso	80	2
Técnico em Agropecuária	Integrado presencial	Integral	Muzambinho	160	9
Técnico em Agropecuária	Subsequente presencial	Integral	Muzambinho	40	3
Técnico em Alimentação Escolar	Subsequente a distância	-	Três Pontas	30	1
Técnico em Alimentação Escolar	Subsequente a distância	-	Alterosa	30	1
Técnico em Alimentos	Subsequente a distância	Integral	Muzambinho	40	3
Técnico em Alimentos	Subsequente a distância	-	Muzambinho	60	4
Técnico em Alimentos	Subsequente a distância	-	Boa Esperança	60	2
Técnico em Alimentos	Subsequente a distância	-	Cambuí	60	4

Nome do curso	Modalidade	Turno	Polos	Vagas	Turmas
Técnico em Alimentos	Subsequente a distância	-	Campos Gerais	60	4
Técnico em Alimentos	Subsequente a distância	-	Ilícinea	60	4
Técnico em Alimentos	Subsequente a distância	-	Santa Rita de Caldas	60	4
Técnico em Alimentos	Subsequente a distância	-	Três Corações	60	4
Técnico em Alimentos	Subsequente a distância	-	Três Pontas	60	2
Técnico em Análises Clínicas	Subsequente a distância	-	Muzambinho	60	4
Técnico em Análises Clínicas	Subsequente a distância	-	Alfenas	60	4
Técnico em Análises Clínicas	Subsequente a distância	-	Boa Esperança	60	4
Técnico em Análises Clínicas	Subsequente a distância	-	Campo Belo	60	2
Técnico em Análises Clínicas	Subsequente a distância	-	Monte Santo de Minas	30	3
Técnico em Análises Clínicas	Subsequente a distância	-	Campos Gerais	60	4
Técnico em Análises Clínicas	Subsequente a distância	-	Ilícinea	60	4
Técnico em Cafeicultura	Subsequente a distância	-	Muzambinho	60	4
Técnico em Cafeicultura	Subsequente a distância	-	Boa Esperança	60	4
Técnico em Cafeicultura	Subsequente a distância	-	Três Pontas	60	4
Técnico em Cafeicultura	Subsequente a distância	-	Guaxupé	60	4
Técnico em Cafeicultura	Subsequente a distância	-	Campo Belo	60	4
Técnico em Cafeicultura	Subsequente a distância	-	Monte Santo de Minas	60	4
Técnico em Cafeicultura	Subsequente a distância	-	Campos Gerais	60	4
Técnico em Cafeicultura	Subsequente a distância	-	Ilícinea	60	4
Técnico em Cafeicultura	Subsequente a distância	-	Machado	60	4
Técnico em Enfermagem	Subsequente presencial	Noturno	Muzambinho	40	3
Técnico em Enfermagem	Subsequente presencial	Noturno	Capetinga	40	3
Técnico em Eventos	Subsequente a distância	-	Muzambinho	40	1
Técnico em Eventos	Subsequente a distância	-	Alterosa	40	1
Técnico em Eventos	Subsequente a distância	-	Cássia	40	1
Técnico em Hospedagem	Subsequente a distância	-	São Sebastião do Paraíso	30	1
Técnico em Informática	Integrado presencial	Integral	Muzambinho	60	6
Técnico em Informática	Subsequente presencial	Noturno	Muzambinho	30	3
Técnico em Informática	Subsequente	Noturno	Alterosa	30	2

Nome do curso	Modalidade	Turno	Polos	Vagas	Turmas
	presencial				
Técnico em Informática	Subsequente a distância	-	Muzambinho	60	4
Técnico em Informática	Subsequente a distância	-	Alfenas	60	4
Técnico em Informática	Subsequente a distância	-	Boa Esperança	60	4
Técnico em Informática	Subsequente a distância	-	Cataguases	60	4
Técnico em Informática	Subsequente a distância	-	Cambuí	60	2
Técnico em Informática	Subsequente a distância	-	Três Pontas	60	4
Técnico em Informática	Subsequente a distância	-	Guaxupé	60	4
Técnico em Informática	Subsequente a distância	-	Campo Belo	60	3
Técnico em Informática	Subsequente a distância	-	Monte Santo de Minas	60	4
Técnico em Informática	Subsequente a distância	-	Santa Rita de Caldas	60	4
Técnico em Informática	Subsequente a distância	-	Ilicínea	60	4
Técnico em Informática	Subsequente a distância	-	Três Corações	60	4
Técnico em Meio Ambiente	Subsequente presencial	Noturno	Muzambinho	30	1
Técnico em Meio Ambiente	Subsequente a distância	-	Muzambinho	60	4
Técnico em Meio Ambiente	Subsequente a distância	-	Cambuí	60	4
Técnico em Meio Ambiente	Subsequente a distância	-	Boa Esperança	60	4
Técnico em Meio Ambiente	Subsequente a distância	-	Campos Gerais	60	4
Técnico em Meio Ambiente	Subsequente a distância	-	Três Pontas	60	4
Técnico em Meio Ambiente	Subsequente a distância	-	Três Corações	60	4
Técnico em Meio Ambiente	Subsequente a distância	-	Ilicínea	60	4
Técnico em Meio Ambiente	Subsequente a distância	-	Santa Rita de Caldas	60	4
Técnico em Reabilitação em Dependentes Químicos	Subsequente a distância	-	Muzambinho	60	1
Técnico em Reabilitação em Dependentes Químicos	Subsequente a distância	-	Guaxupé	50	1
Técnico em Reabilitação em Dependentes Químicos	Subsequente a distância	-	Alterosa	50	1
Técnico em Reabilitação em Dependentes Químicos	Subsequente a distância	-	Monte Santo de Minas	50	1
Técnico em Secretaria Escolar	Subsequente a distância	-	Alfenas	50	1
Técnico em Secretaria Escolar	Subsequente a distância	-	Três Pontas	50	1
Técnico em Secretaria Escolar	Subsequente a distância	-	Alterosa	50	1
Técnico em Secretaria Escolar	Subsequente a distância	-	Cambuquira	50	1

Nome do curso	Modalidade	Turno	Polos	Vagas	Turmas
Técnico em Secretaria Escolar	Subsequente a distância	-	Muzambinho	50	1
Técnico em Segurança do Trabalho	Subsequente presencial	Noturno	Muzambinho	40	3
Técnico em Serviços Públicos	Subsequente a distância	-	Cássia	43	1
Técnico em Serviços Públicos	Subsequente a distância	-	Muzambinho	45	1
Técnico em Serviços Públicos	Subsequente a distância	-	Capetinga	43	1
Técnico em Serviços Públicos	Subsequente a distância	-	Alterosa	43	1
Técnico em Transações Imobiliárias	Subsequente a distância	-	Muzambinho	40	1
Técnico em Transações Imobiliárias	Subsequente a distância	-	Alterosa	40	1
Técnico em Transações Imobiliárias	Subsequente a distância	-	São Sebastião do Paraíso	40	1
Técnico em Transações Imobiliárias	Subsequente a distância	-	Cambuquira	20	1
Técnico em Vigilância em Saúde	Subsequente a distância	-	Muzambinho	60	2
Técnico em Vigilância em Saúde	Subsequente a distância	-	Cambuí	60	2
Técnico em Vigilância em Saúde	Subsequente a distância	-	Campos Gerais	60	2
Técnico em Vigilância em Saúde	Subsequente a distância	-	Santa Rita de Caldas	60	2
Técnico em Vigilância em Saúde	Subsequente a distância	-	Três Corações	60	2
Técnico em Vigilância em Saúde	Subsequente a distância	-	Três Pontas	60	2
Técnicos em Multimeios Didáticos	Subsequente a distância	-	Alterosa	30	1
Técnicos em Multimeios Didáticos	Subsequente a distância	-	Alfenas	30	1
Técnicos em Multimeios Didáticos	Subsequente a distância	-	Muzambinho	30	2
Tecnologia em Cafeicultura	Tecnologia presencial	Noturno	Muzambinho	40	3

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 5: Oferta de cursos técnicos e graduações do câmpus Passos.

Nome do curso	Modalidade	Turno	Polos	Vagas	Turmas
Técnico em Informática	Subsequente presencial	Noturno	Passos	30	3
Técnico em Comunicação Visual	Subsequente presencial	Noturno	Passos	30	3
Técnico em Enfermagem	Subsequente presencial	Noturno	Passos	30	3
Técnico em Vestuário	Subsequente presencial	Noturno	Passos	20	2
Técnico em Informática	Integrado presencial	Integral	Passos	30	1
Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos	Subsequente a distância	-	Passos	60	2
Técnico em Secretaria Escolar	Subsequente a distância	-	Passos	35	1
Técnico em Transações Imobiliárias	Subsequente a distância	-	Passos	30	1
Técnico em Agente Comunitário de Saúde	Subsequente a distância	-	Passos	30	1
Técnico em Eventos	Subsequente a distância	-	Passos	40	1

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 6: Oferta de cursos técnicos e graduações do câmpus Poços de Caldas.

Nome do curso	Modalidade	Turno	Polos	Vagas	Turmas
Técnico em Edificações	Subsequente presencial	Noturno	Poços de Caldas	30	01
Técnico em Eletrotécnica	Subsequente presencial	Noturno	Poços de Caldas	30	02
Técnico em Informática	Subsequente presencial	Noturno	Poços de Caldas	30	03
Técnico em Meio Ambiente	Subsequente presencial	Noturno	Poços de Caldas	30	03
Técnico em Administração	Subsequente presencial	Noturno	Poços de Caldas	30	03
Técnico em Informática	Integrado presencial	Integral	Poços de Caldas	30	01
Técnico em Eletrotécnica	Concomitante presencial	Vespertino	Poços de Caldas	30	01
Técnico em Alimentação Escolar	Subsequente a distância	Matutino ou Vespertino	Poços de Caldas	35	01
Técnico em Múltiplos Didáticos	Subsequente a distância	Matutino ou Vespertino	Poços de Caldas	53	01
Técnico Em Secretaria Escolar	Subsequente a distância	Matutino ou Vespertino	Poços de Caldas	87	01

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 7: Oferta de cursos técnicos e graduações do câmpus Pouso Alegre.

Nome do curso	Modalidade	Turno	Polos	Vagas	Total de turmas
Técnico em Informática	Integrado presencial	Integral	Pouso Alegre	35	1
Técnico em Informática	Concomitante presencial	Vespertino	Pouso Alegre	40	1
Técnico em Informática	Subsequente presencial	Noturno	Pouso Alegre	35	1
Técnico em Administração	Subsequente presencial	Noturno	Pouso Alegre	35	1
Técnico em Edificações	Subsequente presencial	Noturno	Pouso Alegre	35	2
Técnico em Segurança do Trabalho	Subsequente presencial	Noturno	Pouso Alegre	35	1
Técnico em Química	Subsequente presencial	Noturno	Pouso Alegre	35	2
Técnico em Edificações	Concomitante presencial	Noturno	Pouso Alegre	40	2
Técnico em Administração	Subsequente a distância	-	Pouso Alegre	44	1
Técnico em Secretaria Escolar	Subsequente a distância	-	Pouso Alegre	42	1
Técnico em Agricultura	Subsequente presencial	Noturno	Pouso Alegre	40	1
Técnico em Transações Imobiliárias	Subsequente a distância	-	Pouso Alegre	44	1
Técnico em Serviços Públicos	Subsequente a distância	-	Pouso Alegre	40	1

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 8: Oferta de cursos técnicos e graduações nos câmpus avançados de Carmo de Minas e de Três Corações.

Nome do curso	Modalidade	Turno	Polos	Vagas	Total de turmas
Técnico em Enfermagem	Subsequente presencial	Noturno	Cambuquira	30	1
Técnico em Informática	Subsequente presencial	Noturno	Cambuquira	30	1
Técnico em Segurança do Trabalho	Subsequente presencial	Noturno	Cambuquira	30	1
Técnico em Enfermagem	Subsequente presencial	Noturno	Caxambu	30	1
Técnico em Informática	Subsequente presencial	Noturno	Caxambu	30	1
Técnico em Informática	Concomitante presencial	Vespertino	Caxambu	30	1
Técnico em Administração	Subsequente presencial	Noturno	Itanhandú	30	2
Técnico em Enfermagem	Subsequente presencial	Noturno	Itanhandú	30	1
Técnico em Informática	Subsequente presencial	Noturno	Itanhandú	30	1
Técnico Em Meio Ambiente	Subsequente presencial	Noturno	Itanhandú	30	1
Técnico em Administração	Subsequente presencial	Noturno	São Lourenço	30	3
Técnico em Contabilidade	Subsequente presencial	Noturno	São Lourenço	30	3
Técnico em Segurança do Trabalho	Subsequente presencial	Noturno	São Lourenço	30	2
Técnico em Enfermagem	Subsequente presencial	Noturno	Três Corações	30	2
Técnico em Logística	Subsequente presencial	Noturno	Três Corações	27,5	2
Técnico em Mecânica	Subsequente presencial	Noturno	Três Corações	27,5	2
Técnico em Informática	Subsequente presencial	Noturno	Três Corações	30	2
Técnico em Segurança do Trabalho	Subsequente presencial	Noturno	Três Corações	30	1
Técnico em Logística	Concomitante presencial	Vespertino	Três Corações	25	1
Técnico em Informática	Concomitante presencial	Vespertino	Três Corações	30	1
Técnico em Mecânica	Concomitante presencial	Vespertino	Três Corações	25	1

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 9: Oferta de pós-graduações do câmpus Inconfidentes.

Nome do curso	Modalidade	Turno	Polos	Vagas	Total de turmas
Especialização em Educação em Ciências	Presencial	Diurno	Inconfidentes	25	01
Especialização em Gestão Ambiental	Presencial	Diurno	Inconfidentes	25	01
Especialização em Educação Infantil	Presencial	Diurno	Inconfidentes	25	Turma única
Especialização em Educação Matemática	Presencial	Manha, tarde aos sábados	Inconfidentes	25	01
Especialização em georreferenciamento	Presencial	Manhã, tarde das sextas-feiras e sábados	Inconfidentes	25	01

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 10: Oferta de pós-graduações do câmpus Machado.

Nome do curso	Modalidade	Turno	Polos	Vagas	Turmas
Especialização em Cafeicultura Empresarial	Presencial	*	Machado	30	01
Especialização em Produção Animal	Presencial	**	Machado	30	01

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

* Noturno (sexta) Sábado (Integral)

** Matutino e Vespertino, com 20% da carga horária em modalidade não presencial.

Tabela 11: Oferta de pós-graduações do câmpus Muzambinho.

Nome do curso	Modalidade	Turno	Polos	Vagas	Turmas
Especialização em Cafeicultura	Presencial	Vespertino	Muzambinho	25	01
Especialização em Gestão Pública	Presencial	Noturno	Muzambinho	60	01
Especialização em Gestão Escolar	Presencial	Integral	Muzambinho	50	06
Especialização em Educação Infantil	Presencial	Integral	Muzambinho	50	03
Especialização em Alfabetização e Letramento	Presencial	Integral	Muzambinho	50	03

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 12: Projeção de abertura de cursos técnicos e graduações.

IFSULDEMINAS	Número de projetos pedagógicos de cursos em determinado estágio												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Estágios do curso na Resolução nº 57/2011													
Projetos de curso aprovados por consulta pública, mas que ainda não estão em Núcleo Docente Estruturante (NDE)	11	-	-	-	11	2	8	-	8	-	2	1	
Projetos de curso em estruturação por Núcleo Docente Estruturante (NDE)	5	8	-	-	-	10	5	-	5	-	-	-	
Projetos de curso que aguardam parecer do Colegiado Acadêmico do câmpus (CADEM)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Projetos de curso que aguardam parecer da Câmara de Ensino (CAMEN)	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	
Projetos de curso que aguardam parecer do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Projetos de curso que aguardam parecer do Conselho Superior (Consup)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aprovados pelo Conselho Superior (Consup), mas ainda não ofertado.	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	
Total (81)	17	8	-	-	11	12	16	-	13	-	3	1	

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Legenda das modalidades:

1. Técnico integrado presencial
2. Técnico integrado a distância
3. Técnico concomitante presencial
4. Técnico concomitante a distância
5. Técnico subsequente presencial
6. Técnico subsequente a distância
7. Bacharelado presencial
8. Bacharelado a distância
9. Licenciatura presencial
10. Licenciatura a distância
11. Tecnologia presencial
12. Tecnologia a distância

Tabela 13: Reestruturação do projeto pedagógico de cursos técnicos e graduações em oferta.

IFSULDEMINAS	Número de projetos pedagógicos de cursos em determinado estágio											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Estágios do curso na Resolução nº 57/2011												
Projetos de curso em reestruturação por Colegiado de Curso e/ou Núcleo Docente Estruturante (NDE)	3	-	1	1	9	1	5	-	2	-	2	-
Projetos de curso que aguardam parecer do Colegiado Acadêmico do câmpus (CADEM)	2	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de curso que aguardam parecer da Câmara de Ensino (CAMEN)	6	-	2	-	18	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de curso que aguardam parecer do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de curso que aguardam parecer do Conselho Superior (Consup)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprovados pelo Conselho Superior (Consup)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (56)	11	-	3	1	31	1	5	-	2	-	2	-

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Legenda das modalidades:

1. Técnico integrado presencial
2. Técnico integrado a distância
3. Técnico concomitante presencial
4. Técnico concomitante a distância
5. Técnico subsequente presencial
6. Técnico subsequente a distância
7. Bacharelado presencial
8. Bacharelado a distância
9. Licenciatura presencial
10. Licenciatura a distância
11. Tecnologia presencial
12. Tecnologia a distância

Tabela 14: Projeção de abertura de cursos de pós-graduação.

IFSULDEMINAS	Número de projetos pedagógicos de cursos em determinado estágio				
	1	2	3	4	5
Estágio do curso na Resolução nº 57/2011					
Projetos de curso aprovados por consulta pública, mas que ainda não estão em Núcleo Docente Estruturante (NDE)	4	-	-	2	-
Projetos de curso em estruturação por Núcleo Docente Estruturante (NDE)	1	8	1	1	-
Projetos de curso que aguardam parecer do Colegiado Acadêmico do câmpus (CADEM)	9	-	-	-	-
Projetos de curso que aguardam parecer da Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (CAPEPI)	-	-	-	3	-
Projetos de curso que aguardam parecer do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)	-	-	-	-	-
Projetos de curso que aguardam parecer do Conselho Superior (Consup)	-	-	-	-	-
Aprovados pelo Conselho Superior (Consup), mas aguardando autorização externa (Ministério da Educação ou outra instância externa ao IFSULDEMINAS)	-	-	-	-	-
Aprovados pelo Conselho Superior (Consup), autorizados por instância externa (Ministério da Educação ou outra instância externa ao IFSULDEMINAS), mas ainda não ofertado	-	-	-	-	-
Total (29)	14	8	1	6	-

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Legenda das modalidades:

1. Especializações presenciais
2. Especializações a distância
3. Mestrados acadêmicos
4. Mestrados profissionais
5. Doutorados



Tabela 15: Reestruturação de projeto pedagógico de cursos de pós-graduação em oferta.

IFSULDEMINAS	Número de projetos pedagógicos de cursos em determinado estágio				
	1	2	3	4	5
Estágio do curso na Resolução nº 57/2011	1	2	3	4	5
Projetos de curso em reestruturação por Colegiado de Curso e/ou Núcleo Docente Estruturante (NDE)	4	-	-	-	-
Projetos de curso que aguardam parecer do Colegiado Acadêmico do câmpus (CADEM)	-	-	-	-	-
Projetos de curso que aguardam parecer da Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (CAPEPI)	-	-	-	-	-
Projetos de curso que aguardam parecer do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)	-	-	-	-	-
Projetos de curso que aguardam parecer do Conselho Superior (Consup)	-	-	-	-	-
Aprovados pelo Conselho Superior (Consup), mas aguardando autorização externa (Ministério da Educação ou outra instância externa ao IFSULDEMINAS)	-	-	-	-	-
Aprovados pelo Conselho Superior (Consup), autorizados por instância externa (Ministério da Educação ou outra instância externa ao IFSULDEMINAS), mas ainda não ofertado	2	-	-	-	-
Total (6)	6	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Legenda das modalidades:

1. Especializações presenciais
2. Especializações a distância
3. Mestrados acadêmicos
4. Mestrados profissionais
5. Doutorados

Tabela 16: Acervos das bibliotecas.

Tipo de acervo		Quantidade atual do acervo por câmpus*						
		Inconfidentes	Machado	Muzambinho 1	Muzambinho 2	Passos	Poços de Caldas	Pouso Alegre
Livros	Títulos	4.875	6.804	4.000	1.500	431	597	633
	Exemplares	11.151	10.963	23.000	6.000	1.552	1.661	1.905
Assinaturas de periódicos científicos		**	17	13	-	-	-	-
Assinaturas de informativos técnicos		-	1	6	-	5	8	-
Multimídia de quaisquer áreas ou naturezas		-	574	1.314	250	10	-	-
Acervo digital		-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

* O câmpus Muzambinho possui duas bibliotecas.

** O câmpus Inconfidentes não forneceu estas informações.



Tabela 17: Funcionamento, espaço e recursos humanos das bibliotecas.

Item	Inconfidentes		Machado		Muzambinho 1		Muzambinho 2		Passos		Poços de Caldas		Pouso Alegre	
	Atual	Meta	Atual	Meta	Atual	Meta	Atual	Meta	Atual	Meta	Atual	Meta	Atual	Meta
1	1	2	1	2	*	*	*	*	1	1	1	1	1	1
2	-	1	2	2	Sim	Sim	Não	Sim	1	1	-	1	-	1
3	-	1	1	2	Sim	Sim	Não	Sim	5	5	-	3	-	3
4	-	1	-	1	Não	Sim	Não	Sim	1	1	-	1	-	1
5	35	35	10	20	48	80	Não	Sim	-	15	-	15	11	15
6	16	16	21	31	18	30	12	12	7	20	2	20	2	20
7	140	140	126	186	130	230	54	72	6	120	10	120	65	80
8	08	10	13	20	15	20	8	12	10	10	2	10	2	10
9	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
10	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	sim	Não	sim	Não	Sim
11	Parcial	Total	Parcial	Total	Sim	Sim	Parcial	Total	Parcial	Total	Parcial	Total	Parcial	Total
12	15	15	14,6	15	14,6	14,6	14	14	8	15	8	15	8	15
13	1	2	2	2	1	4	-	2	1	2	1	2	1	2
14	2	2	1	3	5	8	2	6	-	3	-	3	-	3
15	4	4	2	4	2	4	3	6	-	3	-	3	-	3

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

* O câmpus Muzambinho possui duas bibliotecas e a meta é manter este número até 2018.

Legenda dos itens:

- 1 – Número de bibliotecas
- 2 – Sala de processamento técnico
- 3 – Sala individualizada para estudo em grupo
- 4 – Sala de vídeo
- 5 – Cabines de estudo individual
- 6 – Mesas de estudo
- 7 – Cadeiras
- 8 – Terminais com acesso à internet
- 9 – Internet wireless
- 10 – Ambiente Climatizado
- 11 – Acervo e Serviços Informatizados
- 12 – Média de horas de funcionamento por dia
- 13 – Número de Bibliotecários
- 14 – Número de Auxiliares de Bibliotecas
- 15 – Número de funcionários terceirizados

Tabela 18: Composição atual corpo docente efetivo.

Níveis de formação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total em 2013	Acréscimo previsto para 2014-2018
Regime 20 horas	1	-	1	-	2	148
Regime 40 horas	1	3	2	2	8	
Dedicação exclusiva	7	63	172	91	333	
Total	9	66	175	93	343	148

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 19: Composição atual corpo docente substituto.

Níveis de formação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
Regime 20 horas	-	-	-	-	-
Regime 40 horas	11	11	12	10	44
Dedicação exclusiva	-	-	-	-	-
Total	11	11	12	10	44

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 20: Composição atual corpo docente temporário.

Níveis de formação	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
Regime 20 horas	-	-	-	-	-	-
Regime 40 horas	15	1	30	14	7	67
Dedicação exclusiva	-	-	-	-	-	-
Total	15	1	30	14	7	67

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 21: Composição atual do corpo técnico-administrativo.

Níveis de formação	Ensino médio ou fundamental	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total em 2013	Acréscimo previsto em 2014-2018
Efetivos em cargos de nível superior	-	14	93	17	-	124	36
Efetivos em cargos de nível médio ou fundamental	100	78	123	9	1	311	45
Total	100	92	216	26	1	435	81

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 22: Projeção de aumento de instalações físicas totais.

Unidade	Instalações físicas prontas para uso	Total de instalações físicas previstas para 2018	% de acréscimo
Inconfidentes	200	326	63%
Machado	192	261	36%
Muzambinho	338	500	48%
Passos	62	133	114%
Poços de Caldas	57	120	111%
Pouso Alegre	53	136	157%
Total	902	1476	63%

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 23: Projeção de instalações físicas pedagógicas (Salas de aula+Laboratórios).

Unidade	Instalações físicas pedagógicas prontas para uso	Total de instalações físicas pedagógicas previstas para 2018	% de acréscimo
Inconfidentes	98	147	50%
Machado	63	93	48%
Muzambinho	101	149	48%
Passos	20	62	210%
Poços de Caldas	32	62	94%
Pouso Alegre	28	52	86%
Total	342	565	65%

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 24: Instalações físicas em geral – quantitativos do câmpus Inconfidentes.

Instalações físicas	Quantidade atual de obras em uso ou de obras prontas para uso	Da quantidade atual, quantos prédios de cada tipo estão em reforma?	Novas construções que o cronograma de obras vigente prevê iniciar ou entregar até 2018	Total (= quantidade atual + novas construções) previsto para 2018
Salas de aula	38	-	24	62
Salas de administração	24	-	24	48
Banheiros	66	-	42	108
Áreas de lazer	3	-	5	8
Bibliotecas	1	-	1	2
Alojamentos	4	-	3	7
Auditórios	3	-	1	4
Refeitórios	1	-	1	2
Laboratórios	60	-	25	85
Outras	-	-	-	-
Total	200	-	126	326

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 25: Instalações físicas em geral – quantitativos do câmpus Machado.

Instalações físicas	Quantidade atual de obras em uso ou de obras prontas para uso	Da quantidade atual, quantos prédios de cada tipo estão em reforma?	Novas construções que o cronograma de obras vigente prevê iniciar ou entregar até 2018	Total (= quantidade atual + novas construções) previsto para 2018
Salas de aula	30	6	14	44
Salas de administração	21	-	10	31
Banheiros	83	-	10	93
Áreas de lazer	6	4	10	16
Bibliotecas	1	-	1	2
Alojamentos	11	4	1	12
Auditórios	1	1	6	7
Refeitórios	1	-	1	2
Laboratórios	33	8	16	49
Outras	5	4	-	5
Total	192	27	69	261

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 26: Instalações físicas em geral – quantitativos do câmpus Muzambinho.

Instalações físicas	Quantidade atual de obras em uso ou de obras prontas para uso	Da quantidade atual, quantos prédios de cada tipo estão em reforma?	Novas construções que o cronograma de obras vigente prevê iniciar ou entregar até 2018	Total (= quantidade atual + novas construções) previsto para 2018
Salas de aula	58	-	25	83
Salas de administração	35	-	15	50
Banheiros	176	2	88	264
Áreas de lazer	12	-	1	13
Bibliotecas	2	1	1	3
Alojamentos	10	-	1	11
Auditórios	1	-	8	9
Refeitórios	1	-	-	1
Laboratórios	43	-	23	66
Total	338	3	162	500

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 27: Instalações físicas em geral – quantitativos do câmpus Passos.

Instalações físicas	Quantidade atual de obras em uso ou de obras prontas para uso	Da quantidade atual, quantos prédios de cada tipo estão em reforma?	Novas construções que o cronograma de obras vigente prevê iniciar ou entregar até 2018	Total (= quantidade atual + novas construções) previsto para 2018
Salas de aula	11	-	18	29
Salas de administração	22	-	9	31
Banheiros	14	-	6	20
Áreas de lazer	-	-	1	1
Bibliotecas	1	-	-	1
Alojamentos	-	-	-	-
Auditórios	-	-	1	1
Refeitórios	-	-	1	1
Laboratórios	9	-	24	33
Web Conferencia	-	-	1	1
Grêmio	1	-	1	2
Área de convivência	1	-	2	3
Lanchonete	-	-	-	-
Garagem	-	-	1	1
Copa	3	-	-	3
Ginásio Poliesportivo	-	-	1	1
Portaria do Câmpus	-	-	1	1
Sala de Ergonomia e Ginástica Laboral	-	-	1	1
Enfermaria	-	-	1	1
Estacionamento	-	-	1	1
Total	62	-	71	133

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 28: Instalações físicas em geral – quantitativos do câmpus Poços de Caldas.

Instalações físicas	Quantidade atual de obras em uso ou de obras prontas para uso	Da quantidade atual, quantos prédios de cada tipo estão em reforma?	Novas construções que o cronograma de obras vigente prevê iniciar ou entregar até 2018	Total (= quantidade atual + novas construções) previsto para 2018
Salas de aula	15	-	15	30
Salas de administração	9	-	9	18
Banheiros	12	-	4	16
Áreas de lazer	1	-	3	4
Bibliotecas	1	-	1	1
Alojamentos	-	-	-	-
Auditórios	1	-	1	2
Refeitórios	1	-	1	2
Laboratórios	17	-	15	32
Outros	-	-	5	5
Almoxarifado Setor Administrativo e Biblioteca(Reforma do Tathersal)	-	-	1	1
Campo de Futebol	-	-	1	1
CEAD	-	-	1	1
Empresa Júnior	-	-	1	1
Garagem	-	-	1	1
Piscina	-	-	1	1
Pista de Atletismo	-	-	1	1
Sala dos Professores	-	-	1	1
Sala de videoconferência	-	-	1	1
Fechamento do Câmpus Urbanismo e Paisagismo	-	-	1	1
Total	57	-	63	120

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 29: Instalações físicas em geral – quantitativos do câmpus Pouso Alegre.

Instalações físicas	Quantidade atual de obras em uso ou de obras prontas para uso	Da quantidade atual, quantos prédios de cada tipo estão em reforma?	Novas construções que o cronograma de obras vigente prevê iniciar ou entregar até 2018	Total (= quantidade atual + novas construções) previsto para 2018
Salas de aula	12	-	10	22
Salas de administração	5	-	18	23
Banheiros	15	-	28	43
Áreas de lazer	3	-	5	8
Bibliotecas	1	-	1	2
Alojamentos	-	-	-	-
Refeitórios	1	-	1	2
Laboratórios	16	-	14	30
Outras	-	-	6	6
Total	53	-	83	136

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 30: Laboratórios por área – quantitativos do câmpus Inconfidentes.

Tipo de laboratório	Quantidade atual de laboratórios em uso ou de laboratórios prontos para uso	Da quantidade atual, quantos laboratórios de cada tipo estão em reforma?	Novos laboratórios que o cronograma de obras vigente prevê iniciar ou entregar até 2018	Total (= quantidade atual + novos laboratórios) previsto para 2018 com base no cronograma atual de obras
Anatomia (Horticultura)	1	-	-	1
Apicultura (Casa do Mel)	1	-	-	1
Biotecnologia (Cultura de tecidos)	1	-	-	1
Entomologia (Cafeicultura)	1	-	-	1
Entomologia (Piscicultura)	1	-	1	2
Física do solo	1	-	1	2
Fisiologia	1	-	-	1
Informática Básica Aplicada à Agrimensura e Cartografia	1	-	-	1
Sensoriamento Remoto	1	-	1	2
Informática (EAD)	1	-	-	1
Informática I (Orientada)	1	-	-	1
Informática II (Orientada)	-	-	1	1
Informática II – reformado	1	-	-	1
Informática III	1	-	-	1
Informática IV – Hardware	1	-	-	1
Informática V – reformado	1	-	-	1
Informática VI – reformado	1	-	4	5
Inseminação artificial	1	-	-	1
Irrigação e drenagem	1	-	-	1
Microbiologia (Agroindústria)	1	-	-	1
Química dos alimentos	1	-	4	5
Química dos Solos (Planta)	1	-	4	5
Sementes	-	-	1	1
Tecnologia do Sêmen	1	-	-	1
Topografia e Levantamentos	1	-	1	1

Tipo de laboratório	Quantidade atual de laboratórios em uso ou de laboratórios prontos para uso	Da quantidade atual, quantos laboratórios de cada tipo estão em reforma?	Novos laboratórios que o cronograma de obras vigente prevê iniciar ou entregar até 2018	Total (= quantidade atual + novos laboratórios) previsto para 2018 com base no cronograma atual de obras
Astronomia e Geodesia Celeste	-	-	1	1
Geodesia Física	-	-	1	1
Aferição, Calibração e Instrumentação	-	-	1	1
Zoologia (Piscicultura)	1	-	-	1
Centro de Procedimentos Ambientais (SGA, Agroecologia, Manejo de Bacias Hidrográficas, Resíduos Sólidos, Qualidade da Água)	5	-	3	8
Incubadora de Empresas – Incetec	1	-	-	1
Biotecnologia II	1	-	-	1
Geologia	1	-	-	1
Mecanização	1	-	-	1
Matemática	1	-	-	1
Processamento de carne	1	-	-	1
Processamento de frutas e hortaliças	1	-	1	2
Leite e queijo	1	-	1	2
Química Geral	1	-	-	1
Física	1	-	-	1
Licenciatura (projeto Life)	1	-	-	1
Microbiologia II	1	-	-	1
Microbiologia I	1	-	-	1
Bromatologia	1	-	-	1
Museu de Artes Naturais	1	-	-	1
Produção vegetal - Botânica	1	-	-	1
Produção vegetal – Sementes	1	-	-	1
Produção vegetal – Fitopatologia	1	-	-	1
Laboratório do PIBID	1	-	-	1
Produção – Bovino de leite	1	-	-	1

Tipo de laboratório	Quantidade atual de laboratórios em uso ou de laboratórios prontos para uso	Da quantidade atual, quantos laboratórios de cada tipo estão em reforma?	Novos laboratórios que o cronograma de obras vigente prevê iniciar ou entregar até 2018	Total (= quantidade atual + novos laboratórios) previsto para 2018 com base no cronograma atual de obras
Produção – Bovino de Corte	1	-	-	1
Produção – Suinocultura	1	-	-	1
Produção – Avicultura Corte	1	-	-	1
Produção – Avicultura Postura	1	-	-	1
Produção – Piscicultura	1	-	-	1
Produção – Horta	1	-	-	1
Produção – Culturas anuais	1	-	-	1
Produção – Cafeicultura	1	-	-	1
Produção – Processamento de café	1	-	-	1
Produção – Viveiro de mudas	1	-	-	1
Produção – Aprisco	1	-	-	1
Total	60	-	25	85

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 31: Laboratórios por área – quantitativos do câmpus Machado.

Tipo de laboratório	Quantidade atual de laboratórios em uso ou de laboratórios prontos para uso	Da quantidade atual, quantos laboratórios de cada tipo estão em reforma?	Novas laboratórios que o cronograma de obras vigente prevê iniciar ou entregar até 2018	Total (= quantidade atual + novos laboratórios) previsto para 2018
Alimentos	4	-	1	5
Administração	-	-	1	1
Agronomia	6	2	2	8
Zootecnia	2	-	4	6
Informática	5	4	6	11
Química	-	-	1	1
Física	1	-	-	1
Biologia	2	-	1	3
Ciências Humanas	1	-	-	1
Unidades Educativas de Produção	12	2	-	12
Total	33	08	16	49

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 32: Laboratórios por área – quantitativos do câmpus Muzambinho.

Tipo de laboratório	Quantidade atual de laboratórios em uso ou de laboratórios prontos para uso	Da quantidade atual, quantos laboratórios de cada tipo estão em reforma?	Novos laboratórios que o cronograma de obras vigente prevê iniciar ou entregar até 2018	Total (= quantidade atual + novos laboratórios) previsto para 2018
Multidisciplinar	1	-	-	1
Atividades Aquáticas (AQUALAB)	1	-	-	1
Anatomia Humana (LANAH)	1	-	-	1
Esportes Coletivos (LABEC)	1	-	-	1
Atividades de Campo e Pista (LACAP)	1	-	-	1
Esportes de Aventura (LEA).	1	-	-	1
Atividade Física em Ambiente Virtual	1	-	-	1
Ultrassonografia Óssea e Bioimpedância Tetrapolar	1	-	-	1
Dinamometria Isocinética e Eletromiografia	1	-	-	1
Fisiologia do Exercício	1	-	-	1
Centro de Memória de Educação Física, Esporte e Lazer	1	-	-	1
Condicionamento Físico (LACONF)	1	-	-	1
Biologia (LABIO)	1	-	-	1
Informática (INFOLAB)	1	-	-	1
Estudos em História da educação física (CEMEFEL)	1	-	-	1
Ginástica e Dança	1	-	-	1
Experimentação Animal	1	-	-	1
Pedagogia do Esporte e do Movimento (GEPPEM)	-	-	1	1
Bioquímica	-	-	1	1
Biomecânica	-	-	1	1
Lutas	-	-	1	1
Microscopia.	1	-	1	2

Tipo de laboratório	Quantidade atual de laboratórios em uso ou de laboratórios prontos para uso	Da quantidade atual, quantos laboratórios de cada tipo estão em reforma?	Novos laboratórios que o cronograma de obras vigente prevê iniciar ou entregar até 2018	Total (= quantidade atual + novos laboratórios) previsto para 2018
LIFE – Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores	1	-	-	1
Fisiologia Animal	-	-	1	1
Parasitologia- imunologia- microbiologia	-	-	1	1
Química Orgânica	-	-	1	1
Biologia Molecular e Genética	-	-	1	1
Análises Clínicas Ambientais (toxicologia, bioindicadores e avaliação da qualidade de água, ar e solo)	-	-	1	1
Fitopatologia	1	-	-	1
Entomologia	1	-	-	1
Fisiologia Vegetal e Sementes	1	-	-	1
Hidrologia e Hidráulica	-	-	1	1
Geoprocessamento e sensoriamento remoto	-	-	1	1
Adubos e adubações	-	-	1	1
Física do solo	-	-	1	1
Mineralogia e petrologia	-	-	1	1
Química Geral e Analítica	-	-	1	1
Desenho Técnico	1	-	1	2
Topografia	1	-	1	2
Morfologia e Sistemática vegetal (herbário)	-	-	1	1
Aplicação de produtos agrícolas	-	-	1	1
Agricultura 1	1	-	-	1
Agricultura 2	1	-	-	1
Agricultura 2	1	-	-	1
Bromatologia	1	-	-	1
Classificação e qualidade do café	1	-	-	1
Centro de Educação a Distância (CEAD)	1	-	-	1

Tipo de laboratório	Quantidade atual de laboratórios em uso ou de laboratórios prontos para uso	Da quantidade atual, quantos laboratórios de cada tipo estão em reforma?	Novos laboratórios que o cronograma de obras vigente prevê iniciar ou entregar até 2018	Total (= quantidade atual + novos laboratórios) previsto para 2018
Solos	1	-	-	1
Segurança do Trabalho, Higiene e Incêndio	1	-	-	1
Zootecnia 1	1	-	-	1
Zootecnia 2	1	-	-	1
Zootecnia 3	1	-	-	1
Programação – Ciência da Computação	2	-	1	3
Hardware	1	-	-	1
Eletrônica/Sistemas Digitais	1	-	-	1
Redes de Computadores	1	-	-	1
Informática – Técnico em Informática	3	-	-	3
Robótica	-	-	1	1
Computação Gráfica e Processamento de Imagens	-	-	1	1
Usabilidade de Software	-	-	1	1
Total	43	-	23	66

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 33: Laboratórios por área – quantitativos do câmpus Passos.

Tipo de laboratório	Quantidade atual de laboratórios em uso ou de laboratórios prontos para uso	Da quantidade atual, quantos laboratórios de cada tipo estão em reforma?	Novas laboratórios que o cronograma de obras vigente prevê iniciar ou entregar até 2018	Total (= quantidade atual + novos laboratórios) previsto para 2018
Informática	4	-	-	4
Montagem e Manutenção de Computadores	1	-	-	1
Redes de Computadores	1	-	-	1
Enfermagem	1	-	-	1
Modelagem	1	-	-	1
Corte/Costura	1	-	-	1
Laboratório de Software	-	-	4	4
Laboratório de Informática	-	-	1	1
Laboratório de Sistemas Digitais e Arquitetura de Computadores	-	-	1	1
Laboratório de Redes de Computadores, Sistemas Distribuídos e Programação Paralela	-	-	1	1
Laboratório de Acesso a Internet (Inclusão Digital)	-	-	1	1
Laboratório de Corte	-	-	1	1
Laboratório de Modelagem	-	-	1	1
Laboratório de Criação/Moulage	-	-	1	1
Laboratório Multidisciplinar (Química, Física e Biologia)	-	-	1	1
Laboratório de produção de imagens com câmeras fotográficas, vídeo, equipamento audiovisual e computadores	-	-	1	1
Laboratório de Estamparia e Serigrafia	-	-	1	1
Laboratório de Desenho	-	-	1	1
Laboratório de Anatomia	-	-	1	1
Laboratório de	-	-	1	1

Tipo de laboratório	Quantidade atual de laboratórios em uso ou de laboratórios prontos para uso	Da quantidade atual, quantos laboratórios de cada tipo estão em reforma?	Novas laboratórios que o cronograma de obras vigente prevê iniciar ou entregar até 2018	Total (= quantidade atual + novos laboratórios) previsto para 2018
Microbiologia				
Laboratório de Atenção Básica	-	-	1	1
Laboratório de Unidade de Internação	-	-	1	1
Laboratório de Bloco cirúrgico e CME	-	-	1	1
Laboratório de Urgência e Emergência	-	-	1	1
Laboratório de Ensino	-	-	1	1
Laboratório de Pesquisa e Extensão para discentes com bolsa de iniciação científica	-	-	1	1
Laboratório de informática aplicada	-	-	1	1
Total	9	-	24	33

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 34: Laboratórios por área – quantitativos do câmpus Poços de Caldas.

Tipo de laboratório	Quantidade atual de laboratórios em uso ou de laboratórios prontos para uso	Da quantidade atual, quantos laboratórios de cada tipo estão em reforma?	Novas laboratórios que o cronograma de obras vigente prevê iniciar ou entregar até 2018	Total (= quantidade atual + novos laboratórios) previsto para 2018
Eletrotécnica	3	-	1	4
Informática	4	-	10	14
Física	1	-	-	1
Química	1	-	-	1
Matemática	1	-	-	1
Biologia	1	-	-	1
Edificações	6	-	-	6
Geografia	-	-	4	4
Total	17	-	15	32

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 35: Laboratórios por área – quantitativos do câmpus Pouso Alegre.

Tipo de laboratório	Quantidade atual de laboratórios em uso ou de laboratórios prontos para uso	Da quantidade atual, quantos laboratórios de cada tipo estão em reforma?	Novas laboratórios que o cronograma de obras vigente prevê iniciar ou entregar até 2018	Total (= quantidade atual + novos laboratórios) previsto para 2018
Edificações	1	-	-	1
Elétrica	-	-	1	1
Agregados e Aço	-	-	1	1
Maquetaria	-	-	1	1
Concreto	-	-	1	1
Solos	-	-	1	1
Ferragem	-	-	1	1
Hidráulica	-	-	1	1
Alvenaria	-	-	1	1
Computação Gráfica	-	-	1	1
Computação Geral	2	-	1	3
Redes e Hardware	1	-	-	1
Física	1	-	-	1
Físico-Química	1	-	-	1
Química Inorgânica	1	-	-	1
Química Analítica	1	-	-	1
Química Geral	1	-	-	1
Química Orgânica	1	-	-	1
Bioquímica	1	-	-	1
Central Analítica	1	-	-	1
Termodinâmica Aplicada a Engenharia	1	-	-	1
Preparo de Amostras e Soluções	1	-	-	1
Microbiologia Industrial	1	-	-	1
Processos Biotecnológicos	1	-	-	1
Processos Químicos Orgânicos	-	-	1	1
Processos Químicos Inorgânicos	-	-	1	1
Engenharia Química	-	-	1	1
Fenômenos de Transporte	-	-	1	1

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Tabela 36: Quadro de receitas do IFSULDEMINAS (Valores em R\$).

Origem do recurso	2010	2011	2012	2013	Estimativa para 2018
Folha de pagamento	52.871.185,00	66.000.318,00	75.478.002,00	95.501.860,00	165.000.000,00
Custeio	18.662.477,10	26.264.195,00	33.832.287,00	41.952.223,20	73.000.000,00
Capital	8.578.614,00	6.976.917,00	28.178.486,00	23.969.302,80	41.000.000,00
Receita própria	1.986.607,90	3.008.790,00	3.214.734,00	3.027.823,00	5.000.000,00
Total	82.098.884,00	102.248.220,00	140.703.509,00	164.451.209,00	284.000.000,00
Recursos extraordinários	9.102.956,47	6.434.242,19	33.356.310,12	18.317.637,62	31.000.000,00

Fonte: Elaboração própria. Outubro de 2013.

Anexos

Anexo 1 – Texto elaborado em 2010: Discussão para reestruturação do projeto político-pedagógico institucional

Apresentação

O presente texto tem por finalidade apresentar os resultados obtidos nas discussões promovidas durante os dias 17, 18 e 19 de agosto do corrente ano, nos campi de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, respectivamente. O texto ficará disponível no sítio eletrônico do Instituto do dia 23 até o dia 28 de agosto, de forma que os servidores dos campi possam analisar os resultados encontrados e propor novas alterações ou validar os pontos já debatidos.

Para otimizar o debate aberto com os servidores, o texto divide-se em três partes com intuito de apresentar separadamente os resultados apontados nas discussões. Antes, porém é apresentada a missão do Instituto, que norteará toda a discussão e a proposição dos representantes dos campi e da Reitoria sobre a adoção da Educação Integrada.

Projeto político-pedagógico institucional

O PPI atua como a doutrina documental que dá corpus ao princípio filosófico adotado pela instituição no que concerne ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão. Sendo assim, o PPI só pode ser realmente validado a partir do diálogo aberto com a comunidade institucional a fim de que sejam percebidas as necessidades de melhoria e as intenções e objetivos a serem atingidos pela formação educacional oferecida pela instituição. Deste ponto, veio a necessidade de reunir representantes do corpo docente dos campi, os Diretores de Desenvolvimento Educacional e os Pró-Reitores de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto para, juntos, elaborarem o texto que comporá o novo PPI do IFSULDEMINAS.

Tendo em vista a necessidade de adequar o Projeto Político-Pedagógico

Institucional à realidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), as Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão uniram-se aos campi para iniciar os debates acerca do tema. A partir da reestruturação do PPI, o Instituto poderá resgatar a Normativa Docente, o que trará mais consistência e guiará os trabalhos a serem desenvolvidos pelos professores e Diretores de Desenvolvimento Educacional (DDEs).

Missão do IFSULDEMINAS

“Promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais.” (Missão do IFSULDEMINAS)

A missão do IFSULDEMINAS foi elaborada pela comunidade institucional e é o grande norteador dos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto. Durante as reuniões, a missão do IFSULDEMINAS permeou todas as discussões sobre a reestruturação do PPI e foi usada como agente balizador para se chegar ao consenso sobre os aspectos e resultados aqui relatados.

O resgate da análise crítica da missão do Instituto leva aos seguintes questionamentos: O aluno do IFSULDEMINAS enxerga o Instituto como uma entidade capaz de lhe prover ferramentas suficientes para o desenvolvimento de habilidades e capacidades descritas na missão? Ao encerrar sua formação no Instituto, egresso sentiria que o Instituto cumpriu a missão proposta, formando um profissional capaz de articular um pensamento crítico, desenvolver sua criatividade e aprimorar sua visão humanista?

A rediscussão do PPI busca, justamente, estruturar e documentar as ações efetivas e/ou os fundamentos que as gerarão futuramente com vistas no alcance dos objetivos fundamentados na missão do IFSULDEMINAS.

Integração ensino-pesquisa-extensão

O grande diferencial dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em relação a outras instituições de ensino profissionalizante é o trabalho conjunto entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Os três devem funcionar como pilares na formação educacional oferecida pelos Institutos, sendo inconcebível então a dissociação destes na elaboração de um Projeto que visa nortear os trabalhos a serem desenvolvidos.

Como o aluno do IFSULDEMINAS irá aplicar as tecnologias aprendidas na Instituição? Ele será um mero reprodutor de conhecimentos ou saberá aplicar as tecnologias apreendidas em novas realidades e formatar um pensamento articulado? Indagações como essas só poderão ser respondidas, se a instituição olhar criticamente para si mesma e reavaliar se seu modelo de ensino está adequado. Se sua metodologia de trabalho consegue provocar nos alunos a formação pretendida e lhes dá ferramentas para que eles mesmos tenham condições e buscar novos conhecimentos além das fronteiras da escola.

A consolidação desse processo se torna viável a partir do momento que a instituição consegue adotar uma postura de trabalho articulado integrando o Ensino, a Pesquisa e a Extensão efetivamente. A oportunidade de trabalhar com pesquisas, por exemplo, pode possibilitar ao estudante uma forma de ampliar sua criatividade. E a participação deste estudante em um programa de extensão que permita a ele empregar na prática os resultados dessa pesquisa, leva à comunidade local o benefício de ter contato com novas tecnologias e ao estudante a possibilidade de potencializar os conhecimentos adquiridos e aplicá-los em realidades diferentes o que lhe exigirá diferentes articulações entre o conhecimento apreendido na teoria, validado pela pesquisa, e as variáveis encontrada nessas distintas realidades.

A articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão não só cria mais oportunidades de ampliar os conhecimentos apreendidos pelo educando como também os insere na comunidade local tornando instituição e estudante importantes agentes na transformação e desenvolvimento regional.

O aluno, ao ser estimulado a ser um cidadão humanista, já passa a dispor

dos conhecimentos adquiridos no Instituto e a partir de uma visão crítica da sociedade ela já pensará em desenvolver projetos que visem interferir na realidade da comunidade em que vive. É neste ponto surge a Extensão como uma ferramenta que prolonga a atuação da instituição para além de seus muros.

O mesmo acontece com a inovação tecnológica que a Pesquisa pode trazer. A geração de conhecimento e a inovação também transcendem a relação aluno-escola e ampliam o campo de atuação do Instituto, tornando cada vez mais próximo o alcance dos propósitos de sua missão.

Tem-se a importância de enxergar o aluno não como cliente, assim como algumas instituições o vêem, mas, como cidadão que deve ser respeitado em seus direitos. Para trabalhar o Ensino, integrando-o à Pesquisa e à Extensão, um dos primeiros passos é trabalhar esse conceito junto à comunidade escolar, compartilhando com os docentes, discentes, técnicos e terceirizados a importância da interdisciplinaridade. Quebrando paradigmas até mesmo entre os próprios docentes que nem sempre compreendem e adotam essa visão. Mais que isso, desenvolvendo ações que façam com que os técnicos e demais servidores também se enxerguem como agentes integrantes do processo educativo na instituição.

Para a adoção desse modelo de oferta de educação propõem-se o conceito de Educação Integradora baseada em ações conjuntas de professores em suas disciplinas e nos projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, conseguida pro meio de um currículo “fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político-institucional, sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano. As ofertas educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais estão organizadas através da formação inicial e continuada de

trabalhadores, da educação profissional técnica de nível médio e da educação superior de graduação e de pós-graduação.” (Estatuto do IFSULDEMINAS, Título III, Capítulo I, Art. 24 e 25, 2009)

A discussão desses pontos se faz necessária no momento em que o IFSULDEMINAS está em plena expansão atuando nos três campi, em Inconfidentes, Machado e Muzambinho bem como nos três campi avançados que já estão em fase de implantação, em Passos, Pouso Alegre e Poços de Caldas.

Admite-se que a retomada crítica sobre a oferta em educação e a adoção de uma metodologia própria de ensino para o Instituto não será uma tarefa fácil, no entanto, é crucial para que o IFSULDEMINAS se torne uma instituição de excelência. Com o crescimento do Instituto por todo o Sul do estado de Minas, o momento de discussão torna-se imprescindível para que além de ordenado, esse crescimento se reflita também na qualidade do ensino oferecido.

Tem-se em vista que é fundamental entender essa ação como integradora e institucional. O que transforma os resultados debatidos em diretrizes a serem adotadas por todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas. Neste ponto também, mais uma vez, aparece a necessidade de se trabalhar a sensibilização dos servidores com relação à importância de se perceberem como parte do processo educacional.

A integração se dará então, entre todos os níveis, passando pelo ensino técnico, a graduação e a pós-graduação, juntamente com o Ensino, Pesquisa e a Extensão.

Tem-se a proposta de adoção da Formação Integral fundamentada no trabalho como princípio educativo produtor de conhecimentos científicos e de cultura a fim de transcender as relações sociais impostas.

Neste ponto, vem a importância da revisão dos critérios de avaliação dos estudantes. A elaboração de provas que realmente instiguem no aluno o pensamento articulado e crítico, e não o façam somente decorar teorias para conseguir médias. Por isso, a necessidade de se elaborar novos métodos de

avaliação aos discentes se faz necessária. E vê-se também a necessidade de análise do processo seletivo para ingresso no IFSULDEMINAS.

Proposições resultantes

Seguem abaixo as propostas debatidas e encontradas pelos representantes do corpo docente dos campi de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, os Diretores de Desenvolvimento Educacional dos campi e os Pró-Reitores de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Proposições resultantes para Ensino:

1. Envolver toda a comunidade institucional no processo de ensino;
2. valorizar a equidade de importância das diversas áreas de conhecimento;
3. desenvolver atividades que associem teoria e prática;
4. desenvolver conteúdos por meio de projetos interdisciplinares, visitas técnicas e/ou culturais;
5. priorizar avaliações integradas;
6. promover reuniões para elaboração de planejamento integrado;
7. estimular a pesquisa investigativa;
8. oportunizar a formação continuada de todos os segmentos da instituição;
9. especificamente para o Ensino dos Cursos Técnicos, propõe-se trabalhar a atividade prática das disciplinas profissionalizantes como oficina de ensino.
10. buscar junto a grupos de outras instituições atividades de consultoria acerca da reestruturação da metodologia do IFSULDEMINAS.

Proposições resultantes para Pesquisa:

1. Entender Pesquisa é como atividade investigativa normatizada, planejada e executada por servidores e discentes devidamente qualificados. A Pesquisa Institucional é a atividade investigativa regulamentada, aprovada pelos órgãos competentes e inserida nas linhas pré-estabelecidas e que atenda à missão do IFSULDEMINAS;
2. buscar os seguintes objetivos a serem alcançados pela Pesquisa realizada no Instituto:
 1. contribuir para o desenvolvimento do Sul de Minas;

2. desenvolver o espírito investigativo dos agente envolvidos visando à construção do conhecimento;
 3. realizar, prioritariamente, pesquisas aplicadas, estimulando a geração de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
 4. promover ações geradoras de inovação tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.
3. utilizar os setores produtivos e de serviços como oficinas de ensino para todos os cursos do Instituto, priorizando a geração de Pesquisa e Extensão;
 4. estabelecer convênios com empresas privadas e fundações que criteriosamente atendam à missão e às normativas do IFSULDEMINAS;
 5. promover encontro anual dentro do campus e jornadas científicas entre os campi com abertura para toda a sociedade, a fim de interagir toda a comunidade escolar acerca das pesquisas e trabalhos científicos produzidos;
 6. realizar reuniões com câmaras setoriais e criar uma revista científica institucional, bem como a elaboração de boletins de divulgação a fim de divulgar a produção científica institucional;
 7. incentivar a produção de trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos por meio de pesquisas aplicadas;
 8. institucionalizar programas de iniciação científica e disponibilizar a criação investigativa e científica;
 9. oferecer cursos de pós-graduação Lato-Sensu e Strictu-Sensu nas áreas de excelência integrando docentes do IFSULDEMINAS.

Proposições resultantes para Extensão

1. Conhecer a realidade local de forma integral e dialógica.
2. integrar Ensino e Pesquisa;
3. difundir o conhecimento gerado pela integração Ensino-Pesquisa e outros de domínio da instituição visando o desenvolvimento integrado. Entendendo desenvolvimento integrado como: Processo de evolução de um território específico, de forma sustentável e com conquistas sociais, políticas, tecnológicas, financeiras e de preservação do ambiente, pela ação coletiva e iniciativas concertadas entre diferentes atores e segmentos da sociedade (I

Fórum de Desenvolvimento Integrado do Sul de Minas Gerais, 2009).

4. estabelecer parcerias com outras instituições, de diversas naturezas, levando-se em consideração o pensamento crítico sobre a Extensão de forma que o Instituto não seja subserviente a interesses conflitantes á sua missão, mas, percebendo a importância de proporcionar ao aluno a possibilidade de ter contato com o mercado real onde posteriormente ele atuará profissionalmente;
5. promover e fomentar a organização social e produtiva a partir de demandas da sociedade;
6. considerar o diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes populares;
7. identificar permanentemente as demandas da sociedade com relação ao Ensino e à Pesquisa como forma de se organizar para melhor atendê-las;
8. promover uma rede de comunicação entre os NIPes e CIECs;
9. estabelecer e unificar um Calendário de Eventos dos campi e divulgar esse Calendário no sítio eletrônico do Instituto a fim de que os docentes e discentes possam se inteirar das atividades e projetos de todos os campi;
10. desenvolver atividades de extensão normatizadas, planejadas e executadas por interessados (servidores e discentes) devidamente qualificados;
11. disponibilizar recursos para a viabilidade de projetos de Extensão;
12. capacitar servidores para trabalho de captação que recursos;
13. promover políticas de apoio ao empreendedorismo;
14. trabalhar, prioritariamente, projetos de Extensão de forma interdisciplinar.

Anexo 2 – Texto elaborado em 2010: Projeto político pedagógico institucional (PPI)

1. Introdução

Este texto é uma síntese dos resultados obtidos nas discussões promovidas durante os dias 17, 18 e 19 de Agosto de 2010, nos três campi do IFSULDEMINAS e, posteriormente, no debate on-line que se seguiu a essas discussões acerca da elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

O PPI é o conjunto de princípios que deverá nortear as ações do instituto com vistas a realizar plenamente a necessária articulação entre ensino, pesquisa e extensão, uma das funções que definem o instituto como instituição pública dedicada ao bem comum. Portanto, o PPI só pode ser realmente validado a partir do diálogo aberto com a comunidade institucional, a fim de que sejam percebidas as necessidades de melhoria, intenções e objetivos a serem atingidos pela instituição. Por esse motivo, a necessidade de reunir representantes do corpo docente dos campi, Diretores de Desenvolvimento Educacional e Pró-Reitores de Ensino, Pesquisa e Extensão para, juntos, elaborarem o texto do PPI do IFSULDEMINAS. Há que ressaltar que, antes da formação deste grupo, houve discussões internas dentro de cada campus a fim de que o maior número possível de servidores/as pudesse contribuir para esse debate.

A elaboração deste documento permitirá, dentre outras coisas, a elaboração da Normativa Docente, dando mais consistência e orientação aos trabalhos a serem desenvolvidos pelos professores/as e Diretores/as de Desenvolvimento Educacional e respectivas equipes.

Cabe ressaltar aqui que não cabe a um projeto pedagógico institucional traçar as ações que deverão ser definidas para o alcance de tais objetivos. O PPI, como já se disse neste texto, é um documento que pretende traçar os princípios que fundamentem estas ações a fim de que tais finalidades sejam atingidas. Ele não é, portanto, uma manual de ações, mas, sim, um documento que sintetiza os princípios filosóficos e políticos que devem ser utilizados como

parâmetros para planejar, executar e avaliar as ações individuais e coletivas dentro da instituição. A outras instâncias/documentos caberá especificar as particularidades das ações a serem desenvolvidas em cada âmbito da instituição.

A necessidade de que este projeto esteja registrado em um documento tem três objetivos básicos. O primeiro é o de que, como síntese de um processo que foi, dentro de suas possibilidades, aberto ao debate com todos e todas, ele esteja acessível a todos e todas, para seu conhecimento. O segundo é o de que ele possa ser utilizado, nas discussões que seguirão, como documento norteador de decisões que deverão ser tomadas para delimitar ações específicas. E, em terceiro lugar, como síntese de um debate que, esperamos, mantenha-se aberto às discussões e às transformações que se façam necessárias.

Esse texto foi elaborado com rigor técnico, mas com a preocupação de facilitar a compreensão de qualquer leitor/a. Não se trata de um texto acadêmico, de difícil compreensão, com simples função burocrática. Pretendemos, pelo contrário, que este documento possa ser lido e compreendido por todos/as servidores/as da instituição a fim de que ele possa, efetivamente, estar presente em suas ações diárias no instituto.

Com o objetivo de que o texto seja melhor compreendido por seus/as leitores/as, optamos por organizá-lo da seguinte maneira: primeiramente, resgatamos a missão do IFSULDEMINAS para, a partir dela, contextualizar os princípios defendidos neste documento; em seguida, traçamos uma breve descrição da separação histórica entre trabalho e educação, uma dicotomia cuja superação entendemos fundamental para oferecer uma educação de excelência; o próximo item dedica-se a explicitar o conceito de educação integradora como a chave para efetivar tal superação; a partir deste conceito, delineamos alguns princípios e propostas que poderiam promover a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. Missão do IFSULDEMINAS

Os propósitos do IFSULDEMINAS, como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, estão explicitados em documentos, tais como a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os institutos e o próprio Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSULDEMINAS.

A Seção II da Lei 11.892, intitulada “Das Finalidades e Características dos Institutos Federais”, mais especificamente o Artigo 6º, determina que os Institutos Federais têm por finalidades e características:

“I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.”

É importante, igualmente, ressaltar a missão do IFSULDEMINAS: “Promover a excelência na oferta da educação técnica, científica e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos criativos, críticos, éticos, hábeis e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão como dimensões indissociáveis e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais.”

No mesmo sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSULDEMINAS define os seguintes objetivos:

- Ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; reafirmando a verticalização como um dos princípios da instituição;
- Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Desenvolver atividades de Extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação, o fortalecimento e as potencialidades dos arranjos produtivos, culturais e sociais, de âmbito local e

regional, privilegiando os mecanismos de inclusão social e de desenvolvimento sustentável e promover a cultura do empreendedorismo e cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda.

• Ministrando cursos em nível de educação superior:

1. Cursos superiores de tecnologia que visem à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
2. Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências (química, física, biologia e matemática), e para a educação profissional;
3. Cursos de bacharelado, sobretudo as engenharias, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
4. Cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
5. Cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

Nas reuniões em que se tratou do PPI, a missão do IFSULDEMINAS e os objetivos que a sinalizam permearam todas as discussões e foram balizadores dos resultados aqui relatados.

A discussão iniciou-se a partir de questionamentos como:

- O/a aluno/a do IFSULDEMINAS vê o Instituto como capaz de lhe prover ferramentas suficientes para o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e valores descritos na missão institucional?
- Ao encerrar sua formação, os/as egressos/as sentiriam que o Instituto cumpriu sua missão, formando profissionais capazes de articular pensamento crítico com atitudes éticas, desenvolvendo habilidades e atividades criativas, ao mesmo tempo em que aprimoram sua visão humanista?

A discussão em torno do PPI buscou, justamente, estabelecer alguns princípios que possam nortear a definição de ações e o estabelecimento de critérios de avaliação das mesmas, com vistas ao alcance dos objetivos

apoiados na missão do IFSULDEMINAS.

3. Histórico das relações entre trabalho e educação

A construção do Projeto Político Institucional de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia envolve, necessariamente, reconhecer a intencionalidade de um processo de formação humana, que tem por característica, neste caso, a centralidade da formação profissional. Neste sentido, tal documento está constituído por princípios políticos e filosóficos que fundamentarão, no Instituto, as ações de formação humana articuladas na realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Tais princípios nos orientam à construção de uma determinada concepção de homem, que não está descolada de uma concepção de sociedade e, por fim, de educação. Sobre esta última, principalmente pela especificidade do nosso ensino, cuja centralidade é a formação profissional, torna-se necessário problematizar tal dimensão da formação humana no contexto atual de nossa sociedade. Quais os fundamentos políticos, econômicos e culturais que, hegemonicamente, sustentam a nossa sociedade? Para quê formamos profissionais de diversas áreas neste contexto social? Ao fazermos tais questionamentos, necessariamente, refletimos sobre a intencionalidade do nosso processo formativo e, conseqüentemente, sobre sua relação com o contexto social em que está inserido. De mãos dadas com este caminhar, projetamos, também, o nosso futuro. Que sociedade desejamos? Que formação humana gostaríamos de construir? Para tanto, compreender a historicidade da formação profissional no Brasil é de fundamental importância.

Desta forma, inicialmente se faz necessário explicitar a centralidade do trabalho para a construção do ser humano e de sua realidade social e cultural. Além disso, se faz mister deixar claro a relação indissociável entre educação e trabalho bem como o processo histórico que conduziu à sua fragmentação.

Concebemos o homem como um ser integral que tem, no trabalho, a construção de sua dimensão humana, social e cultural. Partindo desse pressuposto, buscamos superar, em nosso projeto educacional a fragmentação

entre teoria e prática na formação do futuro profissional, contemplando em sua formação a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Acreditamos que é através do trabalho que o homem transforma a natureza para suprir suas necessidades e, ao fazer isto, cria, também, sua realidade cultural e social. O homem não nasce homem, mas se torna humano pelo trabalho. É nesta dimensão que o trabalho é, essencialmente, uma atividade educativa. O homem aprende a ser humano pelo trabalho. (Saviani, 2007)

Ao produzir a sua vida material pelo trabalho, o homem cria também o saber que o fundamenta e tal saber é passado de geração a geração, o que propicia a continuação e aprofundamento do mesmo, dando origem ao desenvolvimento tecnológico da sociedade. Neste sentido, educação e trabalho são indissociáveis no processo de formação humana.

Analisando nossa sociedade atual, percebemos o quanto avançamos em relação à nossa capacidade de produzir para suprir nossas necessidades. No entanto, percebemos também que os frutos do desenvolvimento tecnológico não é apropriado por todos. O acesso aos bens produzidos pelo conhecimento e trabalho humano é reduzido a poucos e o maior expropriado deste processo é o próprio trabalhador.

Este processo de expropriação não se dá somente em relação aos bens materiais, mas também ao próprio saber que fundamenta a ação criativa humana pelo trabalho. Desta forma, o trabalhador não possui o conhecimento sistematizado, fruto de pesquisas científicas, que fundamentam sua atividade laboral, ficando sua formação restrita à formação técnica e de habilidades físicas.

Neste contexto, observamos a escola, que até os dias atuais tem contribuído para a perpetuação dessa relação, separando o ensino em duas partes: o ensino das artes liberais e o das artes mecânicas. A primeira, entendida como a arte do pensar destinada às elites dirigentes, e a segunda como a arte do executar a técnica, as ações no sentido de se aprender um ofício, destinado aos desvalidos ou aos filhos de trabalhadores.

De acordo com Saviani (2007), a origem da escola remonta à sociedade grega e significa, neste contexto, o lugar do ócio, ou seja, o lugar onde frequentava uma elite privilegiada que não precisava de trabalhar para sobreviver e que podia aproveitar do ócio para cultivar o espírito. A escola nasce separada do trabalho considerado atividade de menor valor e obrigação dos escravos.

“Desenvolveu-se, a partir daí, uma forma específica de educação, em contraposição àquela inerente ao processo produtivo. Pela sua especificidade, essa nova forma de educação passou a ser identificada com a educação propriamente dita, perpetrando-se a separação entre educação e trabalho.” (SAVIANI, 2007, p.155)

Esse processo de fragmentação entre educação para o trabalho e educação intelectual se aprofundou com a consolidação das relações capitalistas de produção, momento histórico em que o trabalho humano passou por transformações profundas.

O artesão feudal, ao realizar o seu trabalho, tinha domínio e conhecimento de todo o processo de produção de seu objeto, controlava seu tempo e ritmo de trabalho, bem como era dono e responsável socialmente por aquilo que produzia. O saber do seu ofício a ele pertencia e era transmitido ao seus aprendizes no próprio local de trabalho.

A partir da consolidação das relações capitalistas de produção, este trabalhador criativo, autônomo, dono do seu saber e do produto do seu trabalho, foi transformado em trabalhador assalariado, obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver. Neste processo, todo aquele saber que dominava foi apropriado pelos capitalistas, racionalizado em novos saberes, que lhe foi devolvido em ordens a serem executadas. Assim, o trabalhador perdeu, gradativamente, a autonomia sobre sua atividade vital, não é mais dono do produto do seu trabalho e nem domina o saber do mesmo.

No entanto, a escola não pôde mais se manter distanciada do mundo do trabalho, já que as novas relações de produção que se consolidaram com a revolução industrial exigiam do trabalhador um mínimo de conhecimento

necessário para atuar na produção e se adaptar às novas relações sociais nascentes com a sociedade capitalista. Assim, a escola cumpria uma dupla função: formar mão de obra minimamente qualificada e sujeitos passivos e adequados às novas relações sociais.

“Eis que, sobre a base comum da escola primária, o sistema de ensino bifurcou-se entre as escolas de formação geral e as escolas profissionais. Estas, por não estarem diretamente ligadas à produção, tenderam a enfatizar as qualificações gerais (intelectuais) em detrimento da qualificação específica, ao passo que os cursos profissionalizantes, diretamente ligados à produção, enfatizaram os aspectos operacionais vinculados ao exercício de tarefas específicas (intelectuais e manuais) no processo produtivo considerado em sua particularidade.” (SAVIANI, 2007, p. 159)

Em nossa sociedade, as primeiras ações de educação profissional remontam às origens de nossa colonização, eram destinadas majoritariamente aos escravos e caracterizadas por atividades informais de aprendizagem. Assim, os engenhos de cana-de-açúcar constituíam as unidades produtivas onde os escravos aprendiam, no convívio com seus pares e na rotina da produção, as habilidades para o desenvolvimento de sua atividade.

Neste mesmo período, a expansão da economia açucareira e o desenvolvimento dos núcleos urbanos deu origem à necessidade de profissionais para os diversos ramos como sapateiros, carpinteiros, ferreiros, pedreiros etc. Nestas condições, os jesuítas foram os primeiros a constituir um núcleo de formação profissional para atender essa demanda. Tal formação era oferecida aos jovens desvalidos, mestiços, abandonados à sua sorte e era ministrada pelos “irmãos-oficiais”, trazidos da Europa com esta finalidade.

Percebemos que, em sua origem, a educação profissional no Brasil esteve relacionada às desigualdades sociais e culturais características de uma política colonizadora. Marcada pela informalidade, ao qualificar os escravos, tinha por função dar condições ao bom funcionamento dos engenhos e, mais tarde, com a atuação dos irmãos-oficiais na qualificação profissional das crianças e jovens desvalidas, oferecer à elite urbana e à própria Companhia de Jesus, os serviços

necessários à manutenção de sua qualidade de vida e de sua ordem religiosa.

Outro aspecto importante a ser destacado é a origem, neste momento, da desvalorização e do preconceito às atividades manuais no Brasil, preconceito que acompanharemos ao longo da trajetória de nossa educação profissional com a consolidação da dicotomia entre atividade intelectual e atividade manual.

Segundo Cunha (2000), a origem da desvalorização das atividades manuais está relacionada ao fato de que sua aprendizagem e realização eram feitas quase que exclusivamente por escravos. Assim, os ofícios que requeriam a aprendizagem de habilidades manuais passaram a ser vistos como atividades de escravos e, por isso, menos valorizadas. Ainda de acordo com o autor, certos ofícios eram proibidos aos negros na tentativa de evitar que estes também fossem “manchados” pela escravidão.

“Numa sociedade onde o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e africanos), essa característica “contaminava” todas as atividades que lhes eram destinadas, as que exigiam esforço físico ou a utilização das mãos (...). Aí está a base do preconceito contra o trabalho manual, inclusive e principalmente daqueles que estavam socialmente mais próximos dos escravos: mestiços e brancos pobres” (CUNHA, 2000, p. 90)

Com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, a formação profissional passou a ser necessária para a segurança da metrópole e para a constituição dos funcionários da burocracia estatal. Sendo assim, as reformas que se seguiram trabalharam no intuito de promover educação às elites dirigentes, formadas nos cursos jurídicos e nas escolas militares, enquanto que a população em geral, incluindo os chamados desvalidos, formava-se nas escolas profissionais, ou seja, em cursos técnicos ou nos chamados asilos para meninos desvalidos, que tinham por finalidade formar mão de obra para a produção dos arsenais militares.

Ainda no período Imperial, observamos a forte dualidade no ensino profissional destinada à população não dirigente, que se traduz, de um lado, numa educação assistencialista e compensatória e, de outro, numa educação

como veículo de formação para o trabalho artesanal. Segundo Manfredi (2002), a primeira “destinada aos pobres e desafortunados” (...) e a segunda “considerada um veículo de formação para o trabalho artesanal, considerado qualificado, socialmente útil e legitimador da dignidade da pobreza”.

No início do século XX, já no período da República, essa mesma política se repete, no entanto, num Brasil em pleno início do processo industrial. O que se percebe neste momento é que os destinatários das políticas agora são acrescidos dos trabalhadores assalariados que compõem a população dos centros urbanos em crescimento. Tal política visava à produção de mão de obra qualificada e disciplinamento dos trabalhadores livres.

Nesse contexto, destaca-se a iniciativa estatal de promoção de tal qualificação através da implantação, pelo então presidente Nilo Peçanha, de uma unidade de escola profissional em cada estado da federação, excetuando-se Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Tais estabelecimentos tinham como finalidade formação de operários e de contramestre.

A crescente industrialização incentivada pela política getulista tratou de organizar um sistema de ensino profissional, desmantelando as iniciativas dos trabalhadores e favorecendo as iniciativas patronais através da criação do sistema S (SENAI, 1942, e SENAC, 1943). Seguindo a isso, a Reforma Capanema, em que se viu a redefinição dos currículos e as articulações entre ramos, ciclos e graus. Tais ações estavam atreladas à realização do projeto proposto pelo Estado Novo: desenvolvimento econômico do país, através da efetiva industrialização.

Nesse momento, a estrutura do ensino médio assim ficou estabelecida: ensino secundário (habilitação para a continuidade no ensino superior); ensino profissional (não dava condições para o acesso ao ensino superior), constava dos cursos de ensino agrícola, comercial, industrial e o normal.

Esta situação permanece na política educacional até meados da década de 1990, perpassada pela Lei 5692/71, que institui a profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário, estabelecendo, formalmente, a equiparação entre os cursos secundários e os cursos técnicos. Porém, tal

perspectiva da lei não teve funcionalidade e acabou sendo revogada em 1982, retomando a questão dual dessa modalidade de ensino.

A questão da dualidade ensino propedêutico versus ensino profissional permanece até os dias de hoje, porém a forma como era realizada atendia, ainda que minimamente, às necessidades de produção capitalista. Na atualidade, com o processo de reestruturação produtiva, este formato de educação profissional não atende às novas necessidades do setor produtivo, sendo assim, volta à tona os debates a cerca da dualidade do ensino profissional e sua formação exclusiva como força produtiva para o mercado de trabalho.

Nessa perspectiva de transformação da sociedade e das relações de produção, se faz necessário o retorno à ideia de formação integral, unitária do homem. Para tal feito, a educação tem papel de destaque na promoção da construção de sua dimensão humana, social e cultural, atuando na superação da fragmentação entre teoria e prática, contemplada na ideia da indissociabilidade entre formação técnica e formação humana, trabalhada no instituto na perspectiva da integração entre ensino, pesquisa e extensão.

4. A formação integradora como base para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão

Toda a discussão que foi realizada durante o processo de elaboração deste documento enfatizou a necessidade de que a formação a ser oferecida pelo instituto deve buscar a superação da dicotomia entre a formação para o trabalho e a formação básica do ser humano. Como apontado em item anterior deste documento, essa dicotomia foi historicamente construída pela escola e nós vivemos um momento histórico na sociedade brasileira em que se vislumbra a possibilidade de superá-la.

Antes de explicitar o que se compreende como formação integradora, é importante explicitar o que se entende por formação básica e distingui-la de uma formação mínima, voltada para a adaptação do sujeito às suas condições materiais e sociais de existência. Quando falamos em formação básica não

estamos nos referindo à aprendizagem de um mínimo de conhecimentos e habilidades que o tornariam apto a ocupar postos no mercado de trabalho. Obviamente que não podemos, como instituição formativa inserida em um modelo de desenvolvimento econômico, ignorar essa necessidade. No entanto, também como instituição formadora, buscamos a emancipação dos sujeitos que a nós acodem para realizar seus processos formativos, emancipação essa que se inviabiliza se estes sujeitos forem expurgados de seu direito ao acesso a conhecimentos das distintas áreas específicas. Definir este conjunto de conhecimentos básicos que permitiriam não apenas a inserção produtiva dos sujeitos, mas também a sua emancipação, como sujeitos políticos e sociais, não é tarefa fácil, mas é algo que deve permanentemente ser perseguido pelo instituto.

Feito esse esclarecimento, passemos, então, à discussão sobre o que entendemos por educação integradora, um conceito que está na base da superação entre a formação para o trabalho e a formação básica do ser humano.

O que se entende por educação integradora?

A educação integradora pode ser compreendida como uma formação que busque superar a divisão historicamente estabelecida entre o pensar e o agir; entre uma escola que prepara alguns sujeitos para ocuparem os postos de decisão na sociedade e outra que forma mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. A educação integradora é, portanto, a educação comprometida com a formação de sujeitos não apenas qualificados para ocuparem postos do mercado de trabalho, mas também conscientes e críticos de sua realidade sócio-político-cultural e, portanto, capazes de compreendê-la e de, nela, tomarem decisões e assumirem posicionamentos.

O que compreendemos por um sujeito consciente e crítico de sua realidade?

Para responder a esta questão, vamos começar tentando entender como o homem apreende a realidade que o cerca.

A realidade é uma totalidade, o que significa dizer que ela é formada de

muitas relações. Estas relações não são apreensíveis de maneira direta e imediata. O simples fato de viver em uma realidade não permite ao sujeito conhecer todas as relações que a permeiam.

Estas relações tornam-se conhecidas a partir de um método que o sujeito utiliza para delas tomar conhecimento. Esse método parte da própria realidade, dos fenômenos empiricamente* verificados e, após a análise dos seus diferentes componentes e das relações entre eles, é possível construir uma síntese que represente a realidade. Tal método, portanto, remete à racionalidade humana, ou seja, à capacidade do homem de apreender e representar a realidade em uma ordem outra que não a concreta e imediata e, sim, na ordem do pensamento.

O conhecimento é, portanto, uma espécie de realidade de segunda ordem, pois é a realidade ordenada, sistematizada, explicada pelo pensamento humano.

Quando falamos, pois, de educação integradora, nos referimos a uma educação que integre as diferentes dimensões da vida humana e permita ao sujeito a análise e a síntese das relações que permeiam a sua vida social, que lhe permita desenvolver as ferramentas intelectuais necessárias à sua inserção crítica na vida produtiva e na vida social e política, sendo capaz de identificar as relações humano-societárias que permeiam a realidade que o cerca.

Está claro que uma formação puramente técnica, voltada ao desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e habilidades que torne o sujeito competente no mercado de trabalho, não proporciona esta inserção crítica a que estamos nos referindo. Tampouco uma formação puramente academicista, enciclopédica, que tome os conhecimentos como dados prontos e acabados a serem assimilados pelos sujeitos. A abordagem técnica prepara mão de obra qualificada e, a academicista, sujeitos incapazes de compreender e de assumir seu papel diante das transformações sociais.

O que se defende aqui como educação integradora é um processo formativo que concilie uma formação técnica competente para a integração do sujeito ao mundo do trabalho e uma formação básica que lhe permita

compreender a sua realidade, ou seja, o conjunto das relações que a constituem, de forma crítica, e o seu papel como agente dos processos sociais. Para que essa formação seja possível, é necessário partir de uma noção de trabalho distinta daquela que ele tomou no modo de produção capitalista.

No modo de produção capitalista, o significado da palavra trabalho é o de uma relação de troca, ou seja, pelo trabalho o homem oferece a sua força de trabalho em troca de um valor em dinheiro. É o trabalho como trabalho assalariado. A partir deste sentido da palavra trabalho, formar para o trabalho é formar para ocupar uma posição neste mercado de trocas. E uma boa formação, neste contexto, significa formar sujeitos competentes para competirem pelos postos disponíveis neste mercado que, pela lógica do modo de produção capitalista, devem ser sempre em número menor do que o de sujeitos aptos a ocuparem tais postos. Neste tipo de formação, o trabalho é tomado como um contexto a partir do qual se organiza o processo formativo.

O outro sentido da palavra trabalho, no qual se fundamenta a educação integradora, compreende o trabalho de outra maneira. Trabalho significa a forma como o ser humano produz a sua existência. Para compreender isso, é útil recorrer a uma comparação entre o homem e outros animais, para perceber porque apenas os homens trabalham e os outros animais, não.

O homem produz a sua vida material a partir da capacidade que tem de abstrair, de simbolizar, de manter a realidade presente, mesmo quando não está diante dela. Essa capacidade deu ao homem a habilidade de construir ferramentas com as quais ele transforma a natureza e, nessa transformação, produz a sua existência. Um animal como um primata, por exemplo, pode, eventualmente, usar determinados objetos da natureza como ferramentas para atingir determinados fins como quando usa um galho quebrado que está no seu campo visual para derrubar o fruto de uma árvore. Mas, uma vez passada esta situação, uma vez atingido o objetivo de saciar a sua fome, o primata não é capaz de representar no pensamento o galho quebrado como uma ferramenta; não é capaz de aperfeiçoá-lo; não é capaz de comunicar aos outros indivíduos essa “descoberta”.

De todos os seres vivos, o homem é o único que tem essa capacidade: a de construir representações mentais sobre o real e, a partir destas representações, que chamamos conhecimento, nele intervir de modo a satisfazer as suas necessidades. As ferramentas que o homem constrói para esta intervenção não são, portanto, apenas os objetos concretos, mas, sim, tudo aquilo que pode mediar a sua relação com a natureza como, por exemplo, as diferentes linguagens, as artes, os conhecimentos científicos etc. Os outros animais não têm essa capacidade de transformação da natureza que o homem tem; eles apenas se adaptam a ela, dela extraem, tais como se encontram, os recursos de que necessitam.

O trabalho é, portanto, uma categoria que define o ser humano, ou seja, o ser humano assim o é pela capacidade que tem de realizar trabalho. Essa capacidade não nasce com o homem, mas se constitui a partir do convívio entre os homens.

Este é o sentido da palavra trabalho quando pensamos em uma educação integradora. Nela, o trabalho é entendido como princípio educativo e não como contexto.

Considerar o trabalho como princípio educativo na formação profissional, seja em que nível for, é, pois, considerar que o conhecimento que a escola toma como objeto central de sua ação é fruto do trabalho humano, é fruto da atividade humana sobre a realidade.

Os conhecimentos científicos e os conhecimentos tecnológicos a eles associados não são objetos naturais que sempre estiveram no mundo, à espera de que os homens os descobrissem. Eles são construções humanas, feitas por determinados sujeitos, em determinados contextos históricos e com determinados fins e interesses.

Como trabalho humano, a produção dos conhecimentos científicos e das tecnologias a eles associadas é também uma produção cultural. O que isso significa?

A cultura é entendida como o conjunto de práticas, símbolos, valores, comportamentos e representações produzidas por um grupo social. A cultura é

o que, de certa forma, orienta os sujeitos na convivência com seus pares. As noções de certo e errado, bem e mal, justo e injusto, válido e inválido são construídas no contexto da cultura.

A produção da vida material do homem, ou seja, o modo, as ferramentas e a organização social a partir das quais o homem produz os meios pelos quais ele vive, se dá no contexto de uma cultura. Portanto, não é possível compreender esta produção fora de seu contexto cultural. Assim, a produção científica e tecnológica só pode ser plenamente compreendida se tomada no contexto das práticas sociais e dos valores que a permeia.

Muitos exemplos do que está sendo dito poderiam ser citados, mas nos concentremos em um deles. Adotemos como exemplo a produção científica e tecnológica na área da biologia molecular, área que tem sido chave para o avanço em muitas outras, como a são para a medicina, para a farmácia e para a agricultura. Todos os conhecimentos que têm sido produzidos pela humanidade na área da biologia molecular são fruto do trabalho humano, no sentido de que são representações da realidade que o homem constrói a partir da análise e síntese que dela faz tendo como ferramentas diferentes instrumentos e linguagens. Tais conhecimentos geram uma série de aplicações tecnológicas, dentre as quais poderíamos citar a produção de organismos transgênicos, a terapia gênica, a produção de células tronco, a produção de medicamentos etc. Toda essa produção científico-tecnológica não se dá fora de um contexto cultural: que valores e que interesses permeiam essa produção? A que grupos sociais ela tem beneficiado? O quanto ela tem revertido em benefício dos interesses coletivos? A partir destas questões, é possível perceber o quanto os conhecimentos nesta área estão imbricados com as questões econômicas, políticas e sociais. Tratar, pois, de tais conhecimentos dissociados destas questões não é tratá-lo como trabalho humano; é tratá-lo, simplesmente, como um conjunto de fatos, de dados prontos e acabados, que não exigem uma análise crítica dos sujeitos. Exemplos como esses poderiam ser citados para todas as áreas, para toda a produção científica e tecnológica, pois, como trabalho humano, esta produção se dá em um contexto cultural e serve a

determinados valores e a determinados sujeitos. A construção de sociedades mais justas e humanizadas implica, pois, na formação de sujeitos que compreendam estas determinações e trabalhem por sua superação.

É este tipo de formação que propõe a educação integradora e, por isso, nela, as relações entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura adquirem relevo. Na educação integradora, o/a educador/a sempre tem em mente as relações entre essas diferentes dimensões da vida humana. Ao tratar de um conteúdo específico, seja ele um conhecimento científico ou tecnológico, o/a educador/a tem presentes as diferentes implicações deste conhecimento, o quanto ele contribui ou não com a humanização dos homens e mulheres que são sujeitos da ação escolar.

Em uma instituição como a nossa, essa implicação deve refletir-se em todas as suas atividades, sejam elas as de ensino, de pesquisa ou de extensão. Em nenhuma delas o conhecimento deve ser tomado como algo pronto e acabado à espera de que os sujeitos venham dele se apropriar de forma acrítica, desvinculada de seus contextos de produção e sem o questionamento dos interesses aos quais ele serve.

5. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

O diferencial dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em relação a outras instituições de educação profissional é a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. As três atividades são pilares fundamentais na formação técnica, científica e tecnológica, sendo inconcebível sua dissociação num projeto orientador dos trabalhos a serem desenvolvidos.

Como o/a aluno/a do IFSULDEMINAS compreenderá e aplicará os saberes adquiridos na Instituição? Ele/a compreenderá os conhecimentos aprendidos como resultados prontos e acabados ou será capaz de compreender a produção científica e tecnológica como um processo histórico? Ele/a será mero reprodutor de informações ou será detentor/a de conhecimentos que possam ser aplicados com criticidade nas múltiplas realidades com as quais ele/a vir a se defrontar? Indagações desse tipo só poderão ser respondidas se a instituição

olhar de forma crítica para si mesma permanentemente, reavaliando ações, objetivos e metas, e se sua metodologia de trabalho for capaz de induzir os/as estudantes à formação pretendida, conferindo-lhes instrumental para adquirirem condições de buscar novos conhecimentos além das fronteiras da escola, de articular estes conhecimentos aos escolares e de analisar, de forma crítica, os interesses a quais servem tais conhecimentos.

O avanço desse processo se torna viável quando a instituição consegue assumir trabalho articulado, tendo como base a efetiva indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. A oportunidade de trabalhar com Pesquisa possibilitará ao aluno a vivência de um processo de produção de conhecimento que possui características próprias. Isso, ao mesmo tempo que amplia suas habilidades e criatividade, permite-lhe sentir-se parte deste processo de construção coletiva, contribuindo para desmitificar a noção, muito comum, de que a ciência é uma produção superior às demais atividades humanas e alcançável apenas a um número reduzido de sujeitos.

A participação em Programas de Extensão tem dimensões muito significativas na formação dos/as estudantes. Primeiro porque permite empregar na prática os resultados de estudos e pesquisas e, nesse processo, potencializar a ação dos sujeitos a partir dos conhecimentos gerados pela pesquisa e aprendidos no ensino. No campo da extensão, o/a estudante tem a possibilidade de aplicar seus conhecimentos em realidades e contextos distintos daqueles da pesquisa e das atividades de ensino, o que exige diferentes articulações entre teoria e prática, conforme as variáveis encontradas nos diversos âmbitos. Em segundo lugar, a participação nas atividades de extensão permite uma articulação entre o instituto e a comunidade regional que enriquece as práticas de ambos. A comunidade pode beneficiar-se do contato com novos conhecimentos e o instituto, por sua vez, tem a possibilidade de realizar um trabalho mais articulado às demandas e necessidades de desenvolvimento da comunidade, bem como aos seus saberes e sua cultura. Essa articulação aproxima dois universos que, tradicionalmente, foram considerados em uma relação hierárquica, na qual a instituição detentora

do saber é o instituto e a comunidade uma mera área de transferência de conhecimentos, não cabendo a primeira nenhum compromisso político com as necessidades da segunda.

A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão não só cria mais oportunidades de ampliar os conhecimentos do/a educando/a como também o/a insere na comunidade regional, tornando instituição e estudante importantes agentes na transformação e desenvolvimento desta comunidade.

O/a estudante, ao ser estimulado/a a ser um/a cidadão/ã ético/a e humanista, passa a dispor de conhecimentos que, adquiridos no instituto, e a partir de uma abordagem criativa e crítica da sociedade, já pensará em desenvolver projetos que visem interferir na realidade da comunidade em que vive. Neste ponto, a Extensão se firma como ferramenta articuladora da atuação da instituição junto a diversos setores sociais.

O mesmo acontece com a Pesquisa, cujos resultados na geração de conhecimento e inovação científica e tecnológica projeta a relação estudante-escola na direção da sociedade e de outras instituições de pesquisa, abrindo possibilidades inestimáveis para a assimilação, desenvolvimento e criação de novas aplicações e usos do conhecimento.

Para trabalhar o Ensino, a Pesquisa e a Extensão de forma indissociável, um dos primeiros passos é difundir esta ideia junto à comunidade institucional, compartilhando com docentes, discentes, técnicos e terceirizados a importância da integração, quebrando resistências e paradigmas já superados pelo novo desenho do Instituto, que efetivamente não é uma federação de antigas instituições, mas uma síntese superior, e permitindo a construção de novos referenciais. Mais que isso, desenvolvendo ações que façam com que técnicos e demais servidores, tanto quanto os docentes, também se enxerguem como agentes integrantes do processo de produção e transmissão do conhecimento.

Para a adoção desse modelo de oferta de educação, propõe-se o conceito de educação integradora, já explicitada neste documento e baseada em ações conjuntas entre diferentes áreas e disciplinas e nos projetos de Ensino, Pesquisa

e Extensão. É importante perceber que a integração entre disciplinas e entre os distintos âmbitos da ação institucional (ensino, pesquisa e extensão) configuram outros níveis de integração e têm significado distinto daquele que se refere a uma formação integradora, embora a ela estejam relacionados.

A discussão desses pontos é necessária no momento em que o IFSULDEMINAS se expande, atuando nos campi de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, bem como nos três núcleos avançados de Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre.

Reconhece-se que a retomada crítica sobre a oferta em educação e a adoção de metodologia própria para o Instituto não será tarefa fácil, porém é exigência inarredável para que o IFSULDEMINAS se torne instituição de excelência. Com o crescimento do Instituto por todo o Sul de Minas, é imprescindível que isso se reflita também na qualidade da educação oferecida.

Os marcos dessa ação são integradores e institucionais, o que transforma os resultados debatidos em diretrizes comuns do Instituto. Surge, então, mais uma vez, a necessidade de se trabalhar a sensibilização de todos os sujeitos envolvidos nos processos educativos do instituto com relação à importância de se perceberem como parte do processo educacional. A integração se dará entre todos os níveis, desde a Educação Básica até o ensino superior e a Pós-Graduação e desde as ofertas de formação inicial até as de formação continuada.

Isso significa, dentre outras coisas, rever as práticas adotadas em todos os processos formativos do instituto, no ensino, na pesquisa e na extensão. Que práticas pedagógicas são as que melhores condições podem criar a fim de atingir os objetivos de uma formação integradora? Que critérios utilizar para definir e avaliar projetos de pesquisa e de intervenção na realidade? E os critérios de avaliação dos estudantes? A elaboração de instrumentos avaliativos que realmente instiguem no aluno o pensamento articulado, hábil e crítico, e não o façam somente decorar teorias para conseguir médias. Por isso, a necessidade de se elaborar novos métodos de avaliação da aprendizagem e da própria metodologia do processo seletivo para ingresso no IFSULDEMINAS.

* Empírico refere-se ao conhecimento que tem a experiência como guia.

6. Referências

CUNHA. Luis Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.14, maio-ago, 2000, p. 89-107.MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 34, jan./abr. 2007, p. 152-180.